



*José Ernesto Moura Knust*

# Senhores de escravos, Senhores da razão

Racionalidade e ideologia na escravidão rural romana  
(séculos II e I a.C)

Campos dos Goytacazes



**Essentia**  
EDITORA  
IFFLUMINENSE

2024

CIP - Catalogação na Publicação

306.3620937

K74s

Knust, José Ernesto Moura

Senhores de escravos, senhores da razão: racionalidade e ideologia na escravidão rural Romana (séculos II e I a.C.) [curso eletrônico] / José Ernesto Moura Knust - Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2024.

Livro eletrônico (129 p.)

Modo de acesso: World Wide Web:

<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/issue/view/319>

ISBN 978-65-87500-35-5 (e-book)

1. Escravidão 2. Roma 3. História

I. Knust, José Ernesto Moura II. Título.

Raquel Belém de Andrade CRB 7/6673

**Essentia Editora**

Rua Coronel Walter Kramer, 357 - Parque Santo Antônio - Campos dos Goytacazes/RJ | CEP 28080-565  
Tel.: (22) 2737-5648 | [www.essentiaeditora.iff.edu.br](http://www.essentiaeditora.iff.edu.br) | [essentia@iff.edu.br](mailto:essentia@iff.edu.br)



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

<b>Reitor</b>	Victor Barbosa Saraiva
<b>Pró-Reitor de Administração</b>	Fernando Nunes de Souza Santos
<b>Pró-Reitor de Gestão de Pessoas</b>	Vinicius Chrysostomo Silva
<b>Pró-Reitor de Ensino</b>	Paulo Vitor Vidal Aguiar
<b>Pró-Reitora de Extensão, Cultura, Esporte e Diversidade</b>	Marcia Regina Chrysostomo
<b>Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação</b>	Simone Vasconcelos Silva
<b>Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação</b>	Marcos Antonio Cruz Moreira

**Conselho Editorial 2022-2025**

Ana Paula Lopes Siqueira	José Augusto Ferreira da Silva
Ana Paula de Castro	Kissila da Conceição Ribeiro
Bruno Barzellay Ferreira da Costa (UFRJ)	Natália Deus de Oliveira Crespo
Carlos Victor Pontes do Rosário	Paula Alvarenga Borges
Daniela Balduino de Souza Vieira	Pedro de Azevedo Castelo Branco
Elias Fernandes de Souza (UENF)	Raimundo Hélio Lopes
Fernanda Soares Luz	Renato Barreto de Souza
Gislane Nunes Leitão	Sandra de Miranda Soares
Guilherme Vieira Dias	Vicente de Paulo Santos Oliveira
Heize Cristine Aires Arêas	Wagner da Silva Terra
Inez Barcellos de Andrade	
Jader Lugon Junior	

**Equipe Editorial**

<b>Editora Executiva</b>	Daniela Balduino de Souza Vieira
<b>Editor Científico</b>	Jader Lugon Junior
<b>Capa, projeto gráfico e diagramação</b>	Claudia Marcia Alves Ferreira
<b>Catalogação</b>	Raquel Belém de Andrade
<b>Revisão de Texto</b>	Edson Carlos Nascimento
<b>Revisão Técnica</b>	Raquel Belém de Andrade

Para Aline, Carolina,  
Marilene e Gustavo.





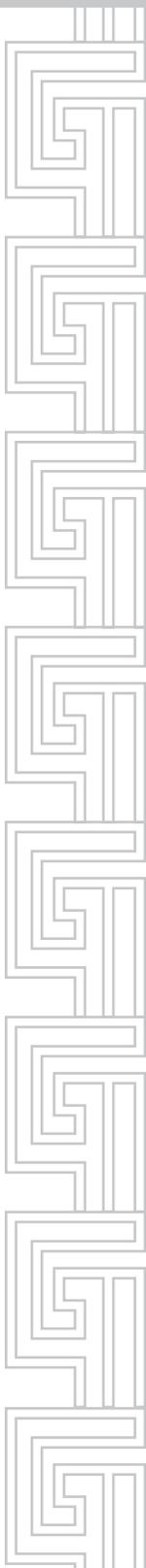
# AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças ao apoio de um número de pessoas impossível de mencionar aqui. Destaco apenas, então, aquelas pessoas que foram mais diretamente responsáveis por todo o suporte necessário para que este livro tenha sido publicado. Como este livro é uma adaptação de parte da minha dissertação de mestrado, cabe inicialmente agradecer à professora Sônia Regina Rebel de Araújo, minha orientadora e amiga, a quem devo não só este trabalho pontual, mas toda a minha formação acadêmica e profissional. O professor Fábio Duarte Joly também foi imprescindível para que existisse este trabalho. Agradeço-lhe pela imensa generosidade que ele teve desde que um aluno de graduação desconhecido entrou em contato por e-mail com ele há quase 20 anos.

Ao longo do mestrado, fui me formando historiador a partir da convivência e do aprendizado com muitos outros professores e colegas, em especial Mário Jorge da Motta Bastos, Fábio Frizzo, Paulo Pachá, Renato Rodrigues da Silva, Gabriel da Silva Melo e Ciro Flamarion Cardoso. Essa foi a época também que tive os primeiros contatos com alguns outros professores e colegas que depois se tornariam ainda mais importantes na minha formação, como Carlos Augusto Machado, Norberto Guarinello, Fábio Faversani, Uiran Gebara da Silva, Fábio Morales, Eduardo Daflon e Thiago Magela. Agradeço imensamente a cada um deles por todo o diálogo, ajuda e inspiração. Cabe ainda agradecer ao CNPq pelos dois anos de bolsa de mestrado que tive durante a realização desta pesquisa.

Este trabalho também não seria possível sem todo o apoio dado por minha família. Minha irmã Carolina, meus pais Marilene e Gustavo, minha esposa Aline e meu cunhado Ricardo me apoiaram muito na época em que esta pesquisa foi realizada, e o continuam fazendo até hoje. Minha sobrinha mais velha, Babi, assistiu à defesa do mestrado no colo da minha irmã, ainda bebezinha. Desde aquele momento sua simples existência me traz enorme alegria. Sua irmã Rafinha nasceu depois, mas desde então também tem trazido a mesma alegria. A minha sogra Angelina e a minha cunhada Rafaela, muito obrigado também.





Agradeço ainda a toda a minha família estendida, incluindo primos e tios, por todo o apoio e carinho. Em particular, Carla e João, que foram segundos pais para mim, e Lívia, Guto, Guilherme, Lilton e Osvaldo, que são meus irmãos. Agradeço também aos meus grandes amigos de infância Gabriel Moura, Daniel Herdy, Ronalt Mafort, Rafael Pedretti, Rafael Herdy, Felipe Lopes, Philippe Paschoal, Flávio Eller, Maycon Moura e os amigos de infância que fiz pelo caminho da vida, Daniel Massa, Roberto Moll, Alexandre Elias, Denaldo Alchorne, Marco Lamarão, Marcus Silva, Daniel Manhães, Camila França, Alice Nascimento, Olívia Melo, Thays Cury, Luciana Valadão, Ana Paula Lopes e Mariana Gualhano.

Este livro só existe, também, pelo apoio de toda a equipe da Essentia Editora, do Instituto Federal Fluminense. Muito obrigado!

# SUMÁRIO

<b>NOTA SOBRE AS FONTES HISTÓRICAS .....</b>	<b>09</b>
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 – Política, cultura e economia nos tratados sobre o campo de Catão e Varrão .....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 2 - Os trabalhadores residentes e externos: escravos e camponeses .....</b>	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO 3 – Violência e hierarquia na administração do trabalho escravo .....</b>	<b>65</b>
<b>CAPÍTULO 4 – Incentivos e recompensas no tratamento dos escravos .....</b>	<b>85</b>
<b>CAPÍTULO 5 – A racionalidade ideológica da escravidão rural romana .....</b>	<b>103</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>119</b>
<b>SOBRE O AUTOR .....</b>	<b>129</b>





# NOTA SOBRE AS FONTES HISTÓRICAS

O estudo apresentado neste livro se debruça particularmente sobre dois textos antigos, duas fontes históricas fundamentais para o estudo da escravidão rural romana: os tratados sobre o mundo rural de Marco Pórcio Catão (239 – 149 a.C.) e de Marco Terêncio Varrão (116 – 27 a.C.). Ao longo deste livro, para facilitar a leitura, as referências bibliográficas a essas duas obras aparecerão de maneira abreviada, da seguinte maneira:

A.C.: *De Agri Cultura*, de Marco Pórcio Catão.

R.R.: *De Re Rustica*, de Marco Terêncio Varrão.

Após essa referência abreviada, será indicado o trecho da obra citado seguindo o seguinte modelo. No caso da obra de Varrão: número do livro em algarismo romano, número do capítulo em algarismo romano e seção deste capítulo em algarismo indo-arábico. No caso de Catão, não haverá indicação de livro porque a obra não está dividida em mais de um livro. Assim, por exemplo, uma referência a R.R. I.XVII.2 significa que o trecho citado se encontra na segunda seção do capítulo dezessete do primeiro livro da *De Re Rustica* de Varrão.

As edições desses textos antigos utilizadas como referência neste trabalho são as apresentadas na publicação conjunta das obras, organizada por William Davis Hooper e Harrison Boyd Ash, na prestigiosa série *Loeb Classical Library*, da Harvard University Press (Cato; Varro, 1935). Tal publicação utiliza os textos latinos estabelecidos pelo filólogo alemão Georgius Goetz nas edições Teubner da *De Agri Cultura*, de 1922, e da *De Re Rustica*, de 1929, a partir dos manuscritos medievais que preservaram os textos. Existem boas traduções para o português de ambos os textos publicadas por Matheus Trevizam (Catão, 2017; Varrão, 2012). Salvo quando indicado em contrário, as citações traduzidas para o português desses textos serão sempre baseadas no trabalho de Trevizam.





# PREFÁCIO

O público leitor brasileiro interessado nos estudos da Economia e Escravidão Antiga tem pouquíssimas, embora honrosas, opções em língua portuguesa. Os livros clássicos de Moses Finley, *A Economia Antiga*, numa edição portuguesa (Finley, 1984) infelizmente esgotada, e *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna* (Finley, 1991), uma obra belíssima sobre escravidão e ideologia escravista, tangenciam os assuntos econômicos. Igualmente instigantes, os livros de Ciro Flamarion Cardoso *Trabalho Compulsório na Antiguidade* (Cardoso, 1984), e os de Fábio Duarte Joly, *Escravidão na Roma Antiga. Política, Economia e Cultura* (Joly, 2005) e *Libertate opus est. Escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero (54-68 d. C.)* (Joly, 2006a), analisam temas econômicos e a escravidão antiga, mas não abordam centralmente a economia romana. Este é o assunto do importante livro de Aldo Schiavone *Uma História Rompida*, felizmente traduzido no Brasil em 2005 pela EDUSP, e que aborda, em termos marxistas, a economia antiga, postulando a tese de que esta pode ser compreendida como a interseção de duas economias, a produção para comercialização de base escravista complementada por outra economia, mais modesta e paralela à primeira, baseada na produção camponesa para consumo direto.

Este livro que ora apresento, *Senhores de Escravos, Senhores da Razão: Racionalidade e Ideologia na Escravidão Rural Romana (séculos II e I a.C.)*, é fruto da dissertação de Mestrado de José Ernesto Moura Knust, sobre a economia escravista dos romanos, apreciada num viés marxista arejado por leituras de uma bibliografia atualizada. Sua publicação, portanto, preencherá uma lacuna que os estudiosos brasileiros há muito clamam seja preenchida.

O autor estuda o tema da economia romana numa perspectiva de História Social. Sua base teórica marxista é inovadora pois, sem esquecer os clássicos marxianos, ao contrário, citando-os, discute teoricamente a bibliografia sobre a economia antiga e propõe estudá-la em novas bases, a partir do conceito alternativo de “racionalidade ideológica”, demonstrando que a “racionalidade econômica” não é um conceito universal, não é uma abstração, mas tem que ser entendida



e situada historicamente, como está definido na “Introdução” deste livro. Estabelece o autor, para conceituar “ideologia”, uma excelente discussão sobre “base” e “superestrutura”, procurando verificar as raízes materiais da consciência de classe que informou os textos de Catão e Varrão, suas fontes principais.

Os tratados de Catão e Varrão, obras muito conhecidas e largamente analisadas por historiadores, recebem neste trabalho uma abordagem originalíssima. Aliás, José Ernesto Moura Knust revela uma abordagem teórica bastante original das fontes para estudar a racionalidade e a ideologia da elite romana na relação com os escravos rurais. Chamo a atenção, sobretudo, para a hipótese relativa ao *De Agri Cultura* de Catão, devidamente comprovada, que indica ser esse texto um elemento para formar um *ethos* aristocrático. Em outras palavras: a “*racionalidade ideológica*” revelou-se um conceito precioso na medida em que explica que os textos tomados como fontes não servem apenas, nem principalmente, como fornecedores de conselhos no campo econômico, mas, também, para a afirmação político-ideológica de uma classe social de grandes proprietários de terras na República.

Outra grande qualidade do presente texto é relativa à pertinência e originalidade do tratamento metodológico baseado na junção de métodos linguísticos, como o Estruturalismo Genético de Lucien Goldmann e a Análise de Conteúdo. O emprego dessa metodologia sobre como usar os tratados de Catão e Varrão para estudar a racionalidade e a ideologia da elite romana na relação com os escravos rurais ajudou-o sobretudo a comprovar com rigor suas instigantes hipóteses e a dar uma explicação mais completa, não apenas sobre a autoria dos livros, mas sobre o próprio conteúdo dos tratados.

Chamo a atenção, ainda, para um aspecto muito importante deste livro, a discussão sobre quem eram os trabalhadores imaginados por Catão e Varrão em seus tratados (se eram escravos ou não), sobre o que ele conclui que os escravos são os trabalhadores residentes e os camponeses vizinhos os trabalhadores sazonais. E, também, enfatizo a relevância da análise sobre a ideia de organização hierárquica dos trabalhadores nos tratados, ao discutir as posições de chefia (em especial a do *uilicus*). A discussão sobre o tratamento dos escravos previsto nos tratados (possibilidade de relações familiares, “rações”, “brecha camponesa”, etc.) compõe

parte importante de sua argumentação. O bom uso da bibliografia extensa e atualizada foi fundamental para alcançar os resultados de sua pesquisa. Por fim, o autor afirma o caráter patriarcal da ideologia escravista romana e de sua lógica (racionalidade) dentro da luta de classes entre escravos e senhores.

É este livro, um trabalho inovador no campo da História Econômica da Antiguidade, da relevância da teoria marxista para as pesquisas dos historiadores da Antiguidade, dos estudos da escravidão antiga e mesmo na abordagem metodológica das fontes. Por tudo isso, sua leitura é altamente recomendável porque constitui uma bela contribuição para os estudos da economia e escravidão antiga dos romanos e para os estudiosos, marxistas ou não, da Antiguidade.

Sônia Regina Rebel de Araújo  
*Professora do Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal Fluminense*





# INTRODUÇÃO

Um dos aspectos históricos mais conhecidos da Roma Antiga é o caráter escravista de sua sociedade. Ainda que existam debates acadêmicos sobre a extensão e o caráter dessa escravidão romana, a existência de pessoas escravizadas no mundo romano é bastante conhecida em nossa cultura histórica. Séries e filmes históricos ambientados no período romano, por exemplo, mostram isso com bastante clareza. Essas pessoas escravizadas podiam ser encontradas em lugares sociais muito diversos do mundo romano, dentre eles as propriedades rurais da classe dominante romana. Parte significativa do trabalho nessas propriedades, como veremos neste livro, era realizado por escravizados.

Como era o tratamento dos escravizados pelos proprietários de terra romanos? Que tipo de estratégias de controle e dominação esse tratamento revela? Quais razões explicam essas diferentes estratégias elaboradas por esses proprietários? Essas são as perguntas que este livro pretende ajudar a responder. Cabe, contudo, explicar ao leitor como e por que este autor resolveu escrever sobre este tema – e, assim, de alguma maneira, apontar por que pode ser interessante a leitura deste livro.

O Brasil é resultado direto da maior experiência escravocrata da história humana: a escravização de africanos e seus descendentes nas Américas. Neste contexto, nosso país vergonhosamente se destaca como a região do continente que mais recebeu cativos africanos e que por mais tempo manteve a instituição escravista vigente. Além de marcar a constituição de nossa sociedade, isso também marcou a formação da nossa historiografia. Ao lidar com essa chaga em nossa história, historiadores e historiadoras brasileiros acabaram por se tornar referência internacional nos estudos sobre a escravidão e a diáspora africana nas Américas.

O campo de pesquisas sobre História Antiga tem se consolidado no Brasil nas últimas décadas e não deve surpreender que estudos sobre a escravidão na Antiguidade tenham recebido atenção dessa História Antiga produzida no Brasil. Além do próprio peso da escravidão em nossa sociedade, a qualidade dos estudos



brasileiros sobre história da escravidão serviu de grande inspiração para o estudo brasileiro sobre o mundo antigo. Assim, importantes reflexões sobre a escravidão na Antiguidade foram produzidas no Brasil por autores como Ciro Flamarion Cardoso, Sônia Regina Rebel de Araújo, Norberto Guarinello, Fábio Duarte Joly, Pedro Paulo Funari e Renata Senna Garrafoli, para mencionar apenas alguns nomes. Este livro pretende, justamente contribuir com essa tradição de estudos brasileiros sobre a escravidão antiga.

Seguindo tal tradição, esta obra se utilizará com frequência de reflexões comparativas com a escravidão moderna, apontando possíveis similaridades assim como importantes diferenças entre a escravidão brasileira e a escravidão romana. Para pensar o tema específico deste livro, será importante ter em conta que todas as sociedades escravistas produziram algum tipo de reflexão, por parte dos escravocratas, sobre como eles deveriam tratar os escravizados. Rafael Marquese, um dos grandes estudiosos brasileiros da História da escravidão, escreveu um trabalho fundamental sobre a produção dessas reflexões no contexto da escravização de africanos nas Américas (Marquese, 2004). Meu trabalho busca fazer o mesmo tipo de análise, mas de um objeto de pesquisa mais circunscrito: os tratados sobre o mundo rural escritos no fim do período republicano romano, entre os séculos II e I a.C. Sobreviveram aos nossos tempos o texto completo de dois desses tratados, escrito por dois políticos proeminentes desse tempo: Marco Pórcio Catão (239 – 149 a.C.) e Marco Terêncio Varrão (116 – 27 a.C.).

A pesquisa que originou este livro foi produzida durante meu mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense. A escolha de tal tema nasceu do meu interesse, desde meus tempos de graduando em História, por dois debates historiográficos clássicos sobre o mundo antigo: sobre a Escravidão Antiga e a Economia Antiga. Não por acaso, ambos os debates são marcados por duas obras seminais daquele que certamente é um dos grandes estudiosos do mundo antigo que o século XX produziu, Moses Finley. Refiro-me à *Economia Antiga*<sup>1</sup>, de 1973, e à *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*<sup>2</sup>, de 1980. Tais obras inauguraram, redimensionaram e transformaram diversos temas de pesquisa dentro desses dois antigos campos de estudo. Sem sombra de dúvida, a influência das leituras da obra

<sup>1</sup> Traduzido para o português em: Finley (1984).

<sup>2</sup> Traduzido para o português em: Finley (1991).

de Finley, em especial desses dois livros, determinaram meu gosto pela História Antiga de maneira geral e meu interesse em ambos os debates em especial.

A *Economia Antiga* estabeleceu uma caracterização básica sobre a economia da antiguidade que foi muito influente por décadas. Para Finley, a realidade antiga deveria ser compreendida como algo muito diferente do capitalismo moderno, tendo pouca integração econômica e sendo dominada por cidades consumidoras da produção rural (e não produtoras de bens e serviços como as cidades medievais e modernas). Uma das causas fundamentais disso, ainda segundo Finley, era o fato de que o comportamento dos agentes sociais era determinado por preocupações muito distantes daquelas da racionalidade econômica capitalista. Questões ligadas a *status*, honra e hierarquia seriam muito mais centrais no pensamento dos antigos do que qualquer preocupação com ganhos econômicos. Em um exemplo que me chamou a atenção quando li esse livro e que me levou a esta pesquisa, Finley afirmava que os autores de tratados sobre a agricultura da Antiguidade nunca iriam além de observações rudimentares baseadas no senso comum em seus textos, sem qualquer capacidade de pensamento econômico mais elaborado (Finley, 1984, p. 22-23).

Isto significa que, para Finley e toda a tradição por ele inaugurada, questões econômicas não eram levadas em consideração de maneira estrita na construção social das ideias das elites antigas. Ao pensar sobre os mais diversos aspectos da realidade social, tais elites estavam preocupadas com *status* social, honorárias e hierarquias, e não com cálculos econômicos. Entre esses assuntos estaria a relação com os escravos. Em seu *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, Finley afirma, por exemplo, que cálculos de produtividade comparada não teriam exercido qualquer papel na escolha de membros das elites atenienses e romanas pelo trabalho escravo (Finley, 1991, p. 93-94).

Mesmo reconhecendo a necessidade de identificar as especificidades históricas da Economia Antiga e diferenciá-las do presente, evitando o anacronismo, essa linha de raciocínio adotada por Finley me levou a uma inquietação: as concepções e práticas da elite romana na relação com os trabalhadores escravizados não eram perpassadas de maneira alguma por uma *racionalidade* econômica? Ao lidar com os escravizados dentro de contextos produtivos,

em especial no trabalho agrícola voltado para o comércio, tão fundamental para a riqueza dessa elite, não havia concepções de administração das atividades produtivas e de controle desse trabalho escravizado que estivessem preocupadas com questões econômicas? O que estruturava as concepções e práticas da elite nesses contextos, então? Dediquei-me a responder essas perguntas durante a pesquisa que resultou neste livro.

Para chegar às respostas propostas na conclusão, será necessário um percurso que passará primeiro por questões metodológicas e historiográficas. No primeiro capítulo explicarei o que são esses tratados sobre o campo que pretendo analisar e, sobretudo, identificarei os métodos de análise necessários para um bom uso crítico dessas fontes históricas. No segundo capítulo, será analisado quem são os trabalhadores pressupostos pelos autores desses tratados em suas obras – afinal de contas, saber se eles estão tratando realmente de trabalho escravizado em seus textos é fundamental para podermos utilizá-los como fontes para esta pesquisa.

A análise propriamente dita das considerações de Catão e Varrão acerca da administração das atividades produtivas e do controle do trabalho escravizado estará dividida entre os três capítulos subsequentes. No terceiro capítulo serão discutidos o tema da violência como forma de controle e, especialmente, o problema das hierarquias e chefias dentro da escravaria, extremamente importantes nos discursos tanto de Catão quanto de Varrão. No quarto capítulo outro aspecto central nas considerações desses autores será analisado: o tratamento dispensado aos escravos com o intuito de criar um sistema de incentivos e recompensas, que visava ao estímulo de determinadas atitudes entre os escravos. O quinto capítulo proporá um modelo teórico capaz de enquadrar todas essas considerações e estratégias de administração das atividades produtivas e controle do trabalho escravo. A racionalidade e a ideologia escravista serão entendidas como partes constituintes da estratégia social de controle e exploração, e não como aspectos antagônicos. Assim, será traçado o caminho final para responder à pergunta que levou a esta pesquisa: existia algum tipo de racionalidade que estruturava as considerações de Catão e Varrão sobre a administração do trabalho escravo rural?

Antes de começarmos esse percurso, uma questão anterior se impõe: afinal de contas, o que é *racionalidade*? A forma acadêmica mais recorrente de se discutir esse assunto toma como pressuposto a maneira como a Economia Neoclássica define este conceito: racional é um agente individual que busca a maximização de ganhos através do investimento de recursos escassos escolhendo entre fins alternativos<sup>3</sup>. É negando a existência desse tipo de racionalidade entre os antigos, justamente, que Finley faz o comentário sobre os autores de tratados sobre agricultura não seguirem princípios econômicos. Esses autores não estariam fazendo cálculos de como alocar de maneira mais lucrativa seus recursos quando elaboravam conselhos sobre como tratar os escravizados.

Como explicarei em mais detalhes ao longo do livro, eu concordo em parte com essa ideia de Finley. Os senhores de escravos romanos não eram capitalistas *avant la lettre*. Contudo, a ideia de que não havia racionalidade nesse comportamento me fez pensar sobre a forma como a ortodoxia econômica formula o conceito de racionalidade. Uma questão central passa pela contraposição entre Racionalidade e Ideologia, que tendem a ser pensadas como um par de conceitos antitéticos. Quando alguém se rende a uma “ideologia”, renunciaria a sua “razão”. Buscando formas alternativas de pensar o problema da racionalidade, acabei encontrando um caminho que me parecia muito mais profícuo dentro da tradição teórica marxista.

Na proposta de redefinição conceitual elaborada a partir do materialismo histórico, Racionalidade e Ideologia não formam uma dicotomia. Aquilo que é racional não deixa de ter uma ideologia, e aquilo que é ideológico não deixa necessariamente de ser racional. Pelo contrário, dentro desta perspectiva teórica, toda racionalidade – assim como qualquer aspecto de uma visão de mundo – é ideológica, dado que as ideologias são por si só constituintes dessas visões de mundo. Assim, tentarei mostrar neste livro que a racionalidade dos senhores de escravos romanos no tratamento de seus escravos era ideológica, que essa ideologia explica a lógica dessa racionalidade e como ela se difere de uma lógica capitalista. Mas o que significa falar em racionalidade a partir de uma postura materialista histórica?

Dois autores são especialmente interessantes: o antropólogo Maurice Godelier e o historiador Wiltold Kula. Para ambos, a

<sup>3</sup> A concepção hegemônica dentro dos departamentos de economia define seu próprio objeto de estudo como “a alocação racional de recursos escassos entre fins alternativos”. Tal concepção, nestes termos, foi cunhada pela primeira vez pelo economista britânico Lionel Robbins.

racionalidade em geral deve ser entendida como a busca pela *maximização de satisfações sociais* (Godelier, 1969, p. 391-392; Kula, 1975, p. 95). O que se busca satisfazer socialmente é sempre definido dentro de um sistema social específico. Um conjunto específico de relações sociais cria sistemas de valores próprios que geram uma hierarquia de necessidades sociais. Assim, não existe uma racionalidade absoluta, dado que o comportamento racional depende sempre do contexto social específico que determina quais serão os objetivos racionalmente desejáveis. O comportamento racional em uma sociedade escravista não é necessariamente similar ao comportamento racional na sociedade capitalista contemporânea, porque as relações sociais e os sistemas de valores a elas relacionadas não são os mesmos.

Para o materialismo histórico, esses sistemas de valores são resultado das formas como as pessoas se inserem na realidade histórica de uma determinada sociedade. Como diz Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*:

os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram (Marx, 2011, p. 25).

Os seres humanos se veem dentro de determinados modos de vida e de determinados conflitos sociais. Embrenhados neles, constroem sua visão de mundo, sua ideologia. E essa ideologia comporta o sistema de valores que dá conteúdo à racionalidade social daquele grupo de pessoas.

Entendo Ideologia, portanto, como o processo material de produção de ideias, crenças e sistemas de valores que dão forma às condições e experiências de vida de um grupo ou classe social específico (Eagleton, 1997, p. 39). As condições materiais nas quais as ideologias são produzidas possuem um caráter coletivo, já que certos indivíduos compartilham entre si condições análogas de existência material e posicionamento convergente em situações de conflito social. Isto é, as ideologias estão intimamente relacionadas às situações coletivas nas quais as pessoas se encontram, sendo, portanto, algo intimamente relacionado à sua classe social. Ideologia é, assim, algo que não se pode deixar de ter, pois se

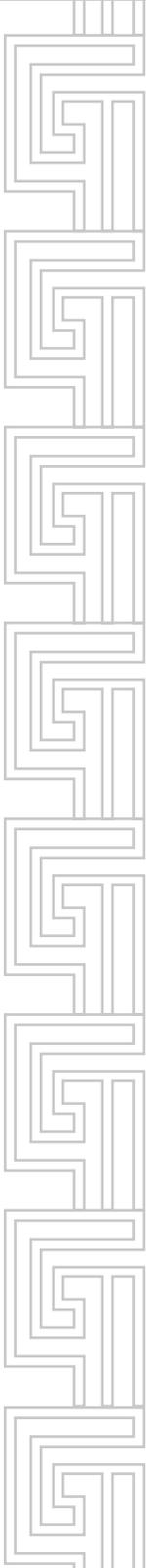
trata de algo construído e reconstruído como consciência prática dos inevitáveis conflitos de interesses antagônicos existentes em sociedades de classes.

É importante ressaltar que a concepção de mundo de uma classe social não é determinada por aspectos econômicos estritamente. Isto porque os “valores, normas e formas culturais (...) não são menos reais do que as formas ‘econômicas’ pelas quais se exprime o modo de produção”, como bem aponta outra importante autora marxista, Ellen Wood (Wood, 2003, p. 63). Isto é, a ideologia não é condicionada pela realidade material no sentido de ser reflexo de uma base econômica, mas no sentido de que a própria ideologia é parte constituinte de tal realidade material e é construída nesta. O que chamamos, de maneira simplista, de aspectos “políticos” ou “culturais” podem ser tão materiais quanto aqueles que chamamos de “econômicos”.

Uma boa maneira de pensar essa relação entre mundo material e ideologia é a partir do conceito de *experiência* como proposto pelo historiador inglês Edward Thompson. Para ele, os homens e mulheres são *racionais* e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. A partir de tal reflexão, as transformações em sua vivência social (no seu *ser social*) dão origens a *experiências modificadas*, que pressionam a *consciência social*, propõem novas questões e podem até chegar ao limite de acarretar o desmoronamento de velhos sistemas conceituais (Wood, 2003, p. 16-17). Mas tudo isto ocorre a partir da interação no mundo material; a experiência não é reflexão abstrata, é *vivência*. É através dessa experiência vivida que o *ser social* determina a *consciência social* (Thompson, 1981, p. 182).

O conteúdo de uma racionalidade específica, portanto, é determinado pelas relações sociais próprias de uma sociedade. Assim, passarão invariavelmente pelos conflitos sociais presentes nessas relações, seja pelas formas de dominação, exploração e controle, no caso das classes dominantes, seja pelas formas de resistência, adaptação, sobrevivência, rebelião e revolução, no caso das classes subalternas. É isso que constitui o que chamarei neste trabalho de *racionalidade ideológica*. De maneira direta, defino o conceito de Racionalidade Ideológica como *a busca pela maximização da satisfação das necessidades sociais como hierarquizadas pelos sistemas de valores gerados pela ideologia, sendo tal ideologia construída a partir das relações sociais e conflitos na qual se insere a classe analisada*.

Cabe agora desvendar se é possível identificar e caracterizar uma racionalidade ideológica construída pela elite escravista romana em sua relação com o trabalho escravo rural.



# CAPÍTULO 1

## Política, cultura e economia nos tratados sobre o campo de Catão e Varrão

Em uma passagem de *Apologia da História*, Marc Bloch sugere que todo livro de história digno deste nome deveria ter uma seção sobre “como posso saber o que vou lhes dizer?” (Bloch, 2002, p. 83). Com isso, ele instigava os historiadores a serem explícitos com seus leitores sobre as fontes e os métodos de pesquisa utilizados, esclarecendo vieses e limites impostos por estes ao que se pode saber sobre a história estudada. Isso tem relação com um fato fundamental de toda pesquisa histórica, um problema metodológico incontornável que todo estudo encara: a delimitação de um problema de pesquisa não gera automaticamente uma lista de vestígios do passado e das formas de lidar com essas fontes que permitirão ao historiador responder suas questões. Isto é, a definição daquilo que queremos saber não nos garante de maneira linear e direta uma forma de descobirmos aquilo. Todo estudo histórico precisa, portanto, identificar as fontes e a maneira de lidar com tais fontes (dado que elas não testemunham sem serem corretamente interrogadas) para poder efetivar seus objetivos.

Apesar de viver em um mundo inegavelmente agrário (no sentido de que a maior parte da população vivia no campo e dependia da agricultura e do pastoreio), a classe dominante romana pode ser adjetivada como urbana. Decerto parte substancial de seus rendimentos vinha da exploração de propriedades fundiárias e eles visitavam com frequência essas propriedades, porém essa elite política e econômica vivia a maior parte do tempo em cidades, especialmente a própria cidade de Roma, e possuía uma cultura essencialmente urbana. Como as fontes escritas às quais temos acesso são produzidas exclusivamente por essa elite urbana, a maior parte dos textos antigos que tratam da escravidão o faz se referindo a um contexto urbano. Nosso intuito de estudar a racionalidade e a ideologia dos proprietários de terras em relação à escravidão rural, portanto, está limitado às poucas fontes escritas por essa elite urbana que fazem menção à produção rural.

Um grupo de textos desse tipo logo se destaca, contudo. Ele tem sido o tipo de fonte mais estudado por todos aqueles



interessados na escravidão e na economia rural da Itália romana há mais de um século. Refiro-me aos tratados sobre o campo, ou tratados “agronômicos”, de Catão, Varrão, Columela e Paládio. Eles pertencem a uma longa tradição de tratados sobre o campo escritos no Mediterrâneo antigo – seja em grego, latim ou até mesmo em púnico, como o tratado do cartaginês Magão. Durante a Idade Média, essas quatro obras latinas foram muito lidas e copiadas, o que nos garantiu a sobrevivência desses textos, diferentemente de quase a totalidade das outras obras dessa tradição, que em geral se perderam. A partir do Renascimento, essas quatro obras em latim foram editadas muitas vezes em conjunto sob o rótulo de tratados dos *Scriptores Rei Rusticae* (Ash, 1935, p. xviii-xxii), o que consolidou a tradição de estudos em conjunto desses autores sob as alcunhas de “escritores da *Re Rustica*” ou de os “Agrônomos Latinos”. Neste livro, nos debruçaremos sobre os dois textos escritos no período republicano, os de Catão e Varrão.

Como parecem ser uma espécie de manual para a elite romana conhecer as melhores formas de administrar suas propriedades rurais, tais textos parecem fontes excelentes para o estudo aqui proposto. Mas, apesar de realmente o serem, uma série de questões metodológicas se impõem. Acima de tudo, tais textos não podem ser confundidos com uma descrição fiel da realidade rural romana. É preciso entender seus meandros enquanto artefatos literários para entender como elas podem nos ajudar a entender a racionalidade e a ideologia escravocrata da República Romana. Este é o objetivo deste primeiro capítulo.

## 1 A CRÍTICA ÀS ANÁLISES TRADICIONAIS

Na busca por formas de compreender melhor como ler estes textos como fontes históricas para o estudo empreendido neste livro, busquei inspiração na reflexão metodológica do antropólogo Fredrik Barth. Segundo Barth, existem quatro dados fundamentais que devem ser observados para a identificação de padrões de comportamento a serem analisados por um antropólogo:

- a) ações dos indivíduos em situações concretas;
- b) declarações espontâneas dos participantes da ação;

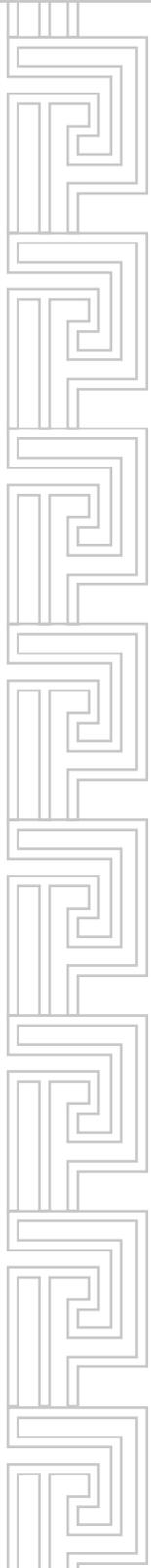
- c) ritualização das relações sociais nas quais se dão aquelas ações;
- d) explicações acerca daquela ação dadas ao observador por informantes (ou seja, declarações não espontâneas) (Barth, 1981, p. 25).

Seguindo essa abordagem, o fato social fundamental para análise é a ação dos sujeitos, porém sua compreensão também passa pela análise dos discursos enunciados pelos agentes da ação, pelo entendimento das relações ritualizadas ou institucionalizadas que são contexto da ação e, também, pelas informações dadas por terceiros acerca dessa ação e seus significados.

Como o trabalho historiográfico difere do trabalho de campo etnográfico, a rigidez das diferenças dessa tipologia perde sentido para esta análise. Porém, podemos aprender algumas coisas muito importantes para esta pesquisa com Barth, e a primeira delas é a distinção fundamental entre discursos e a prática real das relações sociais. O objeto de estudo desta pesquisa são as práticas sociais que acontecem na realidade material, e não as ideias que os autores representaram nas tintas de seus “tratados agrônômicos”. Estas são as fontes de informação que temos para acessar aquelas, mas não podem ser confundidas como sua mera descrição.

Desta forma, precisamos identificar qual é a relação entre as informações presentes nesses tratados e a realidade dessas práticas nos campos romanos. Em um primeiro momento, poderíamos enquadrar esses textos em uma espécie de interseção entre os tópicos “b” e “d” da tipologia de Barth: os tratados seriam em alguma medida uma declaração dos próprios agentes – dado que Catão e Varrão são proprietários de terras e escravos – e em alguma medida explicações dadas por observadores – dado que Catão e Varrão não falam exclusivamente das suas propriedades, mas generalizam tendo em perspectiva a relação entre proprietários e suas propriedades rurais em geral.

Um olhar mais criterioso, porém, revela problemas nessa perspectiva. Por um lado, Catão e Varrão não estavam respondendo aos questionamentos de um pesquisador interessado em como os proprietários romanos praticavam (e se praticavam) a racionalização das atividades produtivas e o controle social dos trabalhadores rurais. Precisamos assim, entender quais eram as “perguntas”, as inquietações e questões que esses autores tentavam dar conta ao



escrever esses textos. E ainda, por outro lado, os tratados também não podem ser encarados como meras “declarações espontâneas” dos proprietários rurais romanos, pois são na verdade artefatos literários que precisam ser estudados dentro de seus contextos literários, políticos, sociais e culturais.

A questão torna-se ainda mais complicada quando identificamos a maneira como os historiadores tradicionalmente têm feito história econômica e social a partir desses tratados. Foi com Max Weber que esses textos passaram a ser utilizados como fonte para o estudo da realidade econômica e social dos campos italianos. A partir de Weber, durante boa parte do século XX, os tratados dos “agrônomos” foram amplamente utilizados como fontes para a descrição das formas de organização da produção, da exploração do trabalho e das técnicas agrícolas na Itália romana. Passagens de Catão, Varrão e Columela (Paládio acabou secundarizado pela historiografia do século XX) tornaram-se indícios comumente citados pelos mais diferentes historiadores para embasar diversas interpretações sobre as transformações econômicas da Itália romana entre os séculos II a.C. e I d.C.

Voltando àquela tipologia de Barth, pode-se dizer que os tratados dos agrônomos foram utilizados como se fossem fontes de informações sobre as ações dos indivíduos na prática (tipo “a”). Autores com os mais diferentes objetivos e partindo de matrizes teóricas e políticas as mais diversas utilizaram os “tratados agrônômicos” como relatos fiéis à realidade material cotidiana da Itália rural no período romano – e ignorando, portanto, a diferença entre discursos e práticas reais nos campos italianos. A partir da década de 80, esse procedimento metodológico mais tradicional passou a ser bastante criticado.

Existem duas questões fundamentais nessa discussão metodológica. Em primeiro lugar, a arqueologia rural nos indica uma realidade da exploração agrícola muito mais heterogênea do que nos fazem pensar esses tratados, que aparentemente destacam tipos muito específicos de organização da propriedade rural (Guarinello, 1993, p. 115-120; Vallat, 1987, p. 181). Além disso, os tratados de agronomia latinos são permeados por preocupações muito mais amplas que a economia, não sendo meras respostas diretas a problemas da economia rural ou mesmo meras descrições da realidade rural. Tais tratados estariam, na verdade, situados no

plano das ideias políticas e culturais romanas. Assim, o historiador Fábio Duarte Joly afirma que:

Decerto que a produção agrícola e pastoril é o pressuposto da composição dessas obras, mas disso não decorre *a priori* que critérios exclusivamente econômicos regeram as concepções de organização do espaço e da mão de obra no interior da propriedade (Joly, 2003, p. 282).

E ainda, segundo o mesmo historiador em outro texto:

Mais recentemente é observável um deslocamento de foco das pesquisas na direção dos aspectos mais propriamente culturais ou sociopolíticos da relação escravista. Argumenta-se agora, que as discussões sobre a escravidão não eram necessariamente respostas a problemas práticos de controle da escravaria (Joly, 2006a, p. 10).

Essa crítica faz parte de um contexto maior de transformação nas abordagens das fontes pelos historiadores preocupados com a história social do mundo antigo. Abordagens que tentam estabelecer fatos “verdadeiros” e “absolutos” a partir das fontes antigas, utilizando as afirmações contidas nesses textos como dados brutos, costumam cair no que alguns historiadores chamam de “método anedótico”.

Tal “método” consistiria no seguinte: o pesquisador postula (muitas vezes inconscientemente) certa visão sobre o que se estuda e a partir disto busca passagens nas fontes antigas que embasem tais afirmações, sem que essas passagens sejam analisadas dentro do contexto de produção das obras das quais fazem parte. Desta maneira, as passagens das fontes primárias funcionam como meras “anedotas” para confirmar a visão que o pesquisador já postulara previamente sobre o objeto de pesquisa – e ele acredita ter embasado sua interpretação nas fontes primárias apenas por ter achado meia dúzia de historietas escritas em grego ou latim que aparentemente convergem com tal interpretação.

A partir desta crítica, passou-se a se defender abordagens preocupadas com as categorias fundamentais que estruturam o relato presente nas fontes, buscando compreender a fundo as intenções,

objetivos e referentes conceituais do autor do texto (Morley, 1999, p. 63). Essa perspectiva crítica fez a historiografia entender cada vez mais esses textos como fontes para uma história cultural e política do mundo romano. Nessa linha, estudos mostraram como as prescrições destes sobre a organização do espaço da sede da propriedade (a *villa*) ou sobre as relações entre senhores e escravos funcionavam como metáfora sobre como deveria ser organizada a República (Green, 1997) ou eram estruturadas por ideias de como o Imperador deveria lidar com seus súditos (Joly, 2003), por exemplo.

Devemos nos perguntar, contudo: os textos literários latinos em geral, e os tratados de Catão e Varrão em particular, só nos permitem análises que busquem identificar seus contextos políticos e culturais de produção, então? Existe procedimento metodológico que permita a obtenção de informações acerca das práticas do mundo rural italiano a partir dos tratados agronômicos sem que se caia em uma “abordagem anedótica”?

A resposta a essa pergunta passa pela resposta a outro questionamento: se a premissa de que os tratados eram descrições fiéis da realidade nos campos está equivocada, como devemos caracterizar esses tratados? Isto é, quais eram os objetivos da produção desses textos e qual o significado das informações que podemos identificar em suas passagens? Apenas respondendo essas questões saberemos como lidar com as informações contidas nesses tratados para o estudo do problema desta pesquisa. E para responder essas perguntas, devemos analisar os tratados de Catão e Varrão individualmente, pois cada um possui singularidades importantes. A seguir, serão analisadas suas condições de produção, seu público-alvo e, especialmente, os objetivos de sua composição.

## 2 O DE AGRI CULTURA DE CATÃO

### 2.1 O autor e a composição de sua obra

Marco Pórcio Catão é um personagem bastante conhecido da história romana, famoso por seu legado político-ideológico tradicionalista e moralizante, muito bem representado por seu bisneto e homônimo, Catão, o jovem. Nascido em Túsculo, em 237

a.C., foi um dos mais importantes “homens novos”<sup>1</sup> de sua época. Segundo Plutarco, apenas seu avô e pai teriam tido algum destaque na vida pública, mas ainda assim de maneira bastante tímida quando comparado com a carreira do seu descendente mais famoso.

Catão iniciou sua carreira política em nível local, ainda em sua cidade natal. Destacou-se na oratória forense, na qual deu início à famosa rigidez de princípios tradicionais e de julgamentos (Trevizam, 2006, p. 49), e nos méritos militares (Plutarco, 1991, p. 267). Com o apoio de Lúcio Valério Flaco, político romano e destacado membro de uma tradicional família patrícia, Catão iniciou sua caminhada pelo *cursus honorum*<sup>2</sup> até chegar à censura (o mais prestigioso cargo da República Romana em seu tempo), tendo como marca registrada a defesa de valores tradicionais e de um modo de vida ascético.

Uma das características mais marcantes dessa defesa de valores tradicionais por Catão foi a sua perenização na forma da escrita. Plutarco afirma que Catão compôs tratados sobre uma infinidade de assuntos – dos quais conhecemos alguns fragmentos de seu tratado histórico *Origines* e o texto completo de seu tratado *De Agri Cultura*. A importância dessa perenização pela escrita não pode ser subestimada: Catão é considerado o primeiro autor a escrever em prosa em língua latina.

Não conhecemos a data nem as condições exatas da produção do *De Agri Cultura* de Catão. A organização aparentemente quase anárquica dos temas através dos capítulos torna uma descrição resumida da obra bastante complicada. O tratado começa com uma discussão em seu prefácio sobre as formas de se buscar a riqueza, na qual se defende a agricultura como mais digna e segura, contrapondo-a ao comércio, digno, mas arriscado, e à usura, vista como desonesta. Os primeiros cinquenta e dois capítulos depois disto podem ser rotulados como discussões sobre como comprar, equipar e manter uma propriedade rural (*uilla*). Mas isto não aparece de maneira organizada. Um segundo momento, que podemos estipular apenas de maneira arbitrária, pois não há uma homogeneidade claramente planejada, é delimitável entre os capítulos LIII e LX, que tratam sobre alimentação dos animais e alimentação e vestimentas para os “da casa” (*familia*), isto é, os escravos. Entre os capítulos

<sup>1</sup> Isto é, um político de grande destaque na República romana (com a eleição para altos cargos) que não era membro das tradicionais famílias aristocratas.

<sup>2</sup> “Caminho da Honra”, isto é, a tradicional ordem sequencial de exercício das magistraturas da República.

LXI e LXIX, há alguma homogeneidade em torno das oliveiras – sua plantação, colheita e prensagem –, apesar de um dos capítulos tratar também da vindima. Já entre os capítulos LXX e LXXIII, volta-se aos animais, agora para falar sobre os cuidados com sua saúde.

Entre os capítulos LXXIV e CXLIII, encontramos receitas e fórmulas variadas, tanto culinárias, quanto de oferendas ou tratamento para os animais ou ainda sobre a conservação de produtos, higienização da *uilla* e mesmo receitas médicas. Fala-se ainda, neste momento, de oferendas, de detalhes do trabalho dos animais, dos acordos de contrato de trabalho, de conselhos sobre locais para compra de determinados produtos e dos deveres de trabalhadores que ocupavam cargos de chefia (*Vilicus* e *Vilica*).

Apenas entre os capítulos CXLIV e CLV certa unidade é restaurada: neste momento descrevem-se as condições para contratos relacionados à colheita, processamento e venda de produtos da *uilla*, com alguns capítulos incidentais sobre vassouras para limpar vasilhames, aguapés, entre outras peculiaridades da propriedade rural. O tratado se encerra com mais uma série de capítulos com receitas médicas, entre os capítulos CLVIII e CLXII.

Essa composição singular, uma mistura de conselhos concretos e disposições gerais, organizadas de maneira não linear, com repetições e saltos temáticos aleatórios, gerou muitas especulações sobre como teria se dado a produção dessa obra. A hipótese de que o tratado, na verdade, seria uma compilação póstuma das anotações do próprio Catão sem uma revisão cuidadosa é vista como a mais convincente explicação por muitos filólogos do século XIX, como Gesner e Keil (White, 1973, p. 448), e historiadores contemporâneos, como Jasper Carlsen (Carlsen, 1995, p. 17).

Mesmo que não se trate de um texto organizado postumamente, a falta de linearidade e padrão entre os capítulos nos faz realmente considerar que o tratado é composto por anotações que não possuem uma origem homogênea. Ademais, é muito forte a impressão de que boa parte dos capítulos teve sua origem em anotações de Catão acerca de algumas propriedades específicas. Antonio Mazzarino acredita que o *De Agri Cultura* foi composto inicialmente como parte do *Ad Filium*, compilação de anotações domésticas relacionadas a diversos assuntos de interesse

para um *pater familias* que Catão teria organizado para seu filho<sup>3</sup>. As recomendações relacionadas às coisas do campo teriam sido posteriormente recopiladas visando a um público leitor mais amplo, dando origem ao *De Agri Cultura* (Sciarrino, 2005; White, 1973, p. 448).

## 2.2 Contexto político e cultural da composição

Independente de qual teoria acerca da composição do livro esteja correta, uma pergunta fundamental persiste: qual o objetivo e o significado da produção dessa obra no século II a.C.? Em que contexto essa obra foi escrita e que funções ela pretendia cumprir nessa realidade?

Dentro dos parâmetros daquilo que chamei de abordagem tradicional dos textos dos agrônomos, o aparecimento do texto de Catão atestaria as transformações sociais e econômicas que afetaram a Itália romana após a invasão de Aníbal na II Guerra Púnica. Em uma tese clássica sobre a história econômica e social do período (Hopkins, 1978; Toynbee, 1965), o campesinato italiano teria entrado em crise, abalado pela destruição trazida pela invasão, pela alta mobilização militar e pela usurpação das terras por uma crescente elite escravista que teria substituído as pequenas propriedades camponesas pela grande propriedade escravista. O objetivo do texto seria, então, aconselhar os proprietários a lidar com essas novas condições socioeconômicas em suas propriedades rurais. Desta forma, o surgimento do texto de Catão deveria ser compreendido dentro do contexto histórico do desenvolvimento do modo de produção escravista (possibilitado pelas conquistas imperiais romanas e pelo desenvolvimento da produção visando ao mercado de determinados produtos *agropastoris*) e do empobrecimento do campesinato (Hopkins, 1978, p. 55; Martin, 1971, p. 85; White, 1973, p. 444).

Essa interpretação vem sofrendo revisões tanto a partir das críticas à abordagem tradicional dos textos “agrônômicos” quanto pela reavaliação das transformações econômicas ocorridas nesse período. Isto é, por um lado, afirma-se que o tratado de Catão não pode ser interpretado apenas pela sua relação com a realidade

<sup>3</sup> Obra da qual temos conhecimento graças a uma passagem da *História Natural* de Plínio, 29.15-16.

econômica e, por outro, afirma-se que essa realidade econômica fora identificada de maneira equivocada. Neste momento nos interessa avaliar o problema dos aspectos socioculturais e políticos que estruturam o texto catoniano, e o quanto isto interfere na possibilidade de entender a realidade rural italiana a partir de suas informações.

A produção textual catoniana pode ser bem compreendida como parte do contexto de uma reformulação da autoimagem da aristocracia romana. Segundo Enrica Sciarrino, o texto de Catão faz parte da construção do modelo de homem da elite romana, que seria baseado em uma tríade de papéis sociais básicos: o pai, o senhor de escravos e o comandante militar. Assim, a administração das propriedades rurais fazia parte de um modelo de masculinidade emulado pela elite romana e que se relacionava com outros aspectos que também faziam parte de tal modelo (Sciarrino, 2005).

Brandon Reay propõe uma leitura de Catão bastante instigante e convergente com a de Sciarrino (Reay, 2005, p. 334). Ele atenta para aspectos concretos da construção dessa autoimagem no texto catoniano. Como Catão era um “homem novo”, sua construção do modelo de aristocracia era um projeto político-cultural que pretendia sustentar sua ascensão aristocrática a despeito de suas origens. Isso não significava a negação da importância dos antepassados – pelo contrário, Catão é um conhecido tradicionalista. O que ele realiza, e o *De Agri Cultura* é parte disso, é uma mudança na maneira de reivindicar esse passado.

O projeto de autorrepresentação aristocrática de Catão, segundo Reay, passava por promover as *atitudes* dos grandes antepassados em detrimento do *parentesco* com os grandes antepassados como a fonte da autoridade aristocrática. Desta maneira, Catão continuava atuando dentro da teoria aristocrática de que a elite da sociedade romana era superior ao resto da sociedade devido a sua relação com esses grandes antepassados, mas ele mudava o caráter dessa relação da filiação para o comportamento. Assim, era aristocrata (*boni*) quem comungava com as atitudes dos antepassados, não apenas quem descendia de suas famílias (Reay, 2005, p. 335).

É exemplar que, segundo Plutarco, ao ser alcunhado de homem novo, Catão retrucava que “se era realmente novo em cargos e prestígio, tinha a seu favor a ancianidade dos feitos

e dos méritos de seus ancestrais” (Plutarco, *Vidas Paralelas: Catão*, 1) (Plutarco, 1991, p. 266). Isto é, se seus ancestrais não tinham os cargos e prestígios, tinham os feitos e méritos (isto é, comportamentos) aristocráticos.

Uma dessas atitudes aristocráticas a serem comungadas era a valorização do *labor*. A palavra, que etimologicamente apresenta uma ligação com esforço penoso, ganha, dentro da valorização do costume dos antepassados (*mos maiorum*), uma carga positiva, sendo o meio pelo qual o cidadão ganha seu sustento e torna-se digno de consideração pela comunidade (Pereira, 2002, p. 397-398). Porém, não é todo trabalho que é valorizado pelo *mos maiorum*, apenas aquele identificado como o *labor* dos antepassados, o trabalho agrícola (Pereira, 2002, p. 360 e 399).

Segundo Reay, Catão se vê a frente de um “dilema” nesse momento: a valorização do trabalho agrícola dos antepassados contrasta com a realidade dos proprietários majoritariamente absenteístas. Como se vangloriar de ser um respeitável agricultor enquanto se vive na cidade e suas terras são trabalhadas e administradas por escravos? A solução de Catão para esse “dilema” não poderia coadunar melhor com esse projeto de criação de uma autorrepresentação aristocrática: ele apresenta, no *De Agri Cultura*, o proprietário como o verdadeiro agente da agricultura, sendo os escravos suas meras extensões, meios através do qual o verdadeiro agente, o proprietário, atua (Reay, 2005, p. 335).

A desumanização do escravo é um elemento central em toda ideologia escravista (Finley, 1991, p. 99-100; Patterson, 1981, p. 35-37 e p. 45-47) e vai ao encontro das necessidades da construção do discurso do *labor* aristocrático: mesmo absenteísta, o agente do trabalho agrícola é o proprietário, pois este age através de seus escravos, que, ideologicamente, não são agentes, mas instrumentos. O problema do “escravo como espécie de *alter ego* do senhor” foi analisado por William Fitzgerald em seu livro sobre a presença da escravidão na literatura latina. Segundo ele, alguns escravos desempenhavam atividades muito importantes para seus senhores, e para desempenhar essas funções os escravos precisavam muitas vezes possuir características e habilidades que fugiam de seu *status* oficial dentro da ideologia escravista. Os senhores precisavam que seus escravos fossem capazes de algumas iniciativas para terem seus interesses atendidos, mas

ao mesmo tempo pretendiam que seus escravos fossem meros autômatos (Fitzgerald, 2000, p. 13, 17 e 27).

A partir disto cria-se um dos problemas fundamentais para a ideologia escravista: o duplo caráter do escravo, coisa e ser humano ao mesmo tempo (Davis, 2001, p. 50-51). Uma das soluções para esse paradoxo da ideologia escravista é mostrar as ações positivadas dos escravos como, na verdade, sendo ações dos seus senhores através dessas meras extensões, os seus escravos – assim reificados. Isto é permitido pelo caráter de dominação total imposto pelo senhor aos seus escravos: entendidas como pessoas totalmente despossuídas de potência, os escravos não poderiam ter, dentro da ideologia escravista, um caráter ativo ou autônomo nas suas atividades sociais: “em sua impotência, o escravo tornava-se uma extensão do poder do senhor” (Patterson, 1981, p. 4).

Reay argumenta que sua hipótese é confirmada pela ambiguidade identificável sobre quem é o agente de muitas das atividades que Catão indica que devem ser realizadas em seu tratado. Em alguns capítulos, há uma divisão clara entre os deveres do senhor quando em visita à propriedade e as obrigações dos trabalhadores rurais (e.g. AC, II.3-5). Porém, em diversos capítulos as atividades a serem realizadas são enunciadas através de verbos imperativos na segunda pessoa, isto é, para serem realizadas pelo leitor do texto.

Esse fato gerou certas especulações sobre o uso do tratado de Catão. Parece razoável supor que ele era utilizado como modelo pelos senhores absenteístas para deixarem ordens por escrito para os encarregados de suas propriedades ou mesmo poderia ter tido como público-alvo dessas instruções, além dos próprios proprietários, esses encarregados. Algumas passagens sugerem essa interpretação (AC, IX.1, XXXVII.5 e LV.1), pois nelas Catão faz uma distinção clara entre o leitor do texto e o *dominus* – e aparentemente o encarregado pela propriedade (*uilicus*) é esse leitor. Essa interpretação converge perfeitamente com a hipótese que estabelece os escritos cotidianos de Catão acerca de suas propriedades como a fonte para a composição do *De Agri Cultura* e com o próprio conselho de Catão sobre deixar por escrito as ordens sobre a execução dos trabalhos na propriedade para quando ele estivesse ausente (AC II.6).

Sem descartar essas duas hipóteses, porém, Reay convida-nos a lidar com esse fato como Catão e sua audiência lidavam, isto é, sem ver qualquer ambiguidade nesta maneira de abordar a execução das atividades. Segundo Reay, para os membros da aristocracia leitores do texto de Catão era exatamente a mesma coisa, em termos ideológicos, ler uma frase que dissesse que o proprietário deveria fazer algo ou que dissesse que seus escravos deveriam fazer algo, pois a ação final seria a mesma: o proprietário estaria realizando aquela ação – seja diretamente, seja através de sua “extensão”, de seus instrumentos, os seus escravos (Reay, 2005, p. 342-347).

Assim, a recepção da obra pela elite romana emulava o valor aristocrata de *labor* justamente através do efeito de “extensão do senhor” de que fala Fitzgerald. O aristocrata proprietário absenteísta transformava-se no cultivador da terra através de sua “extensão”, seus escravos, tornando-se o verdadeiro *coloni* ou *agricola* (os termos que Catão utiliza no prefácio da obra ao se referir aqueles que optam pela segurança e a honestidade da busca da riqueza através da agricultura).

Essas análises propõem, em síntese, que o tratado de Catão é um artefato literário utilizado na produção de uma autoimagem específica da aristocracia romana muito antes de ser um manual sobre agricultura. É incontornável para qualquer interpretação do tratado catoniano lidar com essas considerações políticas e culturais. Se o tratado de Catão é estruturado pela construção de um discurso político-ideológico específico, este obviamente afetará a maneira como as atividades da propriedade rural serão descritas ou prescritas.

### 2.3 De Agri Cultura e História Econômica

Tenho total acordo com essas análises e reconheço os problemas e limites que elas colocam para a utilização desse tratado em um estudo de história econômica e social como o pretendido por mim neste livro. Isto não significa, contudo, que devemos entender o conteúdo econômico e social do *De Agri Cultura* de Catão como meramente ideológico ou discursivo, ou até mesmo imaginário. O fato de que Catão escrevia um tratado sobre a relação

dos proprietários ausenteístas romanos com suas propriedades a partir de um projeto político e cultural não exclui a possibilidade de que o conteúdo desse tratado lide com a realidade concreta desse tipo de relação. Muito pelo contrário, é muito mais fácil imaginar que Catão está fazendo uma leitura dessa realidade a partir de seus objetivos políticos e culturais do que cogitar que ele estava criando um mundo imaginário para defender essas ideias.

Essa perspectiva é corroborada pela hipótese mais provável sobre a composição da obra, indicada acima, que aponta a origem dos textos desse tratado como sendo apontamentos feitos por Catão em seu cotidiano. A análise do tratado de Catão como parte de um projeto político-ideológico apenas acrescenta questões fundamentais para a análise econômica e social. Pretendo mostrar que, se corretamente enfrentadas, essas questões não só não impedem o tipo de estudo aqui proposto, como o enriquece.

Aplicando o conceito de *racionalidade ideológica*, que proponho aqui, é possível solucionar esse suposto impasse. O *De Agri Cultura* é um artefato ideológico complexo, no sentido de que é composto na interseção de diversos níveis de contradições e relações sociais. Deste modo, a construção de seu discurso é perpassada por diversos referenciais sociais, o que determina a existência de elementos sociais múltiplos na construção da racionalidade ideológica que perpassa o texto, já que as necessidades sociais a serem satisfeitas são diversas.

Apenas para exemplificar o que estou dizendo abstratamente aqui, no próximo capítulo deste livro discutirei o problema da importância da escravidão nos tratados. Para fazer isso, deve-se levar em consideração o fato de que a escravidão tende a ser enfatizada nos textos por se tratar justamente do tipo de relação de trabalho que melhor converge com o objetivo de identificar o proprietário como o verdadeiro agente do *labor*. Como aponta Fábio Duarte Joly:

A ótica patriarcal, que rege a descrição da *uilla* pelos agrônomos latinos, conduz a uma maior ênfase na escravidão, não como única forma de exploração do trabalho, mas como aquela relação de dependência que mais reforça a posição senhorial do proprietário. Mas (...) isso não implicava o total acobertamento de outras relações de trabalho no campo. (Joly, 2006b, p. 76-77)

Isso não significa, porém, que a presença de escravos nos campos italianos é mera invenção dos “agrônomos” latinos. Pelo contrário, para garantir a relevância e a força de seu texto, por mais que ele fosse estruturado por um discurso político-ideológico, os textos dos agrônomos deveriam se relacionar com a realidade social das relações agrárias. Afinal de contas, um texto que emulasse um projeto político-ideológico desse tipo ao mesmo tempo que promovesse conselhos úteis ou, ao menos, convergentes com a experiência cotidiana da elite proprietária, teria muito mais condições de repercussão do que um tratado completamente fora da experiência vivida pelos seus leitores. Ou seja, neste exemplo concreto, a ênfase do texto na presença de escravos na propriedade rural está ao mesmo tempo relacionada à importância disso para a composição da imagem do proprietário-agricultor, como explicado acima, mas também com a própria presença e importância socioeconômica desse trabalho escravo, como será demonstrado no próximo capítulo.

Parte central do meu argumento é que, além da construção de um projeto político-ideológico específico para o problema que Brandon Reay identifica, é possível identificar outros projetos ideológicos na construção do discurso da *De Re Rustica*. Esses outros discursos também precisam ser analisados para a melhor compreensão do texto da *De Agri Cultura*. Deste modo, voltando ao exemplo, a ênfase no trabalho escravo não pode ser entendida meramente pelo caráter de reforço da posição senhorial do proprietário e no aspecto relevante disso para o projeto político-ideológico da obra de Catão identificado por Reay. A ênfase no trabalho escravo também deve ser analisada a partir de outros projetos políticos-ideológicos, e pretendo mostrar ao longo deste livro que a questão da racionalização da atividade produtiva e das relações de controle sobre o trabalho são um desses outros projetos.

Além desses pontos, certas características do tratado indicam usos utilitaristas do texto. Já apontamos a possível utilização das passagens de Catão como modelos para a escrita de ordens para os encarregados das propriedades. Segundo J.G.F. Powell, a extrema “topicalização” dos temas e a presença de frases iniciais que identificam a temática a ser tratada em praticamente todos os capítulos indicam uma prática atestada em outros tipos de textos latinos: o uso de modelos ou instruções para situações particulares

(Powell, 2005, p. 228). Isso reforça mais uma vez a conexão entre discurso e prática. Se não devem ser confundidos com descrições da realidade prática dos campos romanos, esses tratados não podem ser vistos como totalmente alheios a ela.

Desta maneira, reconhecemos que os objetivos político-culturais devem ser considerados na análise do texto, mas não há motivos para descartar o tratado de Catão como irrelevante para o estudo da realidade econômica dos campos italianos de seu tempo.

### 3 O *DE RE RUSTICA* DE VARRÃO

#### 3.1 O Autor e a composição de sua obra

Marco Terêncio Varrão é conhecido atualmente por ser um dos “agrônomos latinos”, por ser o autor do tratado que influenciou a composição das *Georgicas* de Virgílio, e ainda por ser o autor de um dos tratados de gramática latina mais importantes da antiguidade, o *De Lingua Latina*. Mas isto é fruto da forma como Varrão foi incorporado à invenção da Tradição Clássica a partir do Renascimento. Tais obras, *De Lingua Latina* e *De Re Rustica*, foram sobre as quais os eruditos renascentistas interessados em Varrão dedicaram seus estudos, sendo, não por acaso, as únicas que chegaram até os nossos dias de maneira mais completa. Além de pequenos excertos que conhecemos a partir de citações e referências em obras de outros autores, conhecemos, da extensa produção varroniana, apenas os três livros da *Re Rustica* e os livros V a IX dos vinte e cinco do *De Lingua Latina*.

A identificação de Varrão com essas duas obras, de maneira tão restrita, porém, inexistia antes do Renascimento. Na Antiguidade Tardia e na Idade Média, Varrão era mais conhecido por seus textos antiquários – que não chegamos a conhecer diretamente. Na Antiguidade ele era sinônimo de sabedoria: Quintiliano o considerou o mais erudito dos romanos, e Santo Agostinho impressionava-se com o fato de, tendo lido tantas obras, ainda lhe sobrasse tempo para escrever. E não foram poucos escritos, tantos que o mesmo Santo Agostinho duvidava ser possível que a vida de uma pessoa fosse o suficiente para conseguir ler todas as obras de Varrão. Estima-se que ele escreveu mais de cinquenta obras (alguns

autores falam em mais de setenta), divididos em mais de seiscentos volumes (Hernandez Miguel, 2000, p. 15).

Varrão nasceu na cidade de Reate em 116 a.C., provavelmente no seio de uma família equestre. Ao longo de sua vida, se envolveu ativamente na conturbada vida política romana do século I a.C., tendo se exilado nos tempos de Sula e tendo sido perseguido por Marco Antônio. Ainda assim, conseguiu sobreviver a essas atribulações e passar sua velhice dedicando-se à escrita de suas obras finais até sua morte, quase aos noventa anos de idade (Hernandez Miguel, 2000; Trevizam, 2006).

O tratado sobre o campo de Varrão, *De Re Rustica*, é uma obra dividida em três livros, todos compostos em forma de diálogos aristotélicos. O Livro I é dedicado à agricultura, o Livro II, ao pastoreio, e o Livro III, à *pastio uillatica* (definida pelo autor como a criação de pequenos animais na própria sede da propriedade rural). No capítulo I do Livro I, que serve de introdução à obra, Varrão afirma que aos oitenta anos de idade decidira escrever aquele livro para que sua esposa, Fundânia, tivesse acesso aos seus conselhos sobre como tornar uma propriedade rural produtiva mesmo depois de sua morte. A partir dessa passagem, a data de composição da obra seria 36 a.C. Porém, o pesquisador francês René Martin defende uma hipótese amplamente aceita pelos estudiosos do tratado de que tal data marcaria apenas a compilação em uma única obra de três livros originalmente independentes e escritos em momentos diferentes da vida de Varrão.

O argumento mais forte a favor dessa hipótese de Martin é a sua análise do capítulo I do livro I. Segundo Martin, podemos dividir tal capítulo nas seguintes partes:

- 1) Introdução ao leitor, na qual Varrão informa suas motivações sobre a escrita da obra;
- 2) “Plano de redação”, no qual o autor indica que a obra estará dividida em três livros, informa os assuntos de cada um deles e os dedica à sua esposa;
- 3) Invocação dos deuses, na qual são invocados doze deuses ligados à *agricultura*;
- 4) Forma do trabalho, na qual se indica que será reproduzido na obra conversas que o autor teve com outras pessoas sobre a *agricultura*;

- 5) “Bibliografia”, na qual se faz referência a autores que escreveram previamente sobre o assunto a ser tratado na obra;
- 6) Nova indicação do “plano de redação”, na qual se indica novamente os assuntos dos três livros, enfatizando que o livro I tratará exclusivamente da agricultura;
- 7) Indicação das fontes utilizadas pelo autor (experiência própria, leituras e conversas com conhecedores do assunto).

Para Martin, esse capítulo introdutório passa a impressão de ser, na verdade, a mistura de dois textos diferentes: a introdução de toda a obra e a introdução do livro I apenas. Os itens 3 e 4 são apropriados apenas para introduzir o próprio Livro I, já que se referem especificamente à agricultura: os deuses invocados são todos agrícolas e o assunto dos diálogos a serem apresentados é identificado como sendo a agricultura. Além disso, a dedicatória dos três livros a Fundânia no item 2 entra em contradição com a dedicatória específicas dos livros II e III, a Turrano Niger e a Quinto Pínio respectivamente (Martin, 1971, p. 225-226). A dedicatória do livro II, em especial, é reveladora, pois faz menção ao livro sobre agricultura anteriormente escrito e dedicado a Fundânia (RR, II.Praef.6). Isto é, no início da obra Varrão diz que dedica o *De Re Rustica* para Fundânia, enquanto no prefácio do Livro II ele afirma ter dedicado a Fundânia um livro anteriormente escrito sobre a agricultura.

Para explicar essas “arestas” na composição da obra, Martin propõe a tese de que a composição do texto de Varrão teria sido clivada cronologicamente. Segundo o historiador francês, o livro I não pode ter sido escrito antes de 59 a.C., pois cita Escrofa (um dos personagens centrais do diálogo) como um dos *uirgintuir* (RR I.2.10), isto é, membro da comissão de vinte homens designada para repartir as terras da Campânia nesse ano. Por outro lado, sua composição não deveria ser muito posterior a essa data, pois a referência a essa atividade de Escrofa não deveria ser esperada depois de muitos anos de realizada.

Além disso, a data dramática, isto é, a data em que o diálogo é ambientado pelo autor, certamente é o período entre 59 a.C. e 57 a.C., pois há referência à casa de Lúculo (RR I.2.10), romano notável pelas suas riquezas e feitos militares, morto em 57 a.C. Desta maneira, Martin indica alguma data próxima a 55 a.C. para a composição

do livro I, sendo os dois outros livros posteriores, enquanto 37 a.C. seria a data da compilação desses livros como uma obra única (Martin, 1971, p. 226-228 e 233).

### 3.2 Contexto político e cultural da composição

De qualquer forma, os três livros que compõem a *De Re Rustica* se inserem em uma mesma tradição “literária”: os “manuais técnicos” acerca de conhecimentos diversos, muito populares no mundo helenístico e que se espalharam pela elite romana quando das conquistas no Mediterrâneo oriental (Trevizam, 2015; White, 1973, p. 467). Tratados desse tipo escritos por autores gregos eram amplamente conhecidos pelos romanos, sendo longa a lista deles citados por Varrão no início de seu tratado (*RR* I.1.8), e logo se tornaram também um importante modelo literário em Roma.

Deve-se atentar para um ponto importante: o termo “manual técnico” possui uma carga anacrônica perigosa, pois os romanos não faziam uma distinção entre “literatura-artística” (*belles-lettres*) e literatura técnica, ou seja, mesmo o que chamamos de manual técnico tem pretensões artísticas, no sentindo bem enunciado por Cícero de que “a exposição é por si própria uma arte”<sup>4</sup> (Powell, 2005, p. 224). Assim, a leitura desses “manuais” não era meramente instrumental. Esses tratados, que tinham como assuntos mais comuns justamente aqueles tópicos que eram vistos como necessários para o exercício de cargos públicos ou para o correto desempenho do papel de *pater familias*, exerciam papel importante na construção da própria identidade aristocrática também nessa época. Desta forma, escrever um tratado sobre a agricultura não era meramente elencar informações necessárias para o *pater familias* administrar de maneira satisfatória suas propriedades, mas propriamente emular certas ideias sobre a identidade aristocrática. O tratado de Varrão, assim como o de Catão, se insere na valorização do *labor* como um dos elementos fundamentais da caracterização dessa identidade.

É possível, inclusive, estender para a *De Re Rustica* a análise feita por Brandon Reay sobre o tratado de Catão. Assim como este, Varrão também utilizava verbos na segunda pessoa do

<sup>4</sup> A citação de Cícero é do *De Legibus*, 2.47.

imperativo, criando o mesmo efeito de fazer dos leitores os agentes da atividade agrícola. Esse aspecto é extremamente marcante nos capítulos dedicados por Varrão à descrição das operações agrícolas em suas épocas corretas, (e.g. *RR*, I.XXIX.1). Nessas passagens, os trabalhadores não são mencionados como sujeitos ativos da produção, aparecem apenas como um meio oculto pelo qual o proprietário realiza tais atividades.

Outra questão político-ideológica que pode perpassar a composição da *De Re Rustica* por Varrão é identificada pela historiadora Carin Green. Segundo ela, o conceito varroniano de administração da *uilla* é perpassado por uma identificação ideológica com a administração da *Res Publica* (Green, 1997, p. 431-432) – de maneira similar ao que se pode perceber no tratado de Columela, segundo Fábio Joly (Joly, 2003, p. 287-288). Assim, os conselhos sobre a administração das propriedades rurais de Varrão são construídos tendo em mente não apenas a realidade rural da qual falam diretamente, mas em consonância com perspectivas, interesses e concepções do autor acerca da administração pública.

Outro problema que surge para a análise é o fato reconhecido por todos os comentadores de que Varrão, como muitos outros autores da Antiguidade clássica, fazia uso abundante da literatura prévia sem maiores preocupações em referenciar a autoria das informações citadas. Assim, haveria de se discutir o quanto das prescrições de Varrão realmente fazem referência a uma realidade concreta da sociedade de seu tempo, já que muitas delas poderiam ser meramente repetições de passagens de autores anteriores e estrangeiros, que tratariam de outras épocas e outras sociedades.

Kenneth White pondera, precisamente, que essa prática de citação não era vista como problema pelos antigos, pois o que determinava a reputação de um autor como autoridade no assunto debatido não era o fato da cópia ou não de outros autores, mas a maneira como essa cópia era feita (White, 1973, p. 474). A partir disto, Skydsgaard (1968 *apud* White, 1973, p. 476) mostra como o trabalho de utilização de Varrão se vale de um trabalho muito comum entre os escritores romanos de “manuais técnicos”: utilizar excertos de muitas obras anteriores sobre temas diversos, adaptando-as para o seu tema. Sendo assim, acreditar que Varrão é um mero copista de textos anteriores e que, conseqüentemente, as informações contidas em seu tratado não coadunam com a realidade rural italiana de seu

tempo é equivocado, pois seria impossível entender a reputação e a divulgação de sua *De Re Rustica* caso isso fosse verdade.

### 3.3 *De Re Rustica* e a História Econômica

A partir desse ponto de vista, a análise da *De Re Rustica* precisa, da mesma maneira que a análise do *De Agri Cultura*, passar por certos cuidados para possibilitar um estudo socioeconômico, mas tal estudo é não só possível como promissor. É necessário enfatizar que Varrão não pretendia descrever a realidade rural italiana, mas sim compor uma obra literária dentro de certos modelos preexistentes.

Um exemplo de consequência importantíssima para a análise social e econômica do mundo rural italiano a partir do tratado varroniano nos é apontado pela historiadora austríaca Ulrike Roth: Varrão enfatiza que seu objetivo é escrever, no livro I, um tratado sobre *agricultura*, e não sobre a realidade do mundo rural (Roth, 2007, p. 7). Essa diferença, que parece pouco importante, é fundamental. Qualquer aspecto da realidade rural italiana que não faça parte da agricultura é omitido por Varrão em seu livro I (e o mesmo ocorre nos outros dois livros, tendo como objetos, porém, o pastoreio e a *pastio uillatica*), como o próprio Varrão afirma (RR, I.I.11).

Roth conclui que Varrão seleciona atividades existentes na realidade rural identificadas com a agricultura, excluindo outras atividades que poderiam exercer um papel fundamental na realidade econômica da Itália rural (Roth, 2007, p. 8). Sendo assim, qualquer análise da realidade econômica rural italiana que tenha o *De Re Rustica* como fonte primária precisa levar em consideração o problema das “lacunas” do texto. Como solução para esse problema, Roth indica o cotejamento das fontes com proposições baseadas em modelos teóricos, que permitem analisar os indícios apontados pela fonte a partir de pontos de vista “provocativos” (Roth, 2007, p. 9).

Outra questão levantada por essa categorização rígida de Varrão é, justamente, a apresentação em separado de atividades que, decerto, se davam de maneira inter-relacionada na prática cotidiana do mundo rural. Como percebe Kenneth White, o próprio Varrão, apesar de dedicar linhas e mais linhas ao intuito de precisar corretamente a separação entre agricultura e pastoreio no livro I (RR I.2.12-28), enfatiza a interdependência entre agricultura e a

criação de animais no prefácio do livro II (*RR II, praef.5*). Sendo assim, a rígida estrutura expositiva de Varrão não pode nos enganar quanto à inter-relação das atividades, apresentadas em separado, na realidade rural italiana (White, 1970, p. 51).

O caráter moralizante da obra de Varrão também precisa ser levado em consideração. Isto é, é preciso avaliar o quanto as prescrições de Varrão se devem mais a concepções morais da elite romana do que a problemas práticos da realidade rural. Na verdade, esse problema se assemelha ao do caráter político-ideológico que Brandon Reay identifica na obra de Catão e a solução é a mesma apontada acima: na hora da avaliação de certas informações presentes na *De Re Rustica*, deve-se estar atentos para o fato de que a abordagem dos temas feita por Varrão é perpassada por certos projetos político-ideológicos, os quais devem ser estudados dentro do quadro conceitual da racionalidade ideológica.

#### 4 CONCLUSÃO

Sendo assim, mais do que “limpar” as informações de “deformações” causadas por esses aspectos políticos e culturais, é necessário identificar as formas como diferentes discursos se relacionam dentro do texto dos agrônomos (tanto Varrão como Catão). Na verdade, o que ocorre nesses tratados não é a invasão de concepções moralizantes sobre o campo do econômico, como alguns imaginam, mas a construção de discursos convergentes acerca de aspectos diversos da realidade social da aristocracia italiana, da qual faziam parte esses autores.

Roger Chartier, pensando um contexto completamente diverso, o da História da Filosofia, subsidia de certa forma essa abordagem. Sobre a análise de textos filosóficos, ele afirma ser necessário que se:

(...) identifique as transferências de paradigmas de um domínio para outro (...) ou ainda, a utilização de analogias que aproximam universos conceituais separados (...) [ou ainda que se deve] tentar compreender a sua racionalidade específica na historicidade da sua produção e das suas relações com outros discursos. (Chartier, 1990, p. 73)

Entre o que observa Chartier e o que percebemos em Catão e Varrão, há, porém, uma diferença importante. Os “agrônomos latinos” não estão aproximando universos conceituais separados. Existe, na verdade, a construção de discursos a partir de referenciais diferentes que se inter-relacionam. Elementos conceituais de um referencial (a construção da identidade aristocrática) são utilizados para compor a reflexão acerca do outro referencial (a administração do trabalho rural), enquanto a própria reflexão sobre a administração do trabalho rural faz parte da construção do quadro conceitual da identidade aristocrática.

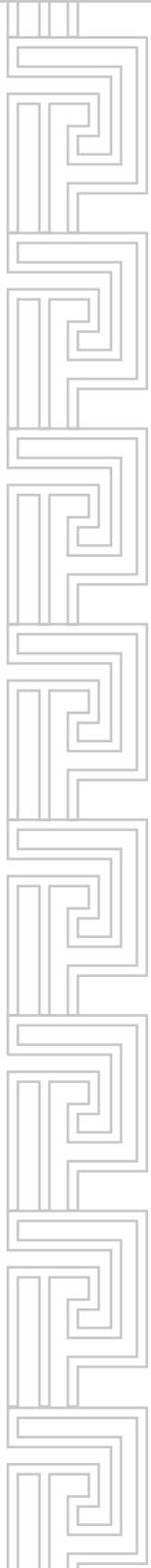
Sendo assim, a análise desses textos deve comungar com a preocupação metodológica do historiador francês Yvon Garlan em seu estudo sobre a escravidão na Grécia Antiga, no qual ele afirma que:

Nós correremos sérios riscos de não os compreender [os textos antigos que versam sobre a escravidão] se tentarmos interpretá-los fora do contexto dos gêneros literários aos quais eles pertencem e, acima de tudo, sem referência ao lugar que eles ocupam em um ou outro sistema de representação. (Garlan, 1988, p. 15)

O estudo sobre os processos de racionalização da atividade produtiva e das relações de controle social a partir dos tratados de Catão e Varrão deve, então, se preocupar com questões políticas e ideológico-literárias da composição desses textos. É necessária a reflexão sobre como empreender estudos acerca de obras literárias que, ao mesmo tempo, respeitem as particularidades dessas obras e nos permitam ir além de meras identificações de quadros conceituais internos da obra, analisando como estes estão relacionados com a realidade social em que as obras foram produzidas.

O estudo desses “tratados de agronomia” deve ser pensado, metodologicamente, de maneira próxima ao que Rafael Marquese fez em seu grande estudo sobre a escravidão moderna. Ao explicar sua abordagem das fontes, ele afirma:

A análise dos textos prescritivos sobre a administração dos escravos permite examinar o quadro mental e material envolvido no ato da elaboração das ideias sobre o assunto, pois esses textos foram organizados



com base em concepções formuladas em redes de conhecimento historicamente distintas e pretenderam intervir em contextos materiais específicos, isto é, buscaram responder aos problemas das sociedades escravistas a que pertenciam seus autores. (...) *O estudo das ideias sobre gestão escravista, por conseguinte, exige a investigação tanto dos instrumentos intelectuais que lhes deram sustentação quanto das sociedades escravistas em que procuravam intervir.* (Marquese, 2004, p. 12, grifos meus)

O estudo das prescrições sobre a administração do trabalho escravo presentes nos tratados de Catão e Varrão devem passar tanto pela identificação dos quadros conceituais dos contextos político-ideológicos em que esses autores viveram, e que são fundamentais para entender a composição de seus textos, como pela análise da sociedade escravista em que pretendiam que suas prescrições intervissem. Assim, deve-se rechaçar tanto a metodologia *anedótica* que usava passagens desses tratados sem a análise literária necessária, como também certos exageros que podemos identificar em algumas abordagens contemporâneas, que pretendem negar a relação desses tratados com a realidade e analisar suas prescrições como apenas metáforas para pensar questões políticas e culturais. Analisados com cuidado e atenção, os próprios projetos político-ideológicos presentes nesses textos e as estruturas conceituais que os organizam textualmente podem nos revelar muito sobre o pensamento da classe dominante romana sobre o tratamento dos trabalhadores rurais pressupostos nesses tratados.

## CAPÍTULO 2

# Os trabalhadores residentes e externos: escravos e camponeses

Os tratados de Catão e Varrão foram lidos por muito tempo como descrições da realidade econômica dos campos da Roma Antiga. A visão predominante era que tais textos descreviam um tipo padrão de unidades produtivas agrícolas baseadas no trabalho escravo. Isto é, esses tratados seriam uma janela para a realidade de uma forma dominante de propriedade rural na Roma Antiga: a *uilla*. Tenney Frank definia, no início do século XX, um conceito de *uilla* típica ou ideal que se repetiria em diversos autores posteriores, das mais diferentes correntes teóricas:

A *uilla* típica era uma grande estrutura composta por celeiros, lagares e cubas em uma área, locais de trabalho dos escravos em outra, e uma segunda estrutura confortavelmente equipada para receber o proprietário quando ele tivesse tempo suficiente nos assuntos de Estado para tirar breves férias no campo. A gestão da propriedade, que provavelmente consistia em uma fazenda compacta de 100 a 300 hectares, era entregue a um escravo de confiança, o *uilicus*, e sua esposa. Se a agricultura implantada era a mais comum, uma tropa de quarenta ou cinquenta escravos não era muito grande. O agricultor geralmente especializava-se em uma cultura, pois tinha como objetivo produzir um belo e claro lucro graças à propriedade de grandes quantidades de um produto, mas também dedicava uma parte do terreno para diferentes produtos secundários, que iriam manter os escravos vivos e atender as necessidades mais simples da *uilla*. (Frank, 2006, p. 57, minha tradução)

O primeiro capítulo deste livro mostrou como uma revisão crítica da leitura desse tipo de texto impactou as análises históricas feitas a partir deles. Um ponto central dessa revisão foi justamente a crítica a uma ideia muito fechada de *uilla*. Apontava-se que não era razoável supor que a Itália romana estivesse apinhada por propriedades razoavelmente similares entre si, baseadas em



um mesmo modelo ideal descrito nesses tratados. A partir disso, diversos elementos daquilo que seria uma “*uilla* típica”, listados na citação acima, passaram a ser colocados em questão enquanto características realmente centrais da economia rural romana. Um deles é particularmente importante para nós aqui: passou a ser questionado o quanto realmente a escravidão seria a fonte central de trabalho nas propriedades da elite romana.

Dentro desse espírito crítico, o historiador francês Jean-Christian Dumont analisou o léxico utilizado nos tratados sobre o campo para se referir aos agentes humanos que intervêm no trabalho agrícola. Seu objetivo era justamente identificar se a escravidão era tão central assim nesses textos, como ponto de partida para um questionamento mais geral sobre a relevância do trabalho de pessoas escravizadas nas propriedades rurais da elite. Segundo Dumont, o vocabulário sobre os trabalhadores poderia trazer informações de dois tipos: ou determinava o estatuto jurídico do trabalhador (escravo, livre etc.); ou designava sua especialização e/ou função no trabalho agrícola (administrador, construtor, vaqueiro etc.). Esses termos que definem ocupações são usados no mundo romano para se referir a trabalhadores escravizados ou livres indiscriminadamente (Bradley, 1994, p. 65), então apenas quando há uma referência expressa ao estatuto do trabalhador que podemos dizer se um administrador, construtor, vaqueiro ou qualquer outro trabalhador é escravo ou livre.

Dumont mostra que ao longo desse tipo de texto prevalece o uso de termos que denotam a especialização ou função do trabalhador, sendo as referências ao seu estatuto jurídico esporádicas. Soma-se a isso o fato de que, quando se referem genericamente aos trabalhadores, esses textos utilizam predominante termos como “homens” (*homines*) e “trabalhadores” (*operarius*), que também não nos permitem saber seu estatuto jurídico. O historiador francês conclui, assim, que esses escritores não estavam particularmente preocupados com o estatuto jurídico de quem realizava o trabalho, os preocupava apenas que o trabalho fosse realizado (Dumont, 1999, p. 114-120). Isso estaria ligado a um fato fundamental da economia rural romana: as formas de trabalho nas propriedades da elite romana eram muito diversas, e não haveria uma dependência tão grande do trabalho escravizado como suposto no modelo tradicional de *uilla*.

Uma análise quantitativa detida dos tratados de Catão e Varrão, especificamente, confirma os resultados de Dumont. No *De Agri Cultura*, temos 52 ocorrências de termos que se referem à função ou especialização, 37 que se referem ao estatuto e 14 ocorrências de termos genéricos. Na *De Re Rustica*, temos 84 ocorrências de termos que denotam função ou especialização, 24 que se referem ao estatuto e 19 ocorrências de termos genéricos. Esse método quantitativo é limitado, contudo.

O contexto no qual um termo que denota ofício ou especialização aparece pode nos dar indícios importantes sobre o estatuto jurídico que implicitamente os autores estão atribuindo aos trabalhadores, mesmo que eles não usem termos que explicitamente denotem isso. Assim, é preciso associar essa análise quantitativa com análises qualitativas das passagens que se referem aos trabalhadores nesses dois tratados a fim de realmente desvendar quais as relações de trabalho que esses tratados vislumbravam em suas prescrições.

A divisão lexical proposta por Dumont, portanto, não é o melhor ponto de partida para essa análise qualitativa. Mais importante do que saber se o termo usado se refere ao estatuto ou ao ofício, devemos investigar as relações sociais de produção que podem ser percebidas a partir das passagens nas quais esses termos aparecem. Proponho que, para isso, uma primeira chave fundamental é identificar se certas passagens do texto se referem a trabalhadores residentes na propriedade ou a trabalhadores externos que desempenham trabalhos sazonais ou excepcionais (isto é, trabalho temporário na propriedade).

Existe um predomínio do trabalho residente nas duas obras. Isso é menor em Catão, no qual há 57 menções a trabalhadores residentes e 43 a trabalhadores externos (com 3 ocorrências indeterminadas), mas muito claro em Varrão, no qual existem 97 menções a trabalhadores residentes e apenas 11 a trabalhadores externos (com 19 ocorrências indeterminadas). O passo seguinte é caracterizar as relações sociais de produção das duas formas de trabalho, fixo e temporário, analisando as funções e papéis desempenhados por cada uma delas dentro das propriedades descritas ou prescritas por Catão e Varrão. É a partir dessa análise qualitativa que poderemos saber realmente como esses textos podem nos ajudar a entender a relação entre senhores e escravos no mundo rural romano de sua época.

## 1 TRABALHADORES EXTERNOS

Uma das passagens mais interessantes (e citadas) do tratado de Varrão diz que “Todos os campos são cultivados por escravos, homens livres ou ambos” (RR, I.XVII.2), fazendo uma espécie de tipologia das formas de trabalho rural. Essa é, na tipologia de Dumont, umas das passagens “minoritárias” em que há menções ao estatuto jurídico dos trabalhadores. Mas logo se percebe a importância dessa menção para toda a reflexão sobre o trabalho nos campos para Varrão. Não por acaso, ela está logo no começo do principal capítulo dedicado aos trabalhadores.

Nele, Varrão explica que o trabalho “livre” deveria ser utilizado nas propriedades da elite em duas situações: em regiões insalubres, provavelmente para evitar a perda do alto investimento pecuniário feito na compra de um escravo, e em “trabalhos maiores”, no qual a exigência de trabalho deveria exceder a de trabalhadores escravizados existentes em uma propriedade. Essa passagem é um indício claro da importância do trabalho livre nas grandes propriedades rurais italianas, contrariando teses mais tradicionais que viam os campos italianos dominados por latifúndios escravistas. Contudo, o fato mais marcante da apreciação de Varrão sobre o trabalho livre é, justamente, o caráter de excepcionalidade que ele dá a tal forma de trabalho.

O trabalho livre é identificado como restrito a duas situações específicas, o que nos permite inferir que Varrão associa o trabalho nas propriedades aristocráticas, ao menos *a priori*, com o trabalho escravo. Além disso, outra informação fundamental dessa passagem é a de que, no caso que podemos imaginar ser o predominante de uso do trabalho “livre”, esses trabalhadores são contratados para trabalhos sazonais. Por isso, são trabalhadores externos à propriedade, não vivem ali, são trazidos para esses “trabalhos maiores”. Fora essa referência, contudo, Varrão não explica em maiores detalhes como se dá esse uso do trabalho externo, tratando quase que exclusivamente do trabalho residente.

O *De Agri Cultura*, contudo, é mais generoso em passagens que se referem a trabalhadores externos à propriedade. Logo no começo do tratado (AC, II.6), Catão dá a entender que existiriam duas formas de os trabalhos de suas propriedades serem executados: ou pelos próprios trabalhadores residentes, ou empreitando o trabalho

a terceiros. É interessante que Catão não aconselha, nem neste momento nem em qualquer outro do tratado, quais trabalhos fazer e quais empreitar. Porém, ele explica com detalhes as condições de empreitamento para a execução de três atividades específicas: a construção da sede, com certo detalhamento sobre a instalação do descaroador de azeitonas; a colheita da azeitona; e o processamento para a fabricação do óleo de oliva. Nos dois primeiros exemplos, Catão nos dá bons indícios sobre quem são esses trabalhadores e sobre como funcionam tais relações de produção.

A relação de trabalho descrita para o empreitamento da construção da sede (AC, XIV e XXI.5) parece consistir na contratação de uma espécie de mestre de ofício, um especialista (El Bouzidi, 1995, p. 94), o *faber*, para a execução de uma tarefa específica e não rotineira. Isto é, estamos tratando aqui de trabalhos excepcionais, necessários em momentos pontuais, e não relações de produção que se repetiam com alguma periodicidade exata. A singularidade e importância desses trabalhos podem ser destacadas ao percebermos que esse é um dos poucos momentos em que Catão prevê uma relação direta entre o senhor e um trabalhador. De maneira geral, no resto do tratado, sempre existem intermediários entre o senhor e os trabalhadores, figuras de chefia como o *uilicus* (administrador) ou o *custos* (vigia, supervisor). Nesta passagem, aparentemente, o próprio senhor contrata e fiscaliza o trabalho.

O proprietário tinha que garantir todo o material necessário, mas não fica claro quem são os ajudantes (*adiutores*) a que Catão se refere: se são trabalhadores ligados ao *faber*, ou se são trabalhadores “fornecidos” pelo senhor ao *faber*. A única coisa que se diz é que o senhor é responsável pelo seu pagamento. Um sem-número de cenários poderiam ser imaginados a partir disso, mas acredito que o mais verossímil é pensar em camponeses livres arregimentados pelo senhor na vizinhança da propriedade para auxiliar um especialista contratado para realizar o trabalho excepcional necessário. Logo analisarei uma outra passagem em Catão que reforça essa interpretação.

Vejamos antes como funciona o empreitamento da colheita de azeitonas (AC, CXLIV). Duas questões saltam aos olhos. Primeiro, esse empreitamento se refere a um trabalho sazonal, que acontece anualmente, e não a um trabalho excepcional, como a construção da sede. Segundo, esse trabalho não precisa de um

especialista inexistente na propriedade, mas de uma quantidade extra de trabalhadores. Enquanto o empreitamento ligado à figura do *faber* lida com a obtenção de um trabalho *excepcional* que não existe *qualitativamente* na propriedade (mesmo que alguns desses trabalhos necessitem de quantidades consideráveis de trabalhadores, o essencial na figura do *faber* é sua qualificação especial), o empreitamento da colheita lida com a obtenção de um trabalho *sazonal* que não existe *quantitativamente* na propriedade.

Não por acaso, uma das questões centrais desse empreitamento é o fornecimento de trabalhadores pelo contratado. Essa é uma das passagens da *De Agri Cultura* que parece refletir um caso concreto que ele viveu, porque Catão é muito específico. Ele fala em cinquenta homens, sendo dois terços apanhadores, aqueles que colhem as azeitonas nos pés. Outro tipo de trabalhador citado é o catador, que recolhe as azeitonas caídas. Todo esse trabalho é supervisionado por um vigia, que provavelmente é um trabalhador residente que desempenha a importante função de fiscalizador da realização do trabalho em nome do senhor absenteísta.

Nesta passagem, o proprietário se envolve, na verdade, em duas relações: com o contratado, a quem deve pagar o custo do empreitamento, e com os trabalhadores, a quem deve pagar o custo da contratação. Na maior parte desse capítulo, Catão lista as obrigações a serem cumpridas pelo senhor e tal lista reflete essa dupla relação: algumas se referem aos trabalhadores, outras ao contratado, enquanto outras aparentemente se referem a ambos. A relação entre contratado e senhor envolve o estabelecimento de certos termos estipulados ou mediados por um terceiro, chamado no tratado de L. Mânlio, fórmula romana correspondente ao nosso “fulano de tal” (Trevizam, 2006, p. 399), ou identificado como um homem de bem (*uir boni*). Entre os termos mediados estão as cauções que o contratado deve dar como garantia contra possíveis prejuízos à propriedade e os valores descontados do pagamento em caso de algum prejuízo causado. As preocupações identificáveis nesse capítulo, com relação ao contratado, se referem ao ressarcimento por possíveis danos e, também, ao fornecimento dos trabalhadores. Percebe-se que Catão, enquanto proprietário, via-se em uma situação arriscada ao empreitar a colheita de azeitona, e buscava cercar-se de garantias que evitassem prejuízos. E esse problema não se refletia apenas na relação com o contratado. A maior preocupação

identificável na relação com os trabalhadores é evitar o desvio de azeitonas colhidas.

Se no empreitamento das construções o enigma maior se refere aos trabalhadores, já que a figura do *faber* pode ser identificada com uma espécie de mestre de ofício, no empreitamento da colheita de azeitonas o enigma é duplo: continuamos no escuro quanto aos trabalhadores e nada sabemos, dessa vez, sobre o empreiteiro. Ou melhor, sabemos algo importante e que deve ser a pista inicial (não apenas por ser única, mas também por ser uma boa pista): ele é uma pessoa com certa capacidade de mobilizar trabalhadores. Só isto torna compreensível o fato de o senhor recorrer a ele em vez de obter por si próprio os trabalhadores.

Que pessoas poderiam ter o poder de mobilizar números razoáveis de trabalhadores no mundo rural italiano do século II a.C.? Poderíamos pensar em outros grandes proprietários de terras e escravos, que tivessem suas propriedades nas proximidades e que tomassem por empreitada a colheita de seus pares utilizando sua escravaria. Porém, isso só seria possível em situações muito específicas que causassem a coincidência de momentos de carência de trabalho em algumas propriedades enquanto outras experimentassem sobressalência de trabalho. Como havia pouca especialização de cultivos (não havia nada parecido com uma monocultura) e as diferentes propriedades deveriam em geral produzir os mesmos cultivos, é difícil imaginar que essa fosse uma realidade extremamente recorrente. Podemos pensar, também, em grandes proprietários de escravos que não os utilizassem em suas propriedades e os “investissem” no empreitamento de colheitas de grandes propriedades. Porém, esse é um empreendimento que, novamente, depende da coincidência de momentos de carência de trabalho em determinadas propriedades com momentos de trabalho excedente em outras, pois só assim a “tropa de escravos” garantiria rendimentos estáveis ao seu proprietário, e não meramente sazonais, tornando-se prejuízo no resto do ano agrícola.

Como vimos na passagem de Varrão sobre os trabalhadores livres, eles eram usados nesses momentos de “trabalhos maiores”. Sendo assim, é razoável que busquemos entre eles os trabalhadores da colheita de azeitona da *De Agri Cultura*. Poderíamos pensar em moradores de cidades próximas, que fossem mobilizados para o trabalho agrícola de tempos em tempos. Os inúmeros achados

de ferramentas agrícolas nas residências dentro dos muros de Pompeia nos indicam que a população urbana não era tão apartada do mundo rural como poderíamos imaginar (Garnsey, 1980, p. 42). Esses cidadãos poderiam ser mobilizados para o trabalho nas *uillae* a partir das redes clientelares dos grandes proprietários, sendo que o tal empreiteiro poderia ser algum dos clientes mais influentes e relevantes do senhor, que tivesse a capacidade de lhe garantir acesso a um número considerável de trabalhadores. Porém, com exceção das regiões mais próximas a Roma, dificilmente os centros urbanos teriam condições de garantir sozinhos os trabalhadores sazonais necessários para a agricultura italiana (Rathbone, 1981, p. 15). Podemos, então, nos voltar para os camponeses que viviam na vizinhança da propriedade.

A ideia de que o campesinato desempenhava um importante papel como trabalho sazonal nas propriedades da elite ganhou muita força na historiografia no contexto da crítica daquela tese tradicional de crise do campesinato que mencionei no capítulo anterior. Essa ideia fundamenta-se no pressuposto de que os cultivos praticados pelos camponeses diferiam daqueles praticados nas propriedades da elite, o que permitiria a coincidência entre carência de trabalho nessas propriedades e sobressalência do trabalho nas propriedades camponesas. Esse pressuposto certamente é exagerado: a viticultura e a olivicultura, principais cultivos nas propriedades da elite, também eram praticadas pelos pequenos camponeses. Portanto, nos momentos de grande demanda por trabalho nas grandes propriedades, provavelmente havia certa “competição” pelo trabalho camponês entre estas e as próprias terras camponesas (Erdkamp, 1999, p. 569).

Alguns elementos, porém, nos permitem imaginar que, em alguma medida, os camponeses deixavam suas terras para ir participar dos “trabalhos maiores”, para usar o termo de Varrão, nas propriedades da elite. O primeiro deles é que, se praticavam os mesmos cultivos que os grandes proprietários, os camponeses certamente o faziam em menor escala. Assim, é provável que eles fossem capazes de terminar o trabalho necessário em suas propriedades a tempo de participarem dos mesmos nas grandes propriedades – especialmente em situações de grande “excesso de mão de obra” na propriedade camponesa, situação à qual famílias camponesas estão sempre suscetíveis dentro do ciclo de vida familiar (Rosenstein, 2004, cap. 3).

Mais importante, é provável que os camponeses se vissem forçados pelas circunstâncias a planejar seus cultivos tendo como objetivo consciente não estarem ocupados com suas próprias terras nos momentos de grande necessidade de trabalho nas grandes propriedades. Seja porque o trabalho assalariado nas propriedades da elite servia ao princípio de diversificação de atividades, que era uma estratégia fundamental de minimização de riscos para o campesinato mediterrânico (Horden; Purcell, 2000, p. 201); seja porque o trabalho nas grandes propriedades era importante como principal forma de obter moeda para pagar tributos, obrigações fundiárias ou adquirir certos produtos que fossem possíveis somente em espécie (Garnsey, 1988, p. 56; Rathbone, 1981, p. 19)<sup>1</sup>; ou ainda porque esses camponeses não eram tão independentes, como costumamos imaginá-los – e, de alguma maneira, como pela pressão de dívidas<sup>2</sup> ou de relações clientelares, esses camponeses poderiam ser obrigados pelos grandes proprietários a trabalhar em suas terras nesses momentos de grande necessidade de trabalho.

Dito isto, voltemos ao nosso enigma: quem poderia ter o poder de mobilizar trabalhadores que lhe permitisse desempenhar a função de contratado para realizar a colheita das azeitonas como descrita no *De Agri Cultura*? O chefe de uma família camponesa não teria o controle sobre números tão grandes de trabalhadores a que faz menção Catão. Então, nos restariam figuras de destaque no nível da comunidade local, como chefes de clãs em locais em que as famílias se organizassem em sistemas estendidos de parentesco, chefes de famílias camponesas mais poderosas localmente, que pudessem estabelecer relações de patronato com os camponeses mais pobres, ou outras figuras de prestígio dentro da comunidade camponesa local.

Uma passagem extremamente importante do tratado de Catão corrobora essa interpretação:

Seja bom para teus vizinhos; não permitas que os de casa lhes façam mal. Se a vizinhança conviver contigo de bom grado, venderás o que te pertence com maior facilidade, darás de empreitada com maior facilidade e contratarás trabalhadores com maior facilidade; se construíres, contribuirão com trabalho, animais de

<sup>1</sup> Sobre a importância do acesso a relações de trabalho monetarizadas para o campesinato, ver Osborne (2002).

<sup>2</sup> Sobre a importância do endividamento dos livres pobres com os grandes proprietários, ver Dyson (1992, p. 43 e 134).

carga e material para a construção; se algo acontecer (oxalá nada aconteça), irão proteger-te de boa vontade. (AC, IV.1)

Catão dá um conselho (Seja bom para seus vizinhos), mostra como fazer isso (não permitir que os trabalhadores residentes lhes façam mal) e enumera cinco objetivos de agir assim. Desses cinco, três têm a ver com relações de trabalho. Segundo Catão, tratar bem os vizinhos facilitaria o empreitamento de atividades, a contratação de trabalhadores e o acesso a trabalho, animais de carga e materiais em momentos de construções. Porém, as relações de trabalho são apenas uma parte do conjunto das relações sociais da propriedade com a vizinhança. Os outros dois objetivos de se ter uma boa relação com os vizinhos também são significativos: vender facilmente aquilo que o senhor pretende vender; e, em eventuais momentos de perigo, que os vizinhos venham em seu socorro. Isto mostra que a vizinhança não é só o local de obtenção de trabalho, mas um importante local para a circulação da produção da propriedade e para o estabelecimento de relações de aliança e de clientela importantes para a expansão do poder do proprietário.

Essa relação ativa com a vizinhança que identificamos em Catão não se repete no texto de Varrão. Em duas rápidas passagens (RR, I.VIII.2 e XV.1) a vizinhança é citada como fontes de problemas para a propriedade. As relações com a vizinhança deveriam diminuir os riscos de duas potenciais fontes de conflitos: limites das propriedades e gastos com compras nas propriedades vizinhas. É interessante notar que Varrão se refere às “vilas” vizinhas (*propinqua uilla*), e não às propriedades vizinhas de uma maneira geral. Isso, somado ao temor com possíveis brigas judiciais, pode ser visto como indício de que Varrão tinha em mente, nessa passagem ao menos, uma vizinhança em condições de maior poder social, econômico e político, com as quais não se estabelece relações verticais de patronagem, mas relações horizontais de competição.

Varrão volta às relações com a vizinhança com maior fôlego no capítulo XVI do primeiro livro. Em boa parte, a vizinhança continua sendo tratada mais como um obstáculo aos proventos da propriedade do que um *locus* para importantes relações sociais. A vizinhança aparece, sobretudo, como um local perigoso, de onde saem bandidos que impedem que uma terra fértil se converta em

uma propriedade proveitosa para seu senhor. Porém, esse capítulo apresenta, pela única vez na *De Re Rustica*, relações vistas como positivas com a vizinhança. Quando existem povoados (*uici*), cidades (*oppida*) ou lavouras prósperas e com propriedades ricas (*divitum copiosi agri ac villae*) na vizinhança, pode-se obter delas, segundo Varrão, coisas necessárias à propriedade a bons preços além de vender aquilo que fosse excedente.

Tal proximidade também era importante para a obtenção de trabalhos excepcionais de certos tipos de trabalhadores, como médicos, pisoeiros e artesãos – uma realidade que se aproxima das relações com o *faber* descrita por Catão. Obter esses trabalhos dessa forma era interessante, segundo Varrão, para evitar que fosse necessária a compra de escravos para exercer tais funções, pois eles podiam morrer, levando consigo todo o investimento feito na compra. Porém, Varrão logo pondera que senhores muito ricos muitas vezes mantinham escravos para exercer essas atividades.

O que essas passagens parecem deixar claro é a existência de uma percepção por parte dos proprietários romanos de que não era possível nem interessante que todos os trabalhos a serem realizados numa propriedade fossem tarefa de trabalhadores ali residentes. Existia uma demanda clara por trabalhadores externos para a realização de trabalhos excepcionais e sazonais. E, dessa análise qualitativa dessas passagens, emerge a imagem de que boa parte desse trabalho vinha da população camponesa livre que vivia nas vizinhanças da propriedade. De toda forma, ambos os textos demonstram maior preocupação com a administração do trabalho realizados por aqueles trabalhadores que moram na propriedade.

## 2 TRABALHADORES RESIDENTES

Como vimos acima, Catão dividia os trabalhos entre aqueles que se empreitariam e aqueles que seriam realizados diretamente pelo pessoal residente na propriedade. Catão utiliza recorrentemente o termo *familia* para definir esse grupo de trabalhadores (El Bouzidi, 1999, p. 66-67). Esse termo é o que mais aparece no tratado entre aqueles que se referem aos agentes do trabalho agrícola, tendo grande destaque dentre as passagens que identificam trabalhadores residentes (18 ocorrências em um

universo total de 42 ocorrências – sendo que o segundo termo com mais aparições é *uilicus*, com 7 ocorrências).

Quem seriam esses membros da *familia*? A verdade é que o termo é polissêmico. Essencialmente, refere-se a um grupo de pessoas ligadas entre si pelo fato de estarem submetidas à *potestas* de um mesmo *pater familias*, seja por relações de parentesco, seja por relações de obrigações, independentemente de seu estatuto jurídico. Ao mesmo tempo, tal termo é amplamente usado no mundo romano como o coletivo de escravos pertencentes a um mesmo senhor (El Bouzidi, 1999, p. 63-65; Saller, 1987, p. 84). Por isso, os tradutores dos tratados não se furtam de traduzir recorrentemente *familia* simplesmente por “escravos”, sendo que “escravos de casa” talvez seja mais preciso<sup>3</sup>. É neste segundo caso, aparentemente, que se enquadra a totalidade dos usos do termo em Catão e em Varrão (sendo que este utiliza bem menos o termo)<sup>4</sup>.

Pode-se considerar, desta maneira, que Catão pensa o grupo de trabalhadores residentes na propriedade como formado, prioritariamente, por escravos (ou, ao menos, por pessoas submetidas a outras formas bastante severas de dependência). Três passagens de Catão nos dão pistas sobre quem formava esse grupo de trabalhadores residentes. A primeira (AC, LVI) é explícita, identifica como parte da *familia* o *uilicus* (administrador), a *uilica* (administradora), os *operarii* (trabalhadores), o *epistatae* (feitor), o *opilio* (pastor) e os *compeditii* (trabalhadores acorrentados). Nas outras duas passagens (AC, X.1-5, XI.1-5), Catão lista tudo aquilo que é necessário, respectivamente, a um olival de 240 jeiras e a um vinhedo de 100 jeiras, incluindo aí os trabalhadores.

Ele não identifica claramente esses trabalhadores como escravos, pelo contrário, se refere a eles genericamente, como homens (*homines*) – na linha do destacado por Dumont. Contudo, podemos tecer algumas considerações sobre eles que fogem às conclusões propostas pelo historiador francês. Primeiro, parece claro que Catão se refere aos trabalhadores *residentes* necessários à propriedade (e não do total de trabalhadores necessários). Ao se referir à colheita de azeitona, Catão fala em um número muito maior

<sup>3</sup> Em sua tradução para o Português, Matheus Trevizam opta por uma tradução de *familia* mais literal, “os de casa”. Porém, a maioria dos tradutores interpretam *familia* como “escravos”, como Hooper e Ash, da Loeb Classical Library, e Goujard e Heurgon, da Les Belles Lettres – e mesmo Trevizam em algumas passagens.

<sup>4</sup> O próprio Jean-Christian Dumont identifica *familia* como um dos termos que denotam estatuto jurídico dos trabalhadores (Dumont, 1999, p. 114).

de trabalhadores como necessário do que o listado nesse capítulo. Como nada leva a crer que o capítulo sobre a colheita se refere a um olival muito maior do que 240 jeiras, é possível imaginar que ele esteja listando apenas os trabalhadores *residentes* necessários, sem incluir os trabalhadores temporários, o que parece bastante lógico, inclusive. Também parece razoável identificá-los como *escravos*: a parte final da lista de coisas necessárias identifica alguns itens que aparentemente são utilizados pelos trabalhadores citados no início do capítulo, e nesse momento há identificação explícita deles como escravos<sup>5</sup>. As informações desses dois capítulos nos permitem perceber que a *familia* que Catão tem em mente é composta por três tipos básicos de escravos: aqueles ligados à chefia, como *uilicus*, *uilica* e *epistatae*; aqueles que cuidam de animais da propriedade, como porqueiros e vaqueiros, e os trabalhadores não especializados (os *operarii*).

No caso da *De Re Rustica*, de Varrão, vimos que as referências ao trabalho residente são predominantes. Se, por um lado, isso não significa que o trabalho temporário era inexistente no tratado de Varrão, por outro significa que o trabalho residente tinha um papel especial no seu universo conceitual. Porém, esse trabalho residente pode ser identificado como escravo?

No Livro I, os trabalhadores residentes aparecem muitas vezes identificados como escravos (*seruus*, *conseruus* ou *mancipia*) ou como escravos da casa (*familia*). A importância da escravidão entre os trabalhadores residentes aumenta ainda mais quando passamos de uma abordagem quantitativa para uma análise cuidadosa das passagens centrais sobre os trabalhadores no Livro I. Dois capítulos desse livro são dedicados exclusivamente aos trabalhadores (RR, XVII e XVIII). O primeiro inicia-se com o enunciado do que se vai tratar na próxima parte do livro I (entre os capítulos XVII e XXII): aquilo que é necessário ao cultivo, os instrumentos. Varrão aponta duas possíveis divisões deste ponto: uns o dividem entre os homens e aquilo que os auxilia, enquanto outros os dividem em três partes: os instrumentos vocais, semivocais e mudos.

É importante atentar para um erro constantemente cometido quando essa passagem é analisada: Varrão não está chamando os *escravos* de “instrumentos vocais”, mas *todos os trabalhadores*. Quanto

<sup>5</sup> Na verdade, o termo de referência é *puero* (garoto). Contudo, essa era uma forma bastante comum de se referir a escravos no mundo romano; ver Finley (1991, p. 100).

a isso, porém, é interessante notar que Varrão explica as divisões a partir de *exemplos*. Ele diz os instrumentos vocais, como os escravos, os instrumentos semivocais, como os bois, e os instrumentos mudos, como as carretas. Não é possível afirmar que para ele todos os instrumentos vocais são escravos, porque isso seria o mesmo que concluir que para Varrão os bois constituem todos os instrumentos semivocais ou que as carretas são os únicos instrumentos mudos. Todavia, a escolha desses três exemplos para explicar a divisão é muito reveladora – mostram quais são os elementos que de certa forma aparecem como mais significativos em cada categoria, e entre os trabalhadores são os escravos os escolhidos. Esse é um primeiro indício de que, no universo conceitual de Varrão, os trabalhadores residentes, tão centrais em seu tratado, são escravos.

Na continuação do capítulo, temos a referência aos trabalhadores livres já mencionada neste estudo. Já vimos que esse trabalho é identificado com situações específicas, excepcionais. Desta forma, analisar essa passagem como indício do uso do trabalho livre pelos proprietários italianos é ao mesmo tempo necessário e equivocado. A passagem é clara: Varrão prescreve a utilização dos assalariados em *algumas* situações, o que nos permite inferir que em seu universo conceitual o trabalho é associado *a priori* com o trabalho escravo, sendo essas prescrições de utilização dos assalariados exceções que confirmam a regra.

A seguir, ao se referir à prescrição de Cássio de como deveriam ser os trabalhadores, Varrão usa um termo genérico: *operarios*. Porém, logo depois, afirma que informações sobre esses trabalhadores podem ser obtidas perguntando-lhes o que faziam para o antigo senhor (*dominus*), do que se infere um aspecto subordinado, dependente, senão servil, destes. O resto do capítulo, sem sombra de dúvidas, se refere à escravaria. Apesar de usar o termo genérico *operarios* em alguns momentos, ou se referir ao *praefectus* (aquele que lidera/chefia), um termo que denota o ofício e não o estatuto do trabalhador, a passagem se refere a todo o momento a escravos (*mancipia*) e escravas (*conseruas*).

Já o capítulo seguinte, pretende estabelecer o tamanho da *familia* necessária a uma propriedade. Ele começa com a exposição das famosas prescrições de Catão sobre a quantidade e tipos de trabalhadores necessários para um olival de duzentas e quarenta jeiras e para um vinhedo de cem jeiras, analisada acima. Tal passagem

utiliza diversos termos que denotam o ofício dos trabalhadores, porém Varrão fala nessas funções descrevendo a *familia* necessária e descrevendo os tipos de funções exercidas por escravos (*mancipiae*).

Se notarmos que a passagem de Catão, que Varrão cita, se refere ao número de homens (*homines*) necessários e que Varrão os cita como o número de escravos (*mancipia*) necessários, o peso da escravidão nessa passagem varroniana ganha ainda mais impacto (Joly, 2006b, p. 72). Na continuidade do capítulo, Varrão mantém o procedimento: usa alguns termos genéricos ou que se referem apenas ao ofício do trabalhador, mas sempre os enquadrando numa discussão sobre o número de escravos (*mancipia* ou *familia*).

Portanto, nas duas principais passagens do Livro I que se referem aos trabalhadores, Varrão identifica o trabalho residente com o trabalho escravo. Essa análise qualitativa das prescrições de Varrão sobre os trabalhadores coloca em xeque, portanto, uma mera análise quantitativa do vocabulário usado para se referir a esses trabalhadores. Algo similar pode ser identificado nos outros dois livros da *De Re Rustica*.

No Livro II podemos perceber a mesma centralidade da escravidão entre os trabalhadores residentes. Isso não é facilmente perceptível em uma análise quantitativa, pois o termo que domina as referências aos trabalhadores (*pastor*, com 21 ocorrências em um universo total de 36), é um termo que denota apenas o ofício do trabalhador. Porém, uma análise mais cuidadosa de algumas passagens centrais também pode nos revelar o estatuto que Varrão imagina terem esses pastores.

Em um primeiro momento (RR, II.I.25-26), já podemos surpreender os personagens varronianos se referindo a possibilidade de os *pastores* se “procriarem”: apesar de aparentemente ser vista com alguma estranheza, essa possibilidade é bem-vista no texto como uma forma de aumentar o número de escravos da casa (*familia*). Assim, começamos a associar os *pastores*, trabalhadores dos quais tanto se fala no Livro II, com o estatuto servil.

O capítulo que trata especificamente dos pastores (RR II.X) é bastante significativo nesse sentido. O capítulo é enunciado como dedicado aos *pastores*, sendo então usado para definir a temática de todo um capítulo um termo que denota função, e não estatuto jurídico. Além disso, no início do capítulo, os trabalhadores são identificados por adjetivações (*superiores*, *pueros*, *firmiores*, etc.)

ou termos genéricos (*homines*) – além da menção ao chefe dos pastores (*magister pecoris*). Porém, as coisas começam a mudar com a continuação da leitura. Terminado o setor onde se expõem as características dos chefes, Varrão afirma que nem todos os povos (*natio*) são aptos para o trabalho como pastores, e fala de povos da península ibérica (*bastulanos* e *turdulanos*) como inaptos e dos gauleses como admiravelmente adaptados. Não há qualquer menção ao estatuto jurídico desses estrangeiros, e poderíamos pensar que Varrão está se referindo à prática do pastoreio em diferentes regiões do Império. Contudo, a interpretação mais razoável dessa passagem parece ser a de que Varrão se refere a pastores estrangeiros trabalhando na Itália. Se essa alternativa estiver correta, é, por sua vez, razoável imaginar que o mais provável é que esses estrangeiros “migraram” para a Itália da pior maneira possível, como trabalhadores escravizados. Essa interpretação é reforçada pela continuação do capítulo. Logo após essa passagem, Varrão enumera as seis formas de se adquirir um título de propriedade legítima sobre esses pastores e faz algumas considerações sobre a venda de escravos. Nesse mesmo sentido, ao falar da “procriação”, Varrão afirma que isso não é um problema para os pastores que ficam na propriedade, pois eles têm companheiras de cativeiro (*conseruuas*) – o que nos indica o estatuto servil tanto do pastor como de sua companheira. Diante disso, pode-se dizer que também no livro II Varrão imagina trabalhadores residentes como escravos.

O Livro III, dedicado à criação de pequenos animais na sede (a *pastio uillatica*), não é rico em referências aos trabalhadores, fato que tornaria qualquer tentativa de quantificação sem sentido. Contudo, uma pequena e bastante esclarecedora passagem (*RR*, III. III.4) pode nos ajudar a analisar o trabalho residente. Ao falar das duas formas de obter animais para a *pastio uillatica*, Varrão afirma que se pode comprá-los de caçadores ou pescadores ou, após uma primeira compra, criá-los na propriedade sob o cuidado de seus escravos (*seruus*). Percebe-se, desta forma, que o trabalho residente ligado à *pastio uillatica* também está associado ao trabalho escravo no universo conceitual varroniano.

Desta forma, contrariando a tese de Dumont, acredito que podemos identificar a centralidade da escravidão ao menos no trabalho residente para os tratados de Catão e Varrão. Porém,

temos que tomar cuidado com esse dado. Ele não nos permite inferir imediatamente que, por isso, o trabalho residente nas propriedades da aristocracia romana no período republicano era majoritariamente formado por escravizados.

Como já discutido, certas informações que podemos identificar nos tratados dos “agrônomos” não podem ser entendidas imediatamente como retratos da realidade das relações sociais da Itália romana. No caso específico analisado neste momento, o trabalho escravo converge com o projeto político-ideológico desses tratados, analisado no capítulo anterior. A valorização da escravidão nestes não é mero reflexo da realidade rural, mas parte de um contexto político-ideológico complexo. Para superar o dilema de entender a ênfase na escravidão como reflexo de uma realidade socioeconômica ou como elemento de um projeto político-ideológico, é necessário entender como esse caráter político-ideológico se relaciona com os aspectos das relações sociais de produção no campo – isto é, como dois contextos estruturantes do texto se relacionam e convergem.

Fábio Duarte Joly aponta que a escravidão é “a relação de dependência que mais reforça a posição senhorial do proprietário” (Joly, 2006b, p. 77). Se esse ponto ressalta a importância dos elementos político-ideológicos da valorização da escravidão nos tratados, não nega a importância do mesmo ponto nas relações sociais de produção – pelo contrário. Isto é, se a escravidão ganhava destaque na composição dos tratados por ser a relação de dependência mais extrema imposta pelos proprietários, reforçando sua posição senhorial, é razoável imaginar que a mesma característica da escravidão reforçasse sua importância nas relações sociais de produção no campo.

Um caminho para entender essa importância da escravidão é relacioná-la com características fundamentais do tipo de propriedades rurais que Catão e Varrão têm em mente ao escrever seus tratados, a *Villa*. Segundo Norberto Guarinello:

O que distinguia, fundamentalmente, *villa* de *uicus*, *castellum*, ou *oppidum*, não era meramente sua dispersão nos campos, mas a relação diferente que mantinha com a terra e com a comunidade que ocupava o território circundante. As *villae*, em certo sentido, eram muito mais isoladas de sua

vizinhança, acompanhando o desenvolvimento de formas privadas e individualistas de apropriação da terra e o declínio dos laços comunitários que eram o pressuposto da sociedade agrária arcaica. (Guarinello, 1993)

O trabalho residente é fundamental para a existência desse isolamento relativo da *uilla* frente às comunidades circundantes. O fato de esse trabalho residente ser identificado com os escravos relaciona-se diretamente com isto: que forma mais eficiente de estabelecer uma forma de apropriação do solo mais isolada do que fazê-lo impondo aos trabalhadores a forma mais extrema de dominação e dessocialização, a escravidão?

Além de privar a comunidade camponesa vizinha do acesso a uma parcela do solo da região, as propriedades baseadas no trabalho escravo dinamizavam novas formas de relações sociais de produção entre a aristocracia e essas comunidades: como a necessidade de trabalho na agricultura mediterrânea varia muito ao longo do ano agrícola (Erdkamp, 1999, p. 557-558), em certas épocas do ano (como na colheita) as propriedades escravistas precisavam de uma quantidade importante de trabalho sazonal, que era obtido muitas vezes nas comunidades agropastoris vizinhas (Garnsey, 1988, p. 56; Rathbone, 1981, p. 19). Desta forma, a ênfase na identificação do trabalho residente com o trabalho escravo e do trabalho externo com o campesinato vizinho é resultado da convergência das necessidades materiais das formas de propriedade fundiária da elite romana com seus projetos político-ideológicos de autorrepresentação.

Delimitado que Catão e Varrão têm, sim, em mente trabalhadores escravizados em boa parte de suas prescrições sobre a administração da propriedade rural, podemos passar para a questão central deste livro. Como esses autores prescreviam o tratamento aos escravizados e como podemos explicar tal tratamento a partir dos conceitos de racionalidade e ideologia? Os próximos capítulos deste livro se dedicam a isso.

# CAPÍTULO 3

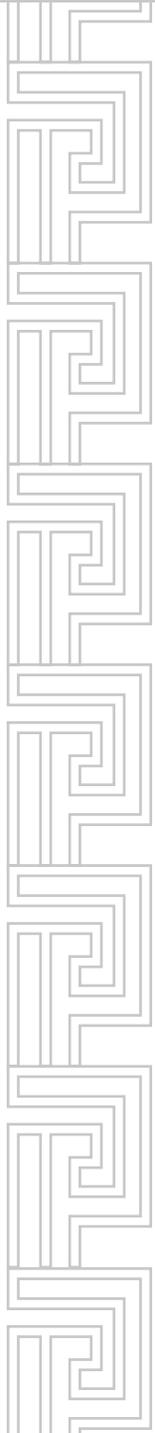
## Violência e hierarquia na administração do trabalho escravo

### 1 A AUSÊNCIA DA VIOLÊNCIA NOS TRATADOS

O tema do tratamento dos escravizados pelos seus senhores imediatamente nos faz pensar, com toda a razão, em violência. A imagem dos escravos trabalhando e obedecendo ao senhor sob a ameaça e a violência do açoite é extremamente forte. Em uma discussão sobre relações entre senhores e escravos, em especial quando se tem em mente o problema do controle e da compulsão ao trabalho, a violência certamente é um primeiro dado a se considerar. Uma leitura dos tratados de Catão e Varrão que pretende identificar as formas como os proprietários administravam o trabalho escravo termina, contudo, com a constatação de um quase silêncio ensurdecedor: nem no *De Agri Cultura*, nem no *De Re Rustica* a violência pode ser facilmente identificada como estratégia de controle dos escravos.

No tratado de Catão, tal procedimento só aparece claramente em uma única passagem – quando se recomenda aos escravos encarregados pelas fazendas (*uilici*) castigar de acordo com a culpa aqueles que cometerem faltas (*AC*, V.1). É uma menção bastante clara ao uso da violência como estratégia de controle, certamente, mas é a *única*. A mesma coisa se repete no tratado de Varrão. É possível perceber a violência nas entrelinhas de uma passagem na qual ele aconselha que os que chefiam (*praefectus*) não controlem os trabalhadores mais com pancadas do que com palavras quando estas puderem surtir o mesmo efeito (*RR*, I.XVII.5). Podemos inferir facilmente que, quando o resultado não fosse o mesmo, o uso da violência seria aceitável.

De qualquer forma, são apenas duas passagens em tratados que nos permitem volumosas considerações sobre estratégias de controle dos escravos. Surge, então, um problema que precisa ser explicado: por que a violência está tão pouco presente nos tratados de Catão e Varrão? Seria isto uma indicação de que as relações de controle dos escravos na produção rural não se baseavam na pressão social sobre os escravos causada pela possibilidade de



serem submetidos a castigos violentos e ao abuso generalizado? Certamente, não. Não há qualquer razão para imaginar que a escravidão rural romana fosse uma exceção à violência generalizada que marca a escravidão, e outras razões explicam muito melhor a pouca presença desta nos tratados de Catão e Varrão.

É possível identificar na cultura da elite greco-romana, de uma maneira geral, uma valorização do “controle da raiva” relacionada à ética estoica. William Harris mostra que uma das características mais marcantes do que chamamos de “cultura clássica” é justamente a ideia geral de que existe uma distinção entre “sentir emoções” e “agir no impulso de emoções”, e que mesmo sendo a raiva um sentimento de difícil controle, era necessário e possível controlar tal sentimento para evitar a contaminação das atitudes por ela (Harris, 2001, p. 5). A relação com os escravos tinha lugar especial nos discursos sobre essa ideologia do “controle da raiva”.

Harris identifica diversos contextos nos quais os escravos aparecem, na literatura clássica, como causadores de raiva em seus senhores, como a insubordinação ou o cumprimento de ordens fora dos parâmetros esperados pelos senhores. Essas situações eram objeto de considerações nos autores antigos sobre a importância do controle da raiva, mas isso não significava a inexistência da punição física. A questão era, segundo Harris, a convicção de que uma punição aplicada sem raiva era mais eficiente do que aquela aplicada no calor da raiva. Essa convicção baseava-se em dois elementos: o senhor tinha maiores possibilidades de fazer um julgamento correto e impor a punição mais justa quando livre da raiva; e a punição sem raiva permitia, em algum nível, a manutenção de uma, ao menos aparente, “dignidade” no tratamento do escravo pelo senhor, um elemento fundamental para um sistema de autoridade personalizada, como a escravidão (Harris, 2001, p. 317).

Desta forma, podemos identificar um quadro ideológico amplo de emulação de comportamentos moderados, de “controle da raiva”, no qual a relação com os escravos desempenha um importante papel. Na composição de seus tratados, Catão e Varrão certamente foram influenciados por essa percepção das relações com seus subordinados, na qual o senhor deveria controlar sua raiva para agir de maneira correta. Em algum nível, essa também era um elemento da autoimagem da aristocracia que os dois autores

buscavam construir – e isso explicaria a presença tão irrisória da violência como elemento de controle nos textos.

Além desse contexto sociopolítico e cultural de valorização do “controle da raiva”, certos desenvolvimentos históricos devem ter aprofundado essa percepção. As grandes revoltas servis do final do século II e início do século I a.C., dentre as quais a mais famosa é a liderada por Espártaco no sul da Itália, certamente afetaram a composição do tratado varroniano. A percepção de que o tratamento descabidamente violento de alguns senhores teria causado essas sublevações dos escravos era bastante disseminado entre a elite letrada greco-romana, como podemos ver em vários dos textos antigos que narram tais rebeliões (Araújo, 1999, p. 183-184).

Assim, a moderação nos castigos não era mero problema ideológico, mas “administração racional” (Harris, 2001, p. 325). Isto é, a ênfase varroniana na moderação dos chefes nos castigos está ligada a uma percepção de que o abuso é o caminho para a rebelião escrava – não é por acaso que a frase seguinte no tratado faz referência aos problemas trazidos pela concentração de escravos de mesma nação, citada como outra causa de rebeliões. Se tal concentração devia ser evitada para afastar os problemas de insubordinação escrava, o mesmo se dava com o abuso nos castigos.

Tudo isso não significa que as punições corporais fossem escassas ou suaves nas visões de Catão e Varrão sobre o controle e exploração dos escravos. Mostra, sim, a existência de uma política escravista de administração do castigo corporal: como as passagens nas quais Catão e Varrão mencionam esses castigos mostram, claramente a punição se mantinha como elemento constituinte na disciplinarização dos escravos, ainda que dentro de um projeto político-ideológico que os regule.

## 2 A HIERARQUIA NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: OS CHEFES ESCRAVOS

Nos dois tratados, as rápidas menções aos castigos corporais se dão no contexto de conselhos a chefes (*uilicus* em Catão e *praefectus* em Varrão). Esse é só um primeiro indício da importância monumental que ambos os autores dão à formação de hierarquias de comando do trabalho escravo. Tanto Catão quanto Varrão

pressupõem e abordam a todo momento posições de chefia dentro de sua escravaria. A hierarquia aparece como um elemento estruturante no funcionamento da administração das atividades produtivas e do controle dos trabalhadores. Nos dois tratados, praticamente todas as passagens que se referem a trabalhadores trazem menção a alguma figura de chefia.

Dessas, a mais recorrente é o encarregado pela administração da propriedade, o *uilicus*. Como eram grandes proprietários de terras (o que na maioria das vezes significa a propriedade de várias fazendas em diferentes regiões) e ao mesmo tempo precisavam ter uma atuação político-social eminentemente urbana e militar, os aristocratas romanos não poderiam administrar suas propriedades pessoalmente. Uma das soluções mais comuns para isso foi o uso de administradores encarregados (*uilicus*), que ficavam responsáveis pela gestão cotidiana das propriedades. A presença dos *uilicus* nos tratados de agronomia romanos, assim como em diversos outros textos que fazem menção ao mundo rural, é bastante marcante, mostrando sua grande importância. Porém, eles não eram as únicas posições de chefia mencionadas por Catão e Varrão: termos como *uilica*, *epistatae*, *magister pecoris* e *custos* também se referiam a posições de autoridade frente aos trabalhadores e serão discutidas nas próximas páginas.

O destaque à hierarquia e à chefia nas prescrições de Catão e Varrão precisa ser entendido dentro do quadro da racionalidade ideológica da aristocracia romana. Isto significa, mais uma vez, que o contexto político-ideológico e as preocupações práticas da administração do trabalho escravo não podem ser vistos como excludentes ou mesmo divergentes na construção das estruturas conceituais presentes na composição dos tratados. É preciso explicar como as duas coisas se constituem mutuamente.

Em uma sociedade tão marcada pelo patriarcalismo e pela preocupação com hierarquias, não é surpreendente que esse aspecto seja enfatizado nos tratados, reproduzindo conceitos e abordagens recorrentes em texto que tratam de outros assuntos. Isso não significa, contudo, que o problema da chefia e da hierarquia não respondesse a necessidades práticas da administração do trabalho. Frente à necessidade de os senhores de terra serem absenteístas, a importância do *uilicus*, em primeiro lugar, é gigantesca, mas mesmo outras posições de chefia desempenhavam papel primordial. Jerzy

Kolendo afirma que é a estrita vigilância que permite o escravismo se tornar uma forma de trabalho bastante eficiente e produtiva (Kolendo, 1980, p. 198-199), e essa vigilância, no caso de um senhor absenteísta, precisa, entre outras coisas, de um sistema hierárquico de chefias muito bem estruturado.

Além da produtividade, a forma de vigilância permitida por esse sistema de chefias garantia outras vantagens para o sistema escravista, especialmente na questão do controle. Silvia Hunold Lara, em um trabalho sobre fazendas escravistas na região de Campos dos Goytacazes, mostrou a importância do feitor como figura de mediação da violência entre o senhor e o escravo. A historiadora brasileira mostra como o feitor era a face visível da violência e da regulação do trabalho, servindo de intermediário na relação senhor-escravo. Essa intermediação era importante por garantir o afastamento do senhor do exercício direto da violência, o que inclusive permitia o senhor agir como aquele a quem os escravos apelavam em caso de abusos do feitor (Lara, 1988, p. 166).

Se voltamos à passagem em que Varrão repreende os chefes que usassem da violência quando palavras puderem obter o mesmo resultado, vemos mecanismo similar em funcionamento. Em um contexto de valorização do “controle da raiva” e, especialmente, de percepção de que a violência desmedida era causa de revoltas dos escravos, esses papéis desempenhados pela chefia certamente eram atraentes para os senhores e se refletiam na composição de prescrições sobre a administração do trabalho escravo. Olhando mais especificamente como Catão e Varrão falam desses chefes, podemos ver mais detalhes sobre como essa hierarquia de chefias estruturava toda uma estratégia de controle e vigilância sobre os trabalhos residentes de suas propriedades.

## 2.1 Varrão e as características necessárias aos chefes

Varrão utiliza recorrentemente um termo genérico, *praefectus* (ou *qui praesunt*) para se referir aos chefes. Este é, inclusive, o termo mais importante na discussão varroniana sobre os trabalhadores agrícolas, no capítulo XVII do Livro I. Varrão não nos dá uma definição precisa sobre a quem o termo se refere, dificultando análises mais precisas (Martin, 1974, p. 278).



Isso não impede, contudo, algumas considerações mais gerais e bastante elucidativas.

Dada a centralidade que a figura do *uilicus* tem nos tratados sobre o campo, seria possível supor que Varrão está apenas utilizando um sinônimo aqui. Jasper Carlsen, porém, acredita que o termo se refere genericamente a todos os escravos colocados em posições de confiança e que tem alguma relação com a propriedade, sejam aqueles acima do *uilicus*, que vivem na cidade e administram as finanças da casa senhorial (como os *actores*), mas, principalmente, o próprio *uilicus* e aqueles abaixo deste na hierarquia, que chefiem atividades específicas de um determinado trabalho agrícola (Carlsen, 1995, p. 121)<sup>1</sup>. Ou seja, o termo *praefectus* não definiria uma função específica, englobaria diversas posições possíveis ao longo de toda a cadeia hierárquica de chefias, incluindo o *uilicus*. Sendo assim, as observações de Varrão sobre esses *praefectus* podem ser utilizadas para pensarmos algumas questões gerais sobre o problema da chefia.

Em uma das mais interessantes passagens do importante capítulo dedicado aos trabalhadores (RR, I.XVII.4-5), Varrão lista as características necessárias ao *praefectus*. Aquele que lidera os escravos precisa:

- 1) saber ler e escrever;
- 2) ter alguma instrução;
- 3) ser ajuizado;
- 4) ser mais velho do que aqueles que ele chefiará;
- 5) ser experiente na agricultura;
- 6) estar apto ao trabalho; e
- 7) ser moderado nos castigos.

Podemos perceber que essas características, implícita ou explicitamente, estão ligadas a certas preocupações. De maneira geral, percebemos que Varrão se aflige com três questões: sua eficácia (a capacidade de a liderança estimular o serviço produtivo); sua confiabilidade (a lealdade da liderança para com o senhor); e sua efetividade (sua capacidade de fazer os subordinados aceitarem e respeitarem sua liderança). Assim, as três preocupações básicas identificáveis nessa passagem seriam quanto à produtividade, quanto à fidelidade e quanto à autoridade.

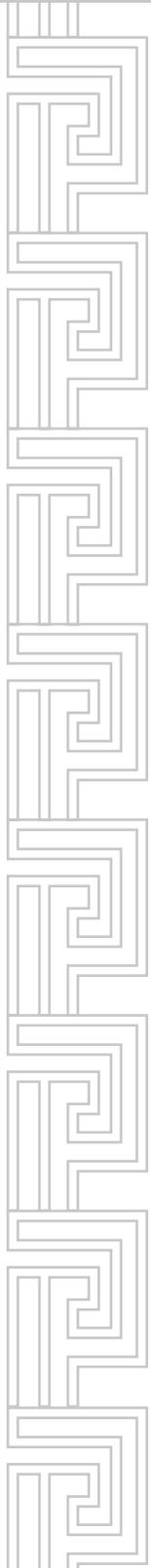
<sup>1</sup> Interpretação próxima a feita por Matheus Trevizam ao traduzir *praefectus* por “aqueles que lideram” e *uilicus* por administrador.

A preocupação que parece estar menos presente é a quanto à produtividade, que pode apenas ser inferida de duas características necessárias aos chefes. A primeira é a necessidade de tais chefes saberem ler e escrever, pois é dessa maneira que o senhor absenteísta tem conhecimento da produção de suas terras. Todavia, na verdade, a necessidade de alfabetização está relacionada com uma preocupação ampla do senhor em manter o controle sobre o que ocorre na *uilla*, no que se insere a preocupação com a produtividade, mas não apenas ela. A segunda característica ligada à preocupação com a produtividade é a necessidade de estar apto a trabalhar nas atividades agrícolas. Aqui, existe uma preocupação clara em estimular a produtividade, já que o trabalho bem-feito do chefe deve servir de exemplo ao restante dos trabalhadores. Porém, este não é o único objetivo desta característica necessária, pois com ela pretende-se, também, reforçar a autoridade do chefe sobre os escravos.

De outra característica necessária aos chefes se infere a preocupação com a fidelidade de tais líderes: a necessidade de serem “ajuizados”. Em uma sociedade escravista, ser um “escravo ajuizado” significa ser um “escravo fiel”, respeitar as ordens de seu senhor e trabalhar em seu benefício. Porém, o ponto realmente recorrente é a questão da autoridade desses chefes sobre o resto dos escravos. É preciso que a escravaria dê ouvidos a tais chefes, é preciso que eles pensem que tais chefes os lideram merecidamente. Assim, percebe-se que Varrão tem uma preocupação muito grande em garantir a efetividade da autoridade dos chefes sobre os escravos.

Dentro da análise presente na *De Re Rustica*, aparecem três características da liderança como importantes para a aceitação e respeito dos subordinados: 1) conhecimento – isto inclui conhecimento das letras, alguma instrução e experiência na agricultura; 2) idade superior – quando possível, os líderes deveriam ser mais velhos que os subordinados, pois assim conseguiriam que estes lhes “dessem ouvidos”; e 3) moderação – o senhor devia evitar que tais líderes exercessem sua autoridade de modo violento se um modo não violento pudesse obter o mesmo resultado.

É possível entender tanto a preocupação varroniana com a autoridade dos chefes quanto os elementos indicados como fundamentais para a construção de tal autoridade dentro do quadro da racionalidade ideológica da aristocracia romana. A preocupação com a autoridade da chefia remete tanto a um contexto político-



ideológico mais amplo, que reflete estruturas conceituais sobre o problema da autoridade que ultrapassam a relação escravista apenas, quanto questões práticas da administração da escravaria.

Da mesma forma, o problema da moderação está ligado tanto ao problema do “controle da raiva” como às necessidades de controle da escravaria, que um chefe temerário colocaria em risco. Por sua vez, a preferência de Varrão por chefes que sejam mais velhos do que aqueles que eles chefiam não é surpreendente, dentro de uma sociedade tão permeada por valores patriarcais e de valorização da experiência garantida pela idade, mas também poderia estar ligada à experiência de Varrão como senhor de escravos, que o teria feito perceber que esses escravos têm uma aceitação mais fácil entre os escravos.

A valorização do conhecimento pode ser, em algum nível, relacionada com a própria biografia de Varrão. Homem extremamente erudito, ele deveu muito de sua ascensão social e seu *status* a tal erudição, e nada mais natural que tivesse viva a valorização do saber como um importante elemento em suas concepções sobre as mais diversas realidades. Porém, a questão certamente ultrapassa essa perspectiva pessoal. Como já apontamos, o conhecimento das letras pelo *uilius* é de fundamental importância para o controle à distância do senhor ausente sobre suas terras. É desta forma que ele não só toma conhecimento do que se passa como também ordena as medidas que lhe parecerem necessárias sem a necessidade de se fazer presente na propriedade.

A questão do conhecimento enquanto fonte de autoridade dos chefes perante seus subordinados está, além disso, mais ligada ao conhecimento do trabalho agrícola, já que Varrão acredita que os escravos reconhecerão o mérito do escravo-chefe caso ele mostre maior conhecimento nos trabalhos realizados. Isto, novamente, reflete tanto aspectos da cultura aristocrática romana, que valoriza o *labor* agrícola, como possivelmente a experiência prática do controle da escravaria por esses aristocratas, que poderiam identificar entre os escravos uma maior aceitação de escravos mais experientes em suas atividades laborais.

Podemos ir um pouco além nesse estudo da hierarquia de chefias presente nos textos de Catão e Varrão passando para a análise de como eles tratam as diferentes figuras de chefia identificadas no texto. Como já dito, a figura do administrador,

o *uilicus*, é predominante e central nas obras, e por isso podemos dizer mais sobre ela. Em seguida, passo para as outras figuras de chefia mencionada nos dois textos.

## 2.2 O *Vilicus*

Não sabemos ao certo quando o termo e a função de *uilicus* surgiram. A referência mais antiga ao termo que temos conhecimento é o próprio tratado de Catão (Carlsen, 1995, p. 27-30; Maróti, 1976, p. 111-112). *Vilicus*, como facilmente se percebe, é um termo que se origina diretamente do termo *uilla* e a conexão primária do termo se mantém com a função de administrador de uma *uilla*, apesar de o termo ser utilizado em inscrições e no Direito Romano para definir uma série de funções administrativas não ligadas à agricultura. Significativamente, a grande maioria desses outros usos de *uilicus* tem em comum o fato de estarem ligadas a atividades de supervisão de escravos ou de uma propriedade, mostrando que tais usos derivam justamente do uso original de *uilicus* como administrador de uma propriedade escravista (Carlsen, 1995, p. 31 e 43).

A importância do *uilicus* nas prescrições de Catão e Varrão sobre os trabalhadores é imensa. Apesar de utilizar um termo mais geral para discutir o problema da chefia, as referências de Varrão ao *uilicus* não nos deixam dúvidas de sua importância. Em Catão, o *uilicus* domina completamente as passagens que fazem menções aos trabalhadores. Os capítulos que falam do trabalho residente da propriedade, em especial os importantes capítulos II e V, têm no *uilicus* uma figura central. No capítulo II, o *uilicus* é apresentado como o único trabalhador com quem o senhor se relaciona ao visitar a propriedade. No capítulo V, Catão faz uma longa lista de obrigações do *uilicus*, o que volta a se repetir no capítulo CXLII. Os capítulos que tratam dos trabalhadores e que não fazem menção ao *uilicus* são, em sua maioria, justamente aqueles que se referem ao trabalho sazonal, que discuti no início deste capítulo.

Nos tratados de Catão e Varrão não existem informações diretas que nos permitam ser categóricos em afirmar que os *uilici* eram escravos, apesar de eles serem assim majoritariamente considerados pela historiografia (Beare, 1978; Carlsen, 1995; Scheidel, 1990). Como vimos, ao falar dos trabalhadores empenhados no trabalho

agrícola (em geral, não só o *uilicus*), Catão e Varrão se referem majoritariamente à função ou especialização deles. Porém, Said El Bouzidi corretamente considera que, se realmente não podemos encontrar nesses autores uma identificação direta do *uilicus* com o *estatuto jurídico* servil, claramente há uma aproximação deste com uma *condição* servil: ele age apenas segundo as ordens do senhor, não estabelece qualquer relação (seja com outras pessoas seja com as divindades) sem a permissão do senhor, aceita a mulher que o senhor escolhe para ele, entre outros pontos (El Bouzidi, 1999, p. 75). Acima de tudo, mostramos no capítulo anterior que o trabalho residente era identificado tanto por Catão quanto por Varrão como escravo, e nisto se inclui, obviamente, o *uilicus*. Desta forma, o *uilicus* é, ao menos a princípio, um escravo.

As passagens de Catão e Varrão que se referem ao *uilicus*, em sua esmagadora maioria, trazem ordens ou proibições que o senhor deveria impor ao *uilicus*. Isso demonstra uma grande preocupação em controlar e dirigir as ações desse chefe, tornando-o um instrumento da vontade do senhor. O historiador soviético Sergeenko, analisando tais passagens, buscou identificar quais eram os comportamentos recorrentes dos *uilicus* que os senhores romanos pretendiam coibir (Sergeenko, 1986, p. 192). Aplicava, assim, uma inteligente metodologia de análise de fontes normativas, que identifica o regramento como tentativa de controle e não como descrição de como as coisas de fato funcionam. Porém, Sergeenko acaba exagerando sua “imagem em negativo”. A proposta metodológica desse trabalho, identificar preocupações latentes com o objetivo de delinear a racionalidade ideológica por trás das prescrições, pode ser mais frutífera na análise do *uilicus* na *De Agri Cultura* e na *De Re Rustica*. Passo, então, a uma análise detida dessas prescrições de ordens ou proibições elencadas por Catão e Varrão para o *uilicus*.

Um primeiro dado que chama a atenção é a preocupação em Catão com a produtividade do trabalho, que, como vimos, é muito incipiente nas considerações gerais de Varrão sobre os chefes em geral. Um número considerável de obrigações do *uilicus* diz respeito ao que poderíamos rotular como *fatores de produção* (sementes, ferramentas e edifícios envolvidos na produção, e, também, aos animais e trabalhadores, que em boa parte das passagens aparecem em contextos produtivos). É perceptível a preocupação com a

manutenção da fertilidade da terra, o uso correto dos fatores de produção e com a produtividade dos trabalhadores residentes, que devem ser mantidos trabalhando a todo tempo.

Essa última preocupação se insere em um aspecto relevante da ideologia escravista ao mesmo tempo que revela uma dupla necessidade dos proprietários. Os escravos são encarados na ideologia escravista como fonte de benefícios e rendimentos para os senhores, o que, no contexto da escravidão rural, significa seu trabalho incessante. Desta forma, uma possível pausa do trabalho escravo (por qualquer motivo que fosse) era vista pelos escravocratas como uma anomia, algo fora do lugar, a ser corrigido e evitado.

O trabalho agrícola nessas propriedades, porém, é marcado por um nível razoável de sazonalidade, menor no caso dos vinhedos, maior no caso dos olivais e dos cereais. Sendo assim, existe uma necessidade de buscar formas de emprego do trabalho escravo em momentos de baixa necessidade de trabalho nas atividades principais para evitar tal subemprego do trabalho escravo. Isso pode ter sido, inclusive, um grande estímulo para a diversificação de atividades dentro das propriedades escravistas e, também, levava os senhores a buscarem atividades diversas que podiam ser realizadas nesses momentos, como limpeza e manutenção de implementos da propriedade.

Isso diz respeito não apenas ao contexto ideológico que apontamos, pois existe a necessidade prática, convergente com esse contexto ideológico, de manter o trabalho escravo constante para manter o nível máximo de extração de excedentes desses trabalhadores. Talvez mais importante que essa necessidade produtiva, era o interesse em manter os escravos ocupados também como forma de controle de possíveis insurgências – dentro da ideologia escravista, escravos desocupados não eram apenas uma anomia, eram também escravos potencialmente em conspiração (Staerman; Trofimova, 1979, p. 49).

Além disso, é interessante notar que muitas obrigações do *uilicus* que têm a *familia* como objeto possuem o que poderíamos chamar de caráter moralizante: o *uilicus* deve zelar pela manutenção de uma atitude correta entre os escravos, servindo de exemplo, evitando brigas entre eles e punindo cada infração de acordo com sua culpa. Mas essas questões não são apenas morais, elas se relacionam tanto com o aspecto de controle quanto com o aspecto produtivo.



Catão ordena que o *uilicus* faça seus subordinados trabalharem bem e facilmente para assim se manterem longe do que é mal e do que lhes é alheio.

O pensamento de Catão acerca do trabalho rural é claramente estruturado dentro de uma ótica moralista, seguindo a ideia de valorização da agricultura como um aspecto fundamental dos valores dos antepassados, o *mos maiorum*. Porém, a partir disto, Catão associa intimamente qualidades morais, controle da escravaria, trabalho eficiente e ganhos retirados da agricultura. Isto é, aspectos morais são vistos como fundamentais para a eficiência, para a produtividade do trabalho rural.

Desta maneira, as qualidades morais exigidas por Catão de seu *uilicus* não podem ser vistas como estranhas a uma racionalização do trabalho agrícola e não há por que querer tentar estabelecer uma prioridade de aspectos morais sobre aspectos produtivos ou vice-versa. O desejo por parte de Catão que seu *uilicus* tenha qualidades morais, e que elas sejam exemplo para o resto dos trabalhadores, não deriva apenas de valores estritamente morais ou culturais, mas também está relacionada à expectativa de eficiência e produtividade no trabalho. O *uilicus* deve manter a ordem entre os trabalhadores e fazê-los manter a retidão em seus atos através do foco no trabalho. Esse aspecto é central no pensamento catoniano acerca da organização do trabalho: seja através do exemplo, seja através da punição correta, o *uilicus* deveria manter seus subordinados dentro de uma rígida disciplina que associa retidão moral, fidelidade ao senhor e eficiência no trabalho.

A preocupação com a produtividade também está presente no capítulo que trata do que deve fazer o proprietário quando visita a propriedade. Quando ocorre uma visita, uma das primeiras obrigações do *uilicus* é prestar contas do trabalho realizado. Percebemos que, apesar de não ser apresentada de maneira direta nos tratados, devido aos interesses político-ideológicos específicos de suas composições, existe, na administração da *uilla*, algum nível de contabilidade, muitas vezes ignorada ou subestimada pelos historiadores (Minaud, 2005, p. 21).

A necessidade dessa contabilidade, assim como de se manter ordens e listas do que fazer, não serve, contudo, apenas para estimular a produtividade do trabalho. Ela também é importante

na garantia do controle das atividades do *uilicus* pelo senhor. Com essas recomendações por escrito, o senhor, ao visitar a propriedade, era capaz de vistoriar a propriedade de maneira muito mais eficiente (Carlsen, 1995, p. 85). Sob tal vigilância, o *uilicus* via sua autonomia severamente limitada.

Essa preocupação em controlar o *uilicus*, limitar sua autonomia, está presente em muitos outros pontos das listas de obrigações prescritas a esse chefe. As obrigações e proibições que têm como objeto a vizinhança são extremamente significativas. Catão se preocupa bastante em limitar as relações sociais do *uilicus* com a comunidade que circunda a propriedade: o *uilicus* só deve considerar amigos os amigos do senhor, só deve dar ouvidos a quem foi ordenado que desse, não pode comprar nada sem que o senhor saiba, nem emprestar nada sem ordens do senhor, assim como não deve ter comensais. Tudo isto mostra uma clara tentativa de disciplinarização das relações sociais do *uilicus*, com o objetivo de isolá-lo da comunidade. Isto porque para a *uilla* ser de fato uma forma de apropriação do solo “isolada” da comunidade, o administrador dessa apropriação precisa ser ele próprio isolado socialmente.

O *uilicus* concentra uma grande quantidade de recursos em suas mãos. Assim, é razoável imaginá-lo utilizando tais recursos em seu proveito. A historiografia não esteve insensível a essa questão, porém focou excessivamente as possibilidades de ganhos financeiros do *uilicus* através de ações independentes do controle do senhor (Carlsen, 1995, p. 74 e 85). Acredito que muito mais do que regular possíveis desvios financeiros realizados pelo *uilicus*, a preocupação de Catão é evitar o “desvio” de recursos sociais na construção de relações sociais com a comunidade vizinha à propriedade.

A *uilla* caracteriza-se por um tipo de inserção específico no mundo rural, criando relações sociais singulares com a comunidade que garantem ganhos econômicos, sociais e políticos para a aristocracia urbana. A preocupação de Catão nessas considerações sobre o *uilicus* é disciplinarizar a atuação social desse *uilicus* para conseguir que, de fato, a *uilla* seja essa forma específica de inserção do poder da elite na comunidade rural. Controlando recursos diversos (como sementes, dinheiro, instrumentos, escravos, entre outros), o *uilicus* poderia utilizá-los para garantir uma posição social de grande destaque e poder junto à comunidade. O que

Catão tenta fazer é impedir que o *uilicus* utilize esses recursos de maneira autônoma, tomando para si esse poder social. As redes sociais pelas quais esses recursos circularão não podem ser criadas e controladas pelo *uilicus*, devem ser rigidamente controladas pelo senhor. Obviamente, entre os desejos de Catão e a realidade cotidiana deveria haver uma distância considerável, que variava de importância caso a caso. Certamente os *uilici* deveriam desempenhar papéis sociais de destaque junto às comunidades, que os senhores buscavam disciplinar para conseguir os utilizar para seu próprio benefício.

Não é apenas na relação com a vizinhança que Catão tenta regular o uso dos recursos controlados pelo *uilicus*: na relação com o sagrado, a mesma coisa se dá. Tenta-se proibir que o *uilicus* realize cultos a seu bel-prazer, autorizando-se apenas aqueles chancelados pelo senhor. Assim, pretende-se disciplinarizar a atuação do *uilicus* nos rituais religiosos, certamente um aspecto importantíssimo da sociabilidade no campo, e mesmo do que poderíamos chamar de forças produtivas ideais (já que o próprio Catão destaca a importância de sacrifícios e oferendas aos deuses para a boa realização das atividades agropastoris, como em AC, CXXXIV, CXXXIX, CXL e CXLI). Assim, Catão buscava que o *uilicus* se tornasse uma verdadeira extensão do senhor nas relações sociais da *uilla* com a comunidade que a cercava.

### 2.3 Outros chefes: *magister pecoris*, *custos*, e *uilica*

Além do termo geral utilizado por Varrão, *praefectus*, e da figura central em ambos os textos, o *uilicus*, outras posições de chefia aparecem tanto no *De Agri Cultura* como no *De Re Rustica*. Catão, ao falar da alimentação da *familia* faz referência a um *epistate*, que seria uma espécie de feitor, mas não nos dá nenhuma informação sobre ele. Sobre outras figuras, podemos tecer algumas considerações, como o *magister pecoris*, chefe dos pastores de que fala Varrão em seu Livro II, o *custos*, vigia ou supervisor de que fala Catão, e a *uilica*, única posição de chefia feminina a quem ambos os autores se referem.

O personagem do diálogo varroniano Estolão afirma no início do Livro I, para enfatizar sua ideia de que agricultura e pastoreio

devem ser tratados como assuntos separados, que essas atividades são tão distintas que os responsáveis por elas também recebem denominações distintas: enquanto a agricultura estaria a cargo do *uilicus*, o pastoreio seria responsabilidade do *magister pecoris*. Essa figura é citada ao longo de todo o Livro II, dedicado ao pastoreio. Em passagens em que se discute a saúde dos animais, por exemplo, mais de uma vez Varrão afirma que é necessário que o *magister pecoris* guarde por escrito receitas de remédios e de tratamentos para possíveis males que acometam os rebanhos (RR, II.II.20, II.III.8, II.V.18 e II.VII.16, sendo que estes dois últimos se referem aos pastores de maneira geral). Contudo, é no capítulo dedicado especificamente aos pastores (AC II.X) que Varrão nos dá melhores informações sobre tal figura de chefia.

Percebe-se aqui o retorno de alguns elementos elencados na discussão de Varrão sobre os *praefectus* no Livro I: a ideia de que a autoridade do chefe é reforçada pela sua idade e pelo seu conhecimento do trabalho e a necessidade de o chefe estar apto a realizar o trabalho. Porém, este último ponto recebe uma ênfase muito maior nessa consideração sobre o *magister pecoris* do que no Livro I. Varrão afirma que o trabalho a ser realizado por esse chefe é bastante severo e exige uma composição física correspondente aos desafios impostos. Esse elemento talvez nos permita tecer considerações sobre uma questão que Varrão não deixa clara. Nesta passagem, ele parece associar o *magister pecoris* ao pastoreio por transumância, e como ele aparentemente iguala *uilicus* e *magister pecoris* em nível hierárquico, acreditamos ser razoável identificar o *magister pecoris* como um chefe de pastores fundamentalmente ligado ao pastoreio por transumância. Isto é, grupos pequenos de animais eventualmente criados na *uilla* e seus arredores parecem estar sob responsabilidade do *uilicus*.

O *custos*, por sua vez, aparece em dois momentos do texto de Catão, quando são listadas suas obrigações na sala de prensagem (AC, LXVI-LXVII) e quando se explica como devem ser contratadas a colheita (AC, CXLIV.1 e 3) e o processamento da azeitona (AC, CXLV). Nesses dois contextos diferentes, o termo é traduzido de maneiras diferentes por Trevizam, vigia no primeiro e supervisor no segundo, seguindo o mesmo procedimento adotado por Hooper, que o traduz por *watchman* e *representative*.

Essa escolha parece realmente traduzir uma diferença existente no papel dessa figura nas duas situações. Isto é, as funções desempenhadas pelo *custos* nos dois contextos são bem diferentes, o que pode significar que se trata de dois ofícios de fato distintos identificados pelo mesmo termo. Na primeira situação, o controle do trabalho na sala de prensagem, o *custos* parece desempenhar um papel mais ativo no trabalho. Utilizando a forma de análise empregada nas considerações sobre o *uilicus*, podemos dizer que todas as suas obrigações se referem ou aos trabalhadores ou aos fatores de produção, mostrando um foco absoluto de preocupação no desempenho do trabalho – que cede espaço apenas para preocupações com o controle contra possíveis furtos.

Já no segundo contexto em que o *custos* é citado, ele não desempenha, aparentemente, qualquer papel direto no trabalho. No contexto do empreitamento de uma atividade (colheita ou processamento de azeitonas), ele age rigorosamente como o substituto do senhor absenteísta: tudo aquilo que ele deveria exigir, inspecionar e avaliar, o *custos* assume a responsabilidade. Neste contexto, então, mais do que dirigente do trabalho, ele aparece como um fiscalizador, apurando se os termos em que o empreitamento foi acordado estão sendo cumpridos. Isto é, mais do que ser o responsável direto para que os termos sejam cumpridos, ele fiscaliza se isso ocorrerá.

Esse é um fato curioso, pois a princípio seria razoável esperar que o *uilicus* desempenhasse tal papel de representante do senhor ausente. Aparentemente, o tratado de Catão pressupõe que o *uilicus* está mais associado com o trabalho da escravaria da *uilla* (a *familia*), e talvez com o trabalho diretamente contratado (já que uma das obrigações do *uilicus* faz referência a contratação de trabalhadores), enquanto o trabalho empreitado seria fiscalizado por um outro tipo de chefia, identificado aqui pelo termo *custos*.

Quanto à *uilica*, Varrão faz menções sem qualquer profundidade, citando-a apenas em referência aos problemas que o conselho de Catão sobre quantos escravos ter em uma propriedade causaria. Catão, por outro lado, dedica todo um capítulo a considerações sobre ela, que começa com obrigações do *uilicus* sobre a *uilica*, mas que é dedicado em sua maior parte às obrigações da própria *uilica* (AC, CXLIII).

A *uilica* sempre foi identificada pela historiografia como a esposa do *uilicus*. Porém, em um convincente artigo, Ulrike Roth ataca severamente essa tese, que ela trata como uma preconceção acrítica. Segundo a historiadora austríaca, a visão androcêntrica dominante (tanto em nossa sociedade quanto no mundo dos autores das nossas fontes) impediu a historiografia de estudar a *uilica* em seus próprios termos. Assim, todos os estudos dedicados a *uilla* sempre relegaram a *uilica* a um *status* associativo – isto é, torna-se uma *uilica* a mulher que se casar com o *uilicus* ou a mulher do escravo que se tornar um *uilicus* –, furtando-se, assim, se reconhecer nessa figura um ofício específico (Roth, 2004, p. 102-103).

Como Roth mostra, existem pouquíssimos indícios que nos permitiriam referendar essa visão, e todos eles são extremamente frágeis. Em Varrão, não há qualquer passagem que permita identificar a *uilica* como mulher do *uilicus*. Por sua vez, Catão faz uma afirmação interessante: “Se o senhor a der [a *uilica*] a ti como esposa, contenta-te com ela” (AC, CXLIII.1). Partindo do pressuposto que a *uilica* é necessariamente a mulher do *uilicus*, poderíamos pensar que Catão está indicando a possibilidade de o senhor escolher a escrava que se casará com o *uilicus*, e por conseguinte se tornará a *uilica*. Porém, Roth indica uma interpretação muito mais verossímil: Catão está indicando a possibilidade de obrigar o *uilicus* e a *uilica* de uma propriedade, que já teriam esses cargos independentemente de qualquer união conjugal, de se casarem um com o outro (Roth, 2004, p. 112).

Em Columella, Roth identifica uma passagem significativa (*De Re Rustica*, XII.I.1-2) na qual se faz menção aos esposos do *uilicus* e da *uilica* utilizando para ambos o termo *contubernalis*, e sem qualquer referência ao fato de que eles seriam o tal *contubernalis* um do outro (Roth, 2004, p. 111-112). Em outras fontes literárias, Roth demonstra, nunca há a ideia de que a mulher do *uilicus* é a *uilica*: por exemplo, na peça *Casina*, de Plauto, a escrava que dá nome a peça é cortejada por um *uilicus*, e em nenhum momento a possibilidade de casar-se com ele leva à menção de que *Casina* se tornaria uma *uilica* (Roth, 2004, p. 113).

São as fontes epigráficas, em particular as inscrições com homenagens funerárias, que sustentam com mais força a hipótese de Roth de que a *uilica* não era necessariamente a esposa do *uilicus*. Em 194 inscrições encontradas na Itália existem referências a um

*uilicus* e seis mencionam uma *uilica*, existindo uma intercessão entre esses dois grupos com duas inscrições mencionando um *uilicus* e uma *uilica*. De todas essas 198 inscrições, 45 falam em parceiras do *uilicus* ou parceiros da *uilica*. Em todo esse *corpus* documental, apenas as duas inscrições que mencionam os dois termos se referem ao *uilicus* e a *uilica* como um casal. Por outro lado, uma inscrição, das outras quatro que mencionam uma *uilica*, se refere ao esposo dela sem chamá-lo de *uilicus* e, mais impactante, 42 inscrições das 192 inscrições que se referem ao *uilicus* sem mencionar uma *uilica* se referem a esposa daquele usando termos diversos (*coniunx*, *conserva*, *contubernalis*, *uxor*, entre outros) que não *uilica*.

É possível que algumas dessas esposas indicadas como *coniunx*, *conserva* ou outros termos fossem *uilicae*, mas como argumenta Roth, isso não é muito provável. Dentro da tradição epigráfica romana, a ostentação de títulos ligados a ofícios que garantiam destaque dentro do grupo social em que os mencionados viviam, como seria o caso de uma *uilica*, era extremamente recorrente, e não faria sentido, neste contexto, que tantas *uilicae* desprezassem a possibilidade de utilizar tal título nas inscrições.

O argumento definitivo de Roth, de toda forma, se dá na análise de, justamente, uma das duas inscrições em que *uilicus* e *uilica* são identificados como um casal. Nela pode-se perceber que essa realidade, apesar de indicada para aquele caso, não era tratada como necessária e óbvia. O texto inscrito na estela funerária erguida por um *uilicus* chamado Felix em homenagem a sua esposa Veneria indica a homenageada tanto como *uilica* de uma propriedade como *coniunx* de Felix. Isto é, o título *uilica* não foi utilizado para determinar a relação de Veneria com Felix, mas com a *uilla* em que viviam. A relação marital dos dois era definida por outro termo. O termo *uilica* aparece na inscrição, portanto, para identificar o ofício e, por conseguinte, o *status* da homenageada, e sua condição de esposa era identificada por outro termo (Roth, 2004, p. 105-110).

Roth acredita que os estudos sobre a figura da *uilica* devem se focar em suas funções, que devemos entender a *uilica* como um ofício. Ela acredita que a *uilica* era responsável por comandar o trabalho feminino da propriedade rural, que seria fundamental no que ela chama de “setor industrial” da economia da *uilla*, isto é, a produção manufatureira de tecidos e outros tipos de produtos na

sede da *uilla* – que segundo Roth é severamente subestimada nas análises modernas sobre a economia da *uilla* (Roth, 2004, p. 103-105). Porém, é impossível identificar essa função na passagem de Catão que nos informa sobre a *uilica*.

Nessa passagem, Catão demonstra três grandes preocupações. A primeira é regular e controlar as relações sociais da *uilica* com a vizinhança, de maneira mais rígida do que feita com o *uilicus*. Assim, Catão demonstra o desejo de que o ponto de relações da *uilla* com o exterior seja apenas o *uilicus*, que trataria das relações necessárias com os vizinhos. A *uilica* não deveria desempenhar tal função, e mais uma vez identificamos a preocupação em evitar a formação de relações sociais entre os escravos da *uilla* e a comunidade, que pudessem modificar a forma de inserção da *uilla* nesta a favor dos membros da *familia* (em especial aqueles em cargos de chefia) e em detrimento dos interesses do senhor – ao que se soma, nesse caso, a visão patriarcal de mundo que marginaliza ainda mais a mulher na dinâmica dessas relações sociais. A segunda preocupação é disciplinarizar a relação da *uilica* com o sagrado. Como a preocupação aqui é muito maior do que a demonstrada sobre mesmo aspecto em relação ao *uilicus*, pode-se imaginar que a *uilica* tivesse grande poder nesse campo – mostrando mais uma vez como o interesse dos senhores de escravos em controlar e regular certas questões são, também, bom indício da existência e da importância dessas práticas sociais que se busca coibir. Por fim, existe uma preocupação em determinar atividades relacionadas à manutenção da sede e com o preparo de alimentos, tanto para o senhor quando em visita, quanto para a escravaria da casa.

Chama a atenção o fato de nenhuma das obrigações da *uilica* tratar da relação pessoal com o resto da escravaria, com exceção do *uilicus*. Isso pesa contra a hipótese de a *uilica* exercer o papel de administradora do trabalho de outras escravas, imaginado por Roth. Obviamente, esse ponto pode estar submetido aos silêncios impostos por aspectos ideológicos da composição do tratado. Se de fato a *uilica* não precisa ser *necessariamente* a esposa do *uilicus*, também há de se perceber que sua figura aparece no texto como uma espécie de substituta da senhora na administração da propriedade. Assim, as obrigações da *uilica* listadas por Catão podem estar submetidas às concepções que os homens da aristocracia romana

tinham sobre a atuação das mulheres na administração da *domus*, que não coincidia necessariamente com a realidade da importância da atuação dessas mulheres.

\*\*\*

É possível identificar, portanto, um primeiro elemento central para a administração das atividades produtivas e para o controle social sobre o trabalho escravo por parte dos senhores de escravos romanos: o controle sobre as redes hierárquicas do trabalho escravo. A forma como Catão e Varrão tecem suas considerações sobre esse tema é perpassada por elementos de um discurso referenciado em questões político-ideológicas, de valorização da hierarquia, mas também por elementos de um discurso referenciado em questões socioeconômicas sobre a produtividade e o controle sobre o trabalho e a sociabilidade dos escravizados. Mais do que discursos divergentes que competem por espaço nas considerações de Catão e Varrão, valores hierárquicos e preocupações produtivas são discursos convergentes, que se amalgamam em torno da construção de uma racionalidade ideológica bastante coerente na qual o problema do controle se destaca.

# CAPÍTULO 4

## Incentivos e recompensas no tratamento dos escravos

O capítulo anterior tratou da preocupação senhorial sobre a hierarquia na organização do trabalho escravo e da decorrente importância das figuras de chefia nos tratados de Catão e Varrão. No *De Agri Cultura*, a maior parte das passagens que falam dos trabalhadores residentes na *uilla* são dominadas pela preocupação com o controle hierárquico. Fora desse tema, podemos obter apenas algumas poucas informações sobre o tratamento que Catão acreditava ser necessário para o conjunto da escravaria da casa.

Esse não é o caso do tratado de Varrão. Apesar de também ter uma preocupação elevada com o problema da chefia, ele faz considerações relevantes sobre o tratamento que deve ser dispensado aos escravos em geral, tendo como objetivo central a necessidade de gerar, entre eles, certas atitudes e sentimentos benéficos aos interesses do senhor. Essa é a primeira pista para identificarmos importantes questões acerca das considerações dos senhores de escravos romanos sobre a administração das atividades produtivas e o controle sobre o trabalho escravo.

### 1 APLICAÇÃO AO TRABALHO E FIDELIDADE AO SENHOR

O final do capítulo XVII do Livro I da *De Re Rustica*, aquele dedicado aos “instrumentos vocais” (isto é, os trabalhadores), é dominado por conselhos de Varrão quanto ao tratamento a ser dispensado aos escravos. A passagem revela uma preocupação com a garantia aos escravos de certos incentivos materiais (generosidade nos alimentos e vestimentas, garantia de um pecúlio) e “psicológicos” (generosidade nos descansos, tratamento com consideração) (Martin, 1974, p. 290-291), que têm por objetivo manter a satisfação e a boa vontade dos escravos. Porém, os escravos não são tratados homogeneamente, existindo uma distinção hierárquica nas atitudes que se pretende cultivar e os meios utilizados para tal.



Referindo-se àqueles que chefiam, as recompensas incentivadoras aparecem como necessárias para garantir sua satisfação, firmeza e ligação à terra, assim como também para conquistar sua boa vontade. As recompensas sugeridas para garantir esses sentimentos ou atitudes para os chefes são um pecúlio, um pequeno rebanho, uma esposa também escrava que lhe dê filhos, e um tratamento com consideração.

Varrão afirma, depois, que um tratamento com aparente consideração e menor desprezo deve ser garantido àqueles que se destacarem dos demais. Em seguida, aparentemente se referindo aos trabalhadores de uma forma geral (e não apenas aos chefes ou aos trabalhadores que mais se destacam), Varrão afirma que eles se tornam mais aplicados e zelosos ao trabalho e garante-se a restituição de sua boa vontade e lealdade ao senhor tratando-os com maior generosidade com relação aos alimentos, vestimentas e descanso, ou lhes garantindo um pequeno rebanho.

No capítulo XIX, dedicado aos instrumentos semivocais, Varrão ainda afirma que os escravos (em geral, aqui não há divisão entre chefes e o restante) devem receber um pecúlio em forma de alguns animais, normalmente ovelhas, mas talvez porcos também, para que possam se manter com mais facilidade e serem mais diligentes. Essa passagem é bastante significativa por dois motivos: primeiro, ela se encontra no final de um capítulo dedicado inteiramente ao número de bois necessários à plantação, e repentinamente Varrão faz essas considerações; segundo, até como explicação para as considerações sobre esses animais neste momento, Varrão aponta como instrumentos semivocais, além dos “animais que servirem para cultivar o campo”, apenas ovelhas e porcos sob pecúlio dos escravos.

Esses animais, quando propriedade do senhor, não são considerados por Varrão como instrumentos semivocais, pois não se tira proveito deles para o cultivo da terra. Assim, eles não fazem parte da Agricultura, mas do Pastoreio (e, por isso, a eles são dedicados os capítulos II e IV do Livro II, e nenhum no Livro I). Desta forma, para Varrão, ovelhas e porcos só são instrumentos semivocais, só fazem parte da agricultura (distinguida rigidamente do pastoreio no capítulo II do Livro I) quando em posse dos escravos – aparentemente porque tais animais tornam os escravos mais diligentes e facilitam sua manutenção, o que

certamente é proveitoso para a agricultura. Percebe-se, com isso, a importância que Varrão dá a essa concessão de animais para os escravos como pecúlio.

No capítulo X do Livro II, dedicado aos pastores, a preocupação com o estímulo a certas atitudes e sentimentos entre os escravos através de certas concessões senhoriais volta a surgir. Novamente aparece a preocupação com o trabalho diligente e com a manutenção do trabalhador, neste caso através da presença de uma companheira que prepare alimentos para ele. O trabalhador aqui não é mais o chefe – no caso dos pastores, o *magister pecoris* – mas também não são os trabalhadores em geral. Trata-se de um grupo específico, aqueles *pastores* que fazem a criação por transumância, que não trabalham diariamente na propriedade.

Uma análise detida dessas prescrições de Varrão nos mostra três interesses principais. O primeiro, encontrar formas que permitam os escravos “se manter mais facilmente”, aparece com menos frequência. Os outros dois, porém, têm muita força nas prescrições: fazer os escravos terem disposição e aplicação ao trabalho e serem leais ao senhor. A presença desses dois interesses pode ser identificada em cada um dos sentimentos ou atitudes que Varrão acha necessário promover entre os escravos.

Entre os chefes, as atitudes que deveriam ser geradas eram: satisfação (*alacritas*), firmeza (*firmus*), ligação com a terra (*coniunctio fundo*) e boa vontade (*uoluntate*). O termo latino *alacritas* pode ser traduzido por “satisfação” (como o faz Trevizam), mas também o pode ser por “vivacidade”, “ardor” ou “entusiasmo”. Entende-se perfeitamente que Varrão pretende que seus chefes estejam dispostos ao trabalho. Já a tradução de *firmiores* no sentido de “esforço” (adotada por Trevizam) dá a dimensão exata do que apontamos como uma preocupação com a disposição dos escravos para o trabalho. Contudo, mesmo uma tradução mais literal mantém tal dimensão, pois a “firmeza” aí tem tanto o sentido de robustez, necessária à produção, como de constância no trabalho. O substantivo *coniunctio* pode dar uma ideia mais específica de ligação com a terra, uma ligação harmoniosa. Isto é, o escravo estaria harmoniosamente ligado à terra, o que está relacionado tanto com a produção (pois em harmonia com a terra, melhor é seu desempenho no trabalho) como com a questão da fidelidade, pois a ligação com a terra impede que o escravo fuja ou se insurja contra

seu senhor. Por fim, a tradução de *uoluntate* por “boa vontade”, assim como outras traduções possíveis (“boa disposição para com alguém” ou “afeição por alguém”) aponta a preocupação com a fidelidade para com o senhor.

Quanto aos escravos em geral, podemos identificar como atitudes que deveriam ser geradas: novamente a boa vontade (*uoluntate*), a aplicação ou zelo ao trabalho (*studiosus ad opus*), a diligência (*assidue*) e a lealdade ao senhor (*benevolentia in domino*). A tradução de *studiosus* por “aplicados” (feita por Trevizam) já aponta no sentido de disposição ao trabalho, mas é importante o fato de o termo trazer uma noção de aplicação cuidadosa, zelosa, ao trabalho. Quanto ao termo *assidue*, a diligência se refere à execução de suas obrigações, da execução sem interrupções do trabalho. O termo *benevolentia in domino* claramente destaca a importância da lealdade ao senhor.

Os métodos com que Varrão acredita ser possível despertar tais atitudes na escravaria também podem ser divididos entre os gerais, aplicáveis para todos os escravos, e os específicos para os chefes. Entre os primeiros está a garantia de um pecúlio, o tratamento generoso com relação aos alimentos e vestimenta, assim como a concessão de descansos. Já no segundo grupo, os específicos para os chefes, encontramos o consentimento em que tenham esposas e filhos e o tratamento com dignidade (*honor*). Existe um tratamento que poderíamos chamar de intermediário entre aquele geral para a escravaria e este distinto para os chefes, dispensado àqueles trabalhadores que se destacam dos demais no trabalho agrícola. Eles deveriam ser consultados sobre os trabalhos a fim de que pensem que são tratados com menos desprezo e com alguma estima pelo senhor.

Percebe-se mais uma vez a hierarquização dos trabalhadores na visão de Varrão. No topo estão os chefes (*praefectus*), que devem ser tratados com dignidade e com todos os tipos de recompensa; a seguir vinham aqueles que se destacavam no trabalho, a quem se deveria tratar de modo a que parecesse com menos desprezo e alguma estima; por fim, o resto da escravaria, que por contraste podemos imaginar sendo tratado sem qualquer dignidade ou estima, com todo desprezo. Porém, mesmo para estes haveria alguns incentivos que visavam ao estímulo à disposição e zelo no trabalho, assim como a lealdade para com o senhor.

Desses incentivos ou recompensas que buscavam estimular a aplicação ao trabalho e a lealdade ao senhor entre os escravos, identificáveis na *De Re Rustica* de Varrão, é preciso destacar dois: a garantia de um pecúlio e a possibilidade de formação de uma família escrava. Ambos os elementos são centrais em importantes debates sobre a escravidão nas Américas, e não têm recebido a atenção devida nos estudos sobre a escravidão antiga. A imagem do escravismo rural romano ainda é dominada pela concepção weberiana de uma propriedade rural organizada nos termos de um quartel no qual pecúlio e relações familiares eram um privilégio restrito ao *uilicus* (Roth, 2005, p. 279). Analisando, porém, com cuidado o problema do pecúlio e da família escrava identificaremos um quadro diferente desse.

## 2 PECÚLIO: CONTROLE SOCIAL E “BRECHA CAMPONESA”

Pecúlio é o termo usado para se referir a bens que uma pessoa escravizada possuía sob autorização de seu senhor, ainda que legalmente ele não pudesse ter propriedade alguma por ser ele próprio uma propriedade. A princípio, o pecúlio identificável na *De Re Rustica* é invariavelmente a posse de um pequeno rebanho. Como aponta Ulrike Roth, autores antigos e mesmo comentaristas modernos destacam a própria etimologia da palavra *peculium* como indício da origem da instituição estar ligada a posse de animais (*pecus*) (Roth, 2005, p. 280). Porém, essa identificação absoluta entre pecúlio e posse de gado no tratado de Varrão não pode ser usada para afirmar que essa fosse a forma exclusiva de pecúlio dos escravos rurais na Roma Antiga. Mesmo Varrão, no capítulo XVII do Livro I, afirma que a concessão do senhor ao escravo pode ser a posse de alguns animais ou algo similar.

A insistência em identificar o pecúlio com o gado, não fazendo qualquer menção ao direito de cultivar uma pequena roça, por exemplo, pode ser indicativo de uma maior importância dos animais como pecúlio, mas também se deve a certas particularidades da composição do *De Re Rustica*. Primeiro, em duas das três passagens em que se pode identificar essa associação entre pecúlio e posse de gado, Varrão tem em mente seu objetivo de distinguir agricultura

do pastoreio, e por isso a preocupação em tratar dos animais sob posse dos escravos. Trata-se mais de um problema posto pela forma de composição do tratado do que pela realidade dos campos italianos. Além disso, a própria proximidade etimológica entre *peculium* e *pecus* pode ter estimulado Varrão a enfatizar o gado: Varrão era um grande entusiasta do estudo da etimologia e, ao longo da *De Re Rustica*, tenta estabelecer explicações baseadas na etimologia para vários elementos da agricultura e do pastoreio.

O acesso ao pecúlio, ademais, não aparece restrito aos chefes escravos. O pecúlio é indicado como uma concessão a ser feita tanto aos chefes como aos escravos em geral. Tratando dos chefes, o pecúlio aparece como forma de obter sua satisfação, firmeza no trabalho e ligação à propriedade. No caso do resto da escravaria, o objetivo seria garantir uma manutenção facilitada, a diligência no trabalho, assim como a aplicação e o zelo no trabalho e a restituição de boa vontade e lealdade ao senhor. Mostrado sua enorme importância, o pecúlio é uma forma de incentivo ou recompensa capaz de satisfazer, ao mesmo tempo, os três interesses que identificamos na *De Re Rustica*: facilitar a manutenção dos escravos, estimular sua aplicação ao trabalho e manter sua lealdade ao senhor.

Alguns autores, como A.H.M. Jones, destacam a mitigação da subordinação permitida pela posse de bens pelo escravo, sendo o pecúlio, portanto, um elemento de dissolução da ordem escravista. Outros historiadores, como Keith Hopkins, ressaltam a importância do pecúlio como forma de estímulo para o trabalho e a acomodação do escravo dentro do sistema, sendo assim um elemento de reforço da ordem escravista. Porém, outros estudiosos do tema, como Moses Finley, mostram como, na verdade, o pecúlio tem justamente um caráter duplo, portador de uma ambiguidade característica do escravismo, que ao mesmo tempo que reforça as estruturas escravista garante certas liberdades de ação ao escravo que deturpam a lógica estrita do escravismo<sup>1</sup>.

Estudando a visão dos senhores de escravos do Rio de Janeiro do século XIX sobre as “roças dos escravos”, Eduardo Silva identificou que o aspecto de segurança se sobrepõe aos interesses em minimizar os custos de manutenção da força de trabalho. Ele mostra como na documentação da época fica claro que para os senhores, “a

<sup>1</sup> Essa tipologia das análises do pecúlio foi elaborada por Cha (1988, p. 433).

ilusão da propriedade ‘distrai’ da escravidão e prende, mais que uma vigilância feroz e dispendiosa, o escravo à fazenda” (Reis; Silva, 1989, p. 29-31). É fácil perceber como essa “ilusão de propriedade” prende o escravo à terra: a fuga ou insurreição levaria à perda das economias acumuladas através dela. Já a “distração da escravidão” é garantida, justamente, pela possibilidade de construção de certa “autonomia”, tanto psicológica quanto econômica, do escravo permitida pelo pecúlio, garantindo sua possibilidade de utilização como instrumento de controle social.

O caráter de “mitigação da subordinação”, permitido pelo pecúlio, faz parte do próprio caráter de controle social, portanto. Além disso, o próprio sentido de “mitigação da subordinação” precisa ser matizado. Tal ideia parte do pressuposto de que um escravo está completamente subordinado ao controle total do senhor, e qualquer fator que permita liberdade de ação do escravo fora desse controle total é visto como um elemento de dissolução da relação escravista. É correto pensar que o escravo, idealmente, está sob poder absoluto do senhor. Porém, na realidade cotidiana, esse poder absoluto precisa ser constantemente construído nas relações sociais. Desta forma, é impossível que um senhor consiga impor um controle total, absoluto e sem cessar sobre seus escravos. É dentro da lógica de tentativa senhorial de limitar as relações sociais do escravo, elemento fundamental do escravismo, que precisamos entender o problema do caráter de “mitigação da subordinação”.

Para a realidade rural, que nos interessa aqui, essa discussão pode ser enriquecida pelos debates sobre o problema da “brecha camponesa” nos estudos sobre a escravidão moderna. O termo “brecha camponesa” foi cunhado para designar atividades econômicas na América colonial que fugiam da lógica da *plantation*, como as roças que os escravos cultivavam por sua própria conta e as atividades agrícolas de quilombolas (Cardoso, 2004, p. 54). A preocupação inicial dos estudos sobre tal tema era a formação de um campesinato na América Escravista e suas consequências para a história posterior do campesinato no continente. O sentido do debate, portanto, era a determinação de como o cultivo de roças por escravos seria capaz de criar um espaço de relações sociais não escravistas e campesinas dentro do quadro geral das relações escravistas.



Dentro desta perspectiva, Ciro Cardoso, por exemplo, tentou mostrar como esse setor específico de atividades produtivas dos escravos possuía os elementos que caracterizaram a autonomia camponesa – segurança no acesso a parcela de terra, grau de relação direta com o mercado, e grau de gestão dos recursos de sua parcela pelo produtor direto – constituindo, assim, de fato uma “brecha camponesa” dentro do sistema escravista (Cardoso, 2004, p. 57)<sup>2</sup>. A partir desses elementos, e tendo como foco o problema do controle das relações sociais, podemos refletir sobre o funcionamento do pecúlio na realidade rural italiana antiga. Não podemos, porém, partir dos mesmos elementos do debate sobre a realidade americana porque não existe um sistema de *plantation* no mundo antigo. Devemos pensar o quanto o pecúlio permite a formação de atividades econômicas que criem “brechas camponesas” no funcionamento da *uilla* escravista. Como vimos, o fundamental para a *uilla* é a sua forma inovadora de apropriação do solo e relações com a comunidade rural, e essa lógica que poderia ser subvertida no caso de uma “brecha camponesa”.

Entre os diversos elementos que caracterizam as atividades econômicas da comunidade camponesa, irei destacar dois: um que mostra a formação de uma “brecha” e outro que mostra o limite desta. Os produtos obtidos pelas atividades desempenhadas a partir do pecúlio, seja do cultivo ou do pastoreio, como carnes, leites, cultivos diversos, outros produtos alimentícios e mesmo tecido (produzido a partir da lã de ovelhas sob pecúlio escravo, por exemplo) certamente desempenhavam papel importante na manutenção dos próprios escravos. Porém, é bastante razoável imaginar, apesar de os textos de Catão e Varrão não indicarem isso em nenhum momento, que parte dessa produção pudesse ser comercializada. Esse é um ponto, inclusive, destacado pelas pesquisas sobre a produção autônoma escrava na América moderna (Cardoso, 2004, p. 66).

O que importa para nossa discussão não é o caráter comercial em si da produção ou não, mas as relações sociais que deveriam ser

<sup>2</sup> Recentemente, o assunto das “roças dos escravos” tem sido utilizado para reflexões de outra natureza. Robert Slenes, por exemplo, acredita que o estudo do que ele prefere chamar de “economia interna escrava” (o que já mostra a mudança de foco do debate) deve ser direcionado para a análise de como esses escravos interpretavam e se utilizavam dessa economia. Segundo Slenes, a partir dessa “economia interna”, juntamente com outros fatores, os escravos formavam uma “economia moral” que aglutinava sua comunidade, “solidificando a determinação coletiva de colocar limites à exploração senhorial”. (Slenes, 1999, p. 200-208).

construídas na comercialização da produção, já que o comércio no mundo antigo dependia fundamentalmente das relações pessoais estabelecidas entre os agentes (Bang, 2008). Tais relações sociais, construídas pelos escravos com a comunidade para a venda de parte de sua produção autônoma, certamente criavam uma “brecha camponesa” na lógica da relação da *uilla* com a comunidade rural em que se insere – que passa pela disciplinarização das relações sociais dos escravos. Ao invés de estarem totalmente isolados da comunidade e tendo a relação com esta mediada pelo senhor, os escravos acabavam criando relações comunitárias graças a sua produção autônoma.

Por outro lado, porém, tal economia autônoma permitida pelo pecúlio não levava à constituição de todas as relações sociais comunitárias de tipo camponês. O melhor exemplo desse limite é o sistema de trabalho comunitário que permitia aos camponeses obter o trabalho complementar necessário para colheitas ou outras atividades que requeressem muito trabalho: desse tipo de relação comunitária os escravos certamente estavam excluídos, seja porque a possibilidade de trabalhar fora da propriedade seria rigidamente punida pelo senhor, seja porque suas próprias produções deviam ser de pequena monta, tornando desnecessário tal auxílio externo.

### 3 PECÚLIO E RAÇÕES: O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO DOS ESCRAVOS

Passemos às considerações sobre o outro interesse que Varrão demonstra na concessão do pecúlio. Sua importância para a manutenção dos escravos é bastante subestimada entre os estudiosos da escravidão rural romana, prevalecendo a ideia de que tal manutenção era garantida por rações alimentares cuja responsabilidade era do senhor. A fonte mais detalhada sobre essas rações que deveriam alimentar os escravos é o *De Agri Cultura* de Catão, que lista aquilo que o senhor deveria garantir aos escravos.

A primeira de uma série de quatro listas se refere ao trigo (AC, LVI). Os escravos da casa (*familia*) são divididos em três grupos: os trabalhadores (*qui opus facient*), um grupo que aparentemente reúne os chefes (*uilicus, uilica*, feitor e pastor) e os trabalhadores encadeados (*compeditis*). Enquanto os trabalhadores e chefes recebem trigo, os



encadeados recebem pão – o que pode nos indicar que estes não tinham meios para transformar o trigo em pão ou outros produtos, enquanto aqueles o tinham.

O que chama mais atenção nas passagens, porém, são as quantidades de alimento prescritas por Catão: quatro módios de trigo no inverno e quatro módios e meio no verão para os trabalhadores; três módios para o administrador, sua esposa, o feitor e o pastor; quatro libras de pão para os encadeados no inverno, passando para cinco libras quando estivessem escavando os parreirais. Os historiadores que analisaram essa passagem são unânimes em afirmar que as rações de trigo entregues a chefes e trabalhadores são mensais, pois em qualquer outro cenário os números não fariam sentido (Oates, 1934, p. 67; Rowland, 1970, p. 229). Porém, se postularmos que as rações para os encadeados também são mensais, chegaríamos a valores extremamente baixos. Utilizando as quantidades de trigo necessárias para fazer pães presentes em autores antigos, como Plínio, o velho, Robert Rowland mostra que, se fossem mesmo mensais a distribuição de pães previstas nessa passagem, os encadeados receberiam o equivalente entre pouco mais de um décimo e menos de um quinto de módio de trigo.

A conclusão que os historiadores têm tirado disso é que as rações previstas para os encadeados seriam, diferentemente das dos outros dois grupos, diárias. Aceitando esse postulado, teríamos que os encadeados receberiam entre um pouco mais de quatro e um pouco menos de sete módios de trigo por mês (dependendo do trigo utilizado, da qualidade da moagem e da quantidade de pães recebidos, que variava ao longo do ano). Essa conclusão, contudo, nos coloca frente a outro dilema: porque os escravos encadeados receberiam mais alimentos do que o resto da *família*, se eles eram os escravos de mais baixo *status*? Além disso, os próprios trabalhadores não encadeados recebem mais trigo do que os chefes – e essa percepção é textual, não depende de qualquer hipótese ou cálculo.

A resposta mais imediata, e aparentemente óbvia, seria a de que a determinação das quantidades de alimento dependeria das necessidades de esforço laboral, e não de questões relativas ao *status*. Assim, aqueles trabalhadores que se envolvem em atividades de maior esforço receberiam mais alimentos – ideia corroborada pelo

fato de as rações serem menores no inverno<sup>3</sup>. Poderíamos pensar que essas prescrições de distribuição de alimentos são testemunho de uma racionalização bastante pragmática das atividades produtivas.

As outras listas de rações distribuídas aos escravos também não aparentam ser reguladas por uma lógica hierárquica. Mais do que isso, no caso do vinho, Catão textualmente aconselha que a quantidade de vinho para os encadeados seja proporcional ao seu trabalho (AC, LVII). Porém, outro elemento passa a ser importante nessas considerações: a proximidade ou distância no tempo da colheita – isto é, a disponibilidade do alimento. Essa diferença frente à distribuição de trigo pode ser explicada por questões relativas à facilidade de estocagem ou à comercialização do vinho. Tal elemento volta a se repetir nas considerações sobre distribuição de azeitonas e outros alimentos (AC, LVIII). Neste caso, chama ainda mais atenção a inexistência de qualquer diferenciação entre os trabalhadores – aparentemente, todos receberiam a mesma quantidade de azeitonas, azeite, peixe e sal.

É no mínimo complicado, porém, pensar que a distribuição de alimentos para os escravos fugiria à regra geral de distribuição de benefícios por poderosos para seus dependentes no mundo romano, que opera dentro da lógica de criação de laços de dependência e hierarquias de *status* (Roth, 2005, p. 281). Devemos lembrar que todas as considerações sobre os escravos, no tratado de Catão, são marcadas pela questão da hierarquia. A racionalidade ideológica que pudemos identificar até aqui está intimamente ligada ao problema da hierarquia, e não é compatível com a desconsideração desta nas prescrições sobre as rações. Se quiséssemos afirmar que as rações alimentares são uma exceção a esse quadro geral, precisaríamos, pelo menos, buscar uma explicação para isso. Mas outros problemas nessa interpretação se somam a esse.

Estudos sobre a necessidade de trabalho na agricultura mediterrânea mostram que o pico anual de trabalho não coincide exatamente com o período no qual Catão recomenda uma maior provisão de alimentos aos trabalhadores. Ulrike Roth considera, a partir disso, mais provável que essa diferenciação esteja ligada à disponibilidade de outros alimentos, apontando que as rações de pães dos encadeados diminuem justamente “na época

<sup>3</sup> Esta é a explicação dada em Garnsey (1999, p. 110); Bradley (1989, p. 51) e Bradley (1994, p. 82).

dos figos”, isto é, quando outro alimento se torna acessível aos escravos (Roth, 2007, p. 40-41). Assim, as variações de distribuição de trigo não estariam tão ligadas às necessidades de trabalho, dependendo mais do problema da variação de disponibilidade de certos alimentos ao longo do ano agrícola e dos problemas de conservação de alimentos estocados.

O quadro, aparentemente simples numa leitura inicial, se complica com análises mais atentas. Roth faz considerações extremamente detalhadas sobre essas rações alimentares catonianas. Ela começa calculando a capacidade calórica dessas distribuições, tomando por referência os trabalhadores não encadeados: em média, eles obteriam por dia cerca de 3.000 calorias das rações de trigo, 150 do vinho e 150 das azeitonas e outros alimentos (Roth, 2007, p. 28-30). 3.300 calorias diárias é uma dieta bastante sustentável, apesar de as rações não garantirem uma diversidade nutricional saudável.

Difícilmente a alimentação dos escravos se limitava, contudo, aos poucos produtos listados nessas rações, especialmente se atentarmos para a grande diversidade de produtos mencionados no *De Agri Cultura* em contextos de consumo (Roth, 2007, p. 32-34). Além disso, Catão afirma que a *uilica* deve preparar alimentos para os escravos, o que nos faz imaginar que eles receberiam uma refeição, ao menos eventualmente, que era incumbência da *uilica* (Roth, 2007, p. 30-31). É possível tentar aproximar, ainda que superficialmente, a dieta dos escravos rurais com cálculos de historiadores modernos sobre o campesinato antigo, que estimam o trigo como responsável por entre 65-70% das calorias consumidas, enquanto frutas e leguminosas corresponderiam entre 20-25% e óleos, carnes e vinho a 5-15% (Roth, 2007, p. 39). Assim, as 3.000 calorias diárias em média das rações de trigo para os trabalhadores significariam apenas 70% do consumo diário de calorias de um escravo, que poderia chegar a um total de quase 4.300 calorias.

Esses valores tão altos fizeram Ulrike Roth acreditar que toda a visão moderna sobre as rações dos escravos rurais romanos deveria ser revista, em seus pressupostos mais básicos. E os mais básicos pressupostos dessas análises são: as rações são responsáveis pela quase totalidade da alimentação dos escravos; e as rações são individuais.

Roth propõe a hipótese de que as rações seriam dadas aos escravos para sustentar a si e a sua família, e não apenas a si próprio. Assim, os altos valores calóricos disponíveis nessas refeições teriam que ser divididos entre algumas pessoas, o que explicaria valores individualmente tão altos. Com isso, a proporção das necessidades calóricas atendidas pelas rações diminuiria bastante, tornando necessário outras fontes de obtenção de alimentos, que dependeriam diretamente do pecúlio dos escravos. Essa hipótese se enquadra melhor no quadro geral da ideia de distribuição de alimentos na Roma Antiga, na qual a distribuição de grãos para a plebe urbana é o maior exemplo. Nesta, a distribuição era familiar e complementar, assim como a visão proposta por Roth para as rações alimentares para os escravos (Roth, 2005, p. 281-282).

A partir dessa ideia, as prescrições de Catão sobre distribuição de alimentos não precisam ser analisadas com uma exceção dentro do quadro geral da racionalidade ideológica em que o tratado é construído. Sobre os escravos encadeados, podemos deslumbrar duas hipóteses bastante verossímeis. Por um lado, as rações indicadas poderiam ser mensais, e não diárias – e o baixo valor calórico garantido por elas, compatível com o baixo *status* desses trabalhadores, se explicaria pela possibilidade de acesso a alimentos produzidos de forma autônoma pelos escravos. Em outro cenário, podemos manter a ideia de que essas rações são diárias, e explicar os altos valores garantidos por elas por um menor acesso a outras formas de obtenção de alimentos, notadamente o pecúlio. Isto é, esses escravos teriam menor acesso a gado e roças próprias e por isso receberiam rações maiores. Neste mesmo sentido, mas analisando o outro extremo da hierarquia da *familia*, podemos facilmente entender os valores mais baixos de trigo para os chefes, em especial o *uilicus*: eles deveriam ter um bom acesso a outras formas de obtenção de alimentos, não só através de gado e roças de seu pecúlio, mas também pelo acesso aos alimentos do setor senhorial da propriedade.

#### 4 A FAMÍLIA ESCRAVA: NO ERGÁSTULO, UMA FLOR?

A ideia de Ulrike Roth sobre o pecúlio e as rações alimentares não se insurge apenas contra preceitos que dizem respeito ao



problema da alimentação dos escravos. A ideia de exclusividade de homens sem laços familiares, ou ao menos de uma predominância extrema do elemento masculino, entre os escravos rurais também é contestada. Roth acredita que o trabalho rural romano era realizado em boa parte por pessoas escravizadas vivendo em unidades familiares.

Como vimos anteriormente, no capítulo XVII do Livro I Varrão aconselha que os chefes possuam uma esposa também escrava que lhe dê filhos, pois dessa forma eles se tornariam mais firmes no trabalho e mais ligados à propriedade. Quanto ao resto da escravaria, nesse capítulo, não aparece nenhuma preocupação em garantir-lhes a formação de uma família. A partir disto, poderíamos afirmar que na “propriedade varroniana” a formação de uma família é algo pouco difundido entre os escravos, restrita apenas àqueles escravos em posição de chefia. Isto poderia ser explicado por uma predominância masculina entre os escravos rurais, visão bastante corrente na historiografia, e defendida por Hopkins (Hopkins, 1978, p. 106) – fazendo a ideia de Roth sobre uma ampla existência de famílias escravas no meio rural parecer perder força.

Ao falar do ponto da “criação” dos *pastores* no capítulo X do Livro II, contudo, Varrão trata a presença de famílias escravas na propriedade como ponto pacífico, um tema que não precisa de maiores discussões. Inclusive, essa presença de relações familiares, neste momento, não é nem mesmo apresentada como uma estratégia de incentivo ou recompensa para os escravos, mas apenas como um fato dado. Isto é, a família não aparece como uma concessão senhorial. Apenas sobre os pastores que trabalham na transumância a formação de relações conjugais é posta como problema e é, neste caso, apresentada como uma concessão senhorial.

Roth utiliza duas estratégias argumentativas para defender a ideia de que as famílias escravas eram comuns nas propriedades rurais da elite romana. Em um primeiro momento, ela mostra, a partir de modelos antropológicos sobre a compatibilidade de criação de crianças pequenas e diferentes tipos de atividades laborais, que a produção de tecidos e outras atividades artesanais são compatíveis com a criação de crianças, diferentemente das atividades agrícolas realizadas nessas propriedades. Como é possível identificar a existência desse tipo de atividade nessas propriedades antigas,

é bastante verossímil imaginar uma situação na qual mulheres escravas trabalhavam nelas e criavam seus filhos enquanto os escravos homens trabalhavam na agricultura (Roth, 2005, p. 9-24). O problema dessa hipótese é que, se o trabalho artesanal (produção de tecidos, cerâmicas, etc.) fosse dominado exclusivamente pelo trabalho feminino, um dos principais motivos para a realização desse tipo de atividade na propriedade (a ocupação do trabalho ocioso em certos momentos do ano agrícola) perderia seu sentido.

Uma possibilidade de conciliar as duas hipóteses seria imaginar uma produção em grande escala desses produtos que se intensificava em certos momentos, absorvendo o trabalho masculino. Uma grande produção de tecidos, voltada para comercialização (da qual o exército seria o maior mercado), é defendida por Roth, mas seu único argumento para defender tal possibilidade é uma revisão dos cálculos econométricos de Dominic Rathbone, que são excessivamente especulativos (Roth, 2005, p. 97-104). Uma produção em larga escala de tecidos poderia até ser a realidade de algumas propriedades, mas não é tão óbvio que esse possa ter sido um padrão, como defende Roth, porque o consumo de tecidos comuns, em uma realidade pré-industrial, tende a ser atendida majoritariamente por produções domésticas. O outro argumento de Roth para defender a existência de famílias escravas é uma comparação entre modelos demográficos, no qual ela mostra que a reposição de escravos por escravos nascidos na propriedade cria um cenário demográfico mais verossímil do que o de escravos sendo comprados para tal reposição (Roth, 2005, p. 123-134).

Apesar de os modelos de Roth serem bastante convincentes, eles partem de uma premissa bastante contestável: que toda a escravaria de uma propriedade seria formada por casais de escravos e seus filhos. Como mostram os estudos sobre a escravidão nas Américas, em uma propriedade com uma escravaria não muito extensa, as possibilidades de escravos e escravas conseguirem parceiros conjugais diminuía, independentemente da proporção entre os sexos. Assim, enquanto em grandes escravarias o número de famílias deveria aumentar, nas pequenas escravarias a proporção de escravos envolvidos em relações conjugais estáveis certamente era menor<sup>4</sup>. A possibilidade de se casar com escravos

<sup>4</sup> Robert Slenes mostra isso para a realidade da escravidão moderna, mas a lógica por trás deste fato provavelmente também funcionava para a escravidão antiga (Slenes, 1999, p. 104-108).

de outras propriedades não pode ser de todo descartada, mas, fora o fato de modificar as premissas utilizadas por Roth, ela não pode ser superestimada. Os casamentos entre escravos de senhores diferentes eram muitas vezes proibidos e problemáticos para os próprios escravos, pois as possibilidades de constituir uma família estável nessa situação seriam baixíssimas – dado o controle que os senhores tentavam impor sobre a movimentação dos escravos fora da propriedade.

Roth está certa ao afirmar que a existência de famílias escravas no meio rural é subestimada pelos historiadores, e que a imagem tradicional de uma escravaria exclusivamente masculina se baseia muito mais nas nossas concepções sobre o escravismo moderno do que no estudo da escravidão antiga. Porém, a realidade da vida dos escravos nessas propriedades deveria ser bastante diversificada, como a própria Roth reconhece (Roth, 2005, p. 283). Ademais, é importante destacar a análise de Keith Bradley sobre a família escrava. Segundo ele, a existência de famílias escravas é bem atestada por três tipos de fontes antigas: literárias, jurídicas e epigráficas (Bradley, 1987, p. 47-48). Porém, certamente elas não eram uniões com grande estabilidade. A venda (Bradley, 1987, p. 52-63), a separação no momento da divisão de herança (Bradley, 1987, p. 62-70) e a morte prematura tão comum no cativeiro (Slenes, 1999, p. 99) causavam uma instabilidade intrínseca à existência da família escrava.

É importante tentar entender como a existência dessa família escrava funciona dentro da lógica da propriedade escravista. Robert Slenes, estudando a escravidão moderna, aponta duas consequências fundamentais da existência da família escrava: por um lado, sua existência é um mecanismo de controle nas mãos dos senhores, pois ao constituir uma família os escravos passavam a ter o que perder em caso de insurgência ou fuga; mas por outro lado, a família é a base para a construção de identidades e projetos de vida entre os escravos (Slenes, 1999, p. 180-197), além de possibilitar a construção de uma comunidade escrava, unida em torno de experiências, valores e memórias compartilhadas (Slenes, 1999, p. 48).

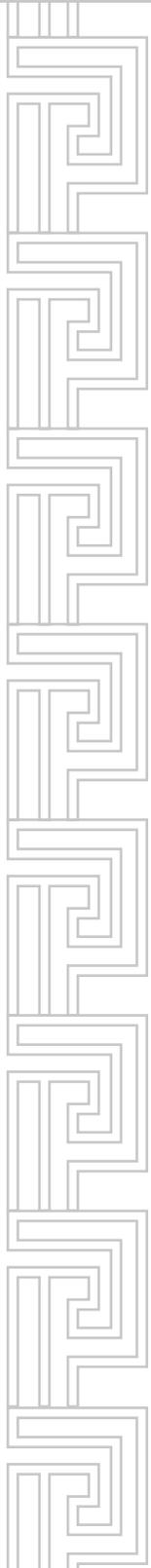
A criação de comunidades entre os escravos de uma mesma unidade familiar ou produtiva na Roma Antiga, tendo a família como um elemento importante, mesmo que não único, foi

identificada por Marleen Boudreau Flory em estudo a partir da epigrafia (Flory, 1978, p. 78-95). Porém, essa comunidade escrava, da qual a família era um elemento constituinte fundamental, não chegava a se constituir em um elemento desvirtuante da lógica da *uilla*. Enquanto essa comunidade estivesse restrita ao espaço social da *uilla* e submetida a *potestas* do proprietário, a família escrava não era um elemento perturbador à ordem da *uilla*. Somente se a comunidade escrava servisse de base para a inserção dos escravos na comunidade mais ampla da localidade onde a propriedade se inseria que ela causaria problemas para o proprietário.

Além disso, é importante discutir um ponto de certa maneira negligenciado por Slenes. Ele tenta recuperar o que, metaforicamente, chama de a “flor” na senzala (isto é, a família escrava enquanto fator para a construção de recordações e esperanças dos escravos, pensados enquanto agentes históricos), que teria sido perdida pela historiografia. De certa maneira, Slenes acredita, com isto, mostrar um aspecto subversivo à ordem escravista da existência da família escrava. Cabe aqui anotar, para reforçar a família enquanto elemento de controle social, que Marx já havia apontado também metaforicamente como “flores” exercem um papel conservador em situações de dominação:

O apelo para que abandonem as ilusões a respeito da sua condição é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões. [...] A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem os suporte sem fantasias ou consolo, mas para que lance fora os grilhões e a flor viva brote (Marx, 2005, p. 145-146).

Ou seja, é exatamente por garantir certas perspectivas para o escravo que a constituição de uma família consegue funcionar como um instrumento de controle social por parte dos senhores. A família escrava, e as esperanças e recordações construídas a partir dela, funcionam como as flores da prisão – no caso dos escravos nem tão metafórica assim. Desta forma, podemos dizer que ambas as consequências apontadas por Slenes para a existência da família escrava podem funcionar na direção do controle social. Conclui-se, com isso, que a família enquanto elemento “conservador da ordem” age tanto ao criar laços de parentesco que dificultam a fuga, quanto



por tornar a vivência da escravidão aparentemente menos opressora, ao possibilitar a construção de “esperanças” e “recordações”.

Talvez possamos visualizar ambos os aspectos desse funcionamento da família escrava na abordagem varroniana ao tema. Como dissemos, Varrão acredita que a posse de uma esposa e filhos garante aos escravizados satisfação, a firmeza no trabalho e a ligação à propriedade. Desta forma, Varrão percebe claramente que um escravo com ligações de parentesco passa a ter o que perder com a fuga ou insurgência e também que um escravo trabalhará com mais afinco ao possuir perspectivas de melhoria em sua condição, melhorias essas ligadas à existência da família escrava.

\*\*\*

Identificamos, desta forma, um segundo elemento central nas considerações sobre as atividades produtivas e o controle social do trabalho escravo pela elite romana. Assim como o controle sobre as redes hierárquicas dentro da escravaria, a criação de um sistema de incentivos e recompensas que permitisse o estímulo de certas atitudes entre os escravos que fossem benéficas ao senhor também era perpassada por elementos de um discurso político-ideológico e por elementos de um discurso socioeconômico. Ambos convergiam na criação de uma racionalidade ideológica que precisa ser mais precisamente caracterizada – o que será o objetivo do próximo capítulo.

# CAPÍTULO 5

## A racionalidade ideológica da escravidão rural romana

As pesquisas e estudos sobre a escravidão (tanto a antiga quanto a moderna) surgiram na esteira do movimento abolicionista. Assim, esses estudos conviveram desde seu surgimento com a constante condenação do escravismo, a partir dos mais diversos argumentos. Um dos argumentos abolicionistas mais utilizados no século XIX tinha sua origem na nascente Economia Política e pretendia mostrar que essa forma de trabalho seria economicamente irracional (Joly, 2005, p. 13). Diziam os críticos oitocentistas do escravismo que o custo-benefício do trabalho escravo seria muito inferior ao do trabalho livre assalariado, que se colocava como opção com a ascensão do capitalismo. Essa percepção baseava-se tanto na ideia de que os escravos eram menos produtivos do que os livres (por aqueles não terem incentivos para o trabalho enquanto estes tinham no salário seu incentivo), quanto na ideia de que seria antieconômico o investimento necessário para a aquisição e controle dos escravos (schiavone, 2005, p. 170). Os abolicionistas tentavam, assim, utilizar o poderoso discurso dos interesses econômicos que surgia em consonância com o desenvolvimento do capitalismo para convencer os proprietários de escravos que seria proveitoso para seus próprios interesses abandonarem o escravismo<sup>1</sup>.

A ideia de que a escravidão era economicamente irracional se manteve extremamente forte nos estudos sobre a escravidão até meados do século XX, quando alguns historiadores e economistas começaram a contestar, de diversas formas, tal percepção. A ideia básica por trás desse revisionismo era que uma instituição existente em diferentes sociedades, tanto no mundo antigo como no mundo moderno, e que se mantivera estável por tanto tempo nessas sociedades, não poderia ser classificada como economicamente irracional. Era necessário entender como o escravismo se tornava um sistema econômico e social estável, capaz de se reproduzir ao longo dos séculos (Schiavone, 2005, p. 171). Passado o ímpeto crítico de denunciar o escravismo, caberia agora, com a escravidão já abolida, explicar cientificamente seu funcionamento histórico.

<sup>1</sup> Sobre a questão do discurso dos “interesses” na ascensão do capitalismo, ver Hirschman (1979).



Nesse procedimento, a corrente conhecida como *New Economic History* teve sem dúvidas papel central. Através de cálculos econométricos, historiadores econômicos e economistas, liderados por Robert Fogel e Stanley Engerman<sup>2</sup>, montaram diversos modelos cliométricos que tentavam mostrar a viabilidade e a racionalidade econômicas da escravidão. É impossível discutir o problema da racionalidade da produção escravista sem dialogar com esse tipo de modelo.

## 1 TIPOS DE ATIVIDADES PRODUTIVAS E FORMAS DE CONTROLE

Para o tema deste livro, o modelo cliométrico sobre o escravismo mais interessante foi criado pelo economista Stefano Fenoaltea. Ele busca analisar a racionalidade da gestão do trabalho escravo e, não por acaso, lida com diversos elementos identificados ao longo deste trabalho nos tratados de Catão e Varrão, como o problema da punição e do incentivo por recompensas.

Fenoaltea parte de duas premissas: 1) a existência de duas formas de estimular os trabalhadores a realizarem suas atividades, o “incentivo pelo castigo” e o “incentivo pelas recompensas”; e 2) a existência de dois tipos ideais de atividades produtivas, as de “esforço” intenso e as de “cuidado” intenso, sendo a divisão entre elas gradativa (Fenoaltea, 1984, p. 636). Para ele, quanto maior a ansiedade, a tensão e o medo gerados pela supervisão do trabalho através de “incentivos pelo castigo”, maior será o esforço empregado por um trabalhador. Isso até que se atinja um “ponto ótimo”, no qual o esforço resulta na maior produtividade possível – a partir desse ponto, o aumento da tensão e do estresse gerados pela supervisão resultará em uma queda da produtividade.

Esse “ponto ótimo”, porém, varia de atividade para a atividade: quanto menores os níveis de especialização técnica, cuidado e criatividade a execução de uma atividade exigir, mais alto será o nível de tensão possível para estimular a produtividade antes que se atinja o tal “ponto ótimo”. Desta forma, para uma atividade simples, de “esforço intenso”, a supervisão baseada

<sup>2</sup> A referência maior desse tipo de abordagem é justamente uma obra conjunta desses dois autores. (Fogel; Engerman, 1974).

no castigo, na produção de ansiedade e tensão no trabalhador é a mais eficiente (Fenoaltea, 1984, p. 637-638). Porém, quanto maiores os níveis de especialização técnica, cuidado e criatividade forem necessários para uma atividade, menos eficiente será uma supervisão baseada no castigo. E isso não se dá apenas pela rápida “saturação” da produtividade pela imputação de ansiedade e tensão aos trabalhadores nessas atividades, mas também pela questão da possibilidade de sabotagem. Os “incentivos” por castigos geram entre os trabalhadores uma intensa animosidade e revolta latente frente aos seus senhores, o que poderá os levar a tentativas de sabotagem, e a intensa supervisão necessária para evitar tal sabotagem seria tremendamente dispendiosa e antieconômica (Fenoaltea, 1984, p. 639-640). Desta forma, a utilização de outras formas de incentivo – através de recompensas – se faz necessária para atividades de “cuidado” intenso.

Esse modelo explica, ao menos superficialmente, alguns aspectos básicos que identificamos nas prescrições de Catão e Varrão sobre o trabalho escravo. Por exemplo, a preocupação de Varrão com o zelo dos escravos no trabalho relacionada com a garantia de um tratamento mais generoso por parte do senhor: é necessário garantir eficiência em uma atividade de “cuidado” intenso (cultivo de videiras e oliveiras ou criação de animais) e se persegue isso através de recompensas, a maneira mais eficiente de se estimular a produção nesse tipo de atividade – o que poderia, inclusive, explicar a pouca ênfase dada à violência nos tratados. Da mesma maneira, a maior preocupação com a garantia de incentivos e recompensas para os chefes se explicaria pelo fato de eles desempenharem uma atividade de maior “cuidado”, a supervisão dos outros escravizados.

A partir do modelo de Fenoaltea poderíamos, portanto, identificar uma racionalidade econômica nas prescrições de Catão e Varrão sobre a administração do trabalho escravo. Porém, existem problemas nessa aplicação do modelo de Fenoaltea. Como não poderia deixar de acontecer em uma abordagem típica da *New Economic History*, o modelo de Fenoaltea toma como pressuposto certas particularidades da economia de mercado. Assim, ele acredita que um problema fundamental para a administração do trabalho escravo é a comparação dessa forma de trabalho, quanto à sua viabilidade econômica relativa, com o trabalho livre assalariado.



Ela é uma abordagem equivocada por pressupor o trabalho livre como uma realidade natural em sociedades pré-capitalistas.

Partindo desse pressuposto, Fenoaltea comete aquilo que acredito ser o maior erro de seu modelo: prever que em atividades de “cuidado” intenso a escravidão sempre será uma situação excepcional que tende a ser substituída pelo trabalho assalariado (que seria economicamente mais viável nesse tipo de atividade) (Fenoaltea, 1984, p. 647-649). Segundo ele, inclusive, a utilização de escravos nas propriedades da elite romana na Itália entre o final da República e início do Império seria uma excepcionalidade possibilitada por questões momentâneas (em especial a grande oferta de escravos garantida pelas guerras de expansão romanas), pois a produção de videiras e oliveiras são atividades de “cuidado” intenso<sup>3</sup>. Essa opinião é bastante criticável. Walter Scheidel aponta que a viticultura escravista se manteve estável na Itália romana por muito mais tempo do que a produção escravista de algodão no Sul dos Estados Unidos, apontada como exemplo máximo da viabilidade do trabalho escravista nas atividades de esforço intenso por Fenoaltea (Scheidel, 2008, p. 109).

Expurgando desse modelo esses pressupostos neoclássicos, contudo, podemos manter alguns elementos interessantes e úteis para a análise da administração do trabalho escravo em Catão e Varrão. Acima de tudo, é bastante válida a ideia de que o desempenho pelos escravos de determinadas atividades sociais e econômicas está intimamente ligada às formas específicas de controle social que serão empregadas pelos senhores na administração desses escravos. Aquelas atividades que possibilitam a sabotagem criam a necessidade de formas de “cooptação” dos escravos. Assim, a ênfase no uso de “incentivos e recompensas” e a pouca atenção à punição violenta nas prescrições sobre administração do trabalho escravo de Catão e Varrão tem relação direta com problemas práticos impostos pela realização do trabalho e pelas formas de controlar o trabalho dos produtores diretos sob a compulsão da escravidão.

Essa simplificação do modelo de Fenoaltea, que nos permite manter considerações interessantes sem reproduzir seus equívocos, não resolve todos os problemas da análise, contudo. Outro problema que surge é que para aceitarmos a validade de modelos cliométricos em geral (e o de Fenoaltea não foge à regra)

<sup>3</sup> Opinião similar já foi defendida por historiadores especialistas no mundo antigo, como Starr (1979, p. 25-28).

precisamos, mesmo que implicitamente, adotar uma das seguintes alternativas: acreditar que os agentes históricos conheçam, ao menos superficialmente, as variáveis identificadas pelo modelo e adotavam as alternativas previstas pelo interesse em maximizar seus ganhos; ou acreditar que as variáveis identificadas pelo modelo exerciam pressões sobre o comportamento dos agentes independentemente de sua consciência.

As duas alternativas têm problemas sérios. Para aceitarmos que os agentes históricos identificavam e analisavam as variáveis sociais que se lhe impunham em uma dada situação da mesma maneira que os modelos cliométricos fazem, precisaríamos naturalizar a racionalidade capitalista (já que é ela que orienta os cálculos econométricos). Por sua vez, imaginar que variáveis econômicas exerçam suas determinações independentemente da percepção dos agentes sobre a situação torna a *New Economic History* uma espécie de Funcionalismo Econômico, como afirma G.E.M. de Ste. Croix (STE. Croix, 1981, p. 83) – o que nos levaria a todos os problemas das explicações funcionalistas e seus determinismos.

Aqui entra a utilidade do conceito central proposto neste livro, Racionalidade Ideológica. O que precisamos entender é como, dentro de um quadro ideológico que remete às relações sociais na qual se inserem os agentes históricos, eles identificam e analisam as variáveis que uma determinada situação social estabelece. Assim, os problemas para a administração do trabalho escravo previsto pelo modelo de Fenoaltea, e que podem ser percebidos nas prescrições de Catão e Varrão sobre o trabalho escravo, são identificados e analisados pelos senhores de escravos romanos dentro de um quadro ideológico específico. Isto é, o problema da relação entre as atividades econômicas e sociais realizadas pelo trabalho escravo e as formas de controle e administração desse trabalho era identificado e analisado a partir de uma Racionalidade Ideológica específica do escravismo romano. E não menos importante, a forma como tal identificação e análise são feitas interfere na forma como o problema se desenvolve historicamente naquela sociedade específica.

Nos dois capítulos anteriores foram identificados diversos elementos dessa racionalidade ideológica. O que precisamos, agora, é caracterizar o conjunto desses elementos em um quadro coerente (dentro do possível) de uma Racionalidade Ideológica específica.



## 2 A QUESTÃO DO “PATERNALISMO”

Enrico Dal Lago e Constantina Katsari propuseram há alguns anos uma análise comparativa entre os modelos ideais de gestão do trabalho escravo na Roma Antiga e no Sul dos Estados Unidos do século XIX. A conclusão dos autores foi que ambos os modelos ideais de gestão se baseiam no *modelo paternalista*. Para eles, os senhores de escravos dessas duas sociedades emulavam suas posições como chefes de famílias estendidas para descrever suas relações com seus escravos como relações entre um pai benfeitor e suas crianças indefesas. A metáfora da família seria utilizada para lidar tanto com as negociações cotidianas necessárias para a relação conflituosa entre escravos e senhores, assim como para mensurar as formas senhoriais de administrar o trabalho escravo com o intuito de maximizar seus ganhos econômicos (Dal Lago; Katsari, 2008, p. 202).

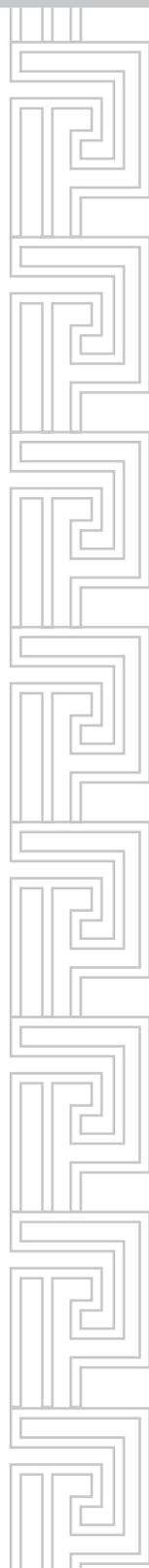
A partir dessa noção geral, Katsari e Dal Lago mostram como diversas ideias recorrentes entre romanos (incluindo Catão e Varrão) e americanos que escreveram sobre a gestão dos escravos se enquadram em um modelo no qual o senhor pretende criar um controle paternalístico sobre os escravos: incentivos e recompensas buscam criar ideias de reciprocidade e gratidão, tentando estimular entre os escravos comportamentos benéficos ao senhor, ligados ao estímulo ao trabalho e à lealdade ao senhor (Dal Lago; Katsari, 2008, p. 207-208).

Apesar de aparentemente explicar satisfatoriamente os elementos identificados neste livro nos tratados de Catão e Varrão (o que poderia nos fazer concluir que a Racionalidade Ideológica do Escravismo rural da época republicana é marcada fundamentalmente pelo paternalismo), a comparação entre as ideias da classe proprietária de escravos romana com sua contraparte americana tem sérios problemas. Segundo Eugene Genovese, autor clássico para as análises do paternalismo escravista no Sul dos Estados Unidos, o que explicava a existência desse tipo específico de prática escravista nessa sociedade era a reprodução vegetativa da população escrava e o caráter residente dos senhores de escravos. Por outro lado, ainda segundo a tese desse autor, o absentismo senhorial e a importância do tráfico de escravos explicariam a ausência do discurso paternalista nas Antilhas inglesas e francesas (Genovese, 1979, p. 101-107).

A realidade romana, pois, se parece mais com esse segundo contexto, em que não há o desenvolvimento de um discurso paternalista. Os senhores de escravos como os que Catão e Varrão tinham em mente ao escrever seus tratados eram, certamente, absenteístas. É verdade que há uma diferença nesse absenteísmo romano para o absenteísmo dos proprietários ingleses e holandeses. Enquanto estes se mantinham à certa distância do cotidiano das relações com os escravos, vivendo em sociedades não escravistas na Europa, os senhores absenteístas romanos viviam cercados por escravos em suas residências urbanas, um mundo possivelmente até mais escravista do que o mundo rural na Itália Antiga. Assim, eles poderiam desenvolver ideias paternalistas na relação com esses escravos e transferi-las para as prescrições sobre a administração daqueles escravos com quem tinham pouco contato.

Existem, todavia, problemas mais sérios para a tese de que o “ideal de administração dos escravos” romano se baseava em algo similar ao discurso paternalista existente no Sul dos Estados Unidos. Sem negar a importância dos fatores identificados por Genovese, o historiador brasileiro Rafael Marquese afirma que é necessário analisar o contexto político estadunidense no século XIX para entender o discurso paternalista, e a partir dessa análise perceberemos o quanto o uso dessa comparação pode ser enganoso.

Em primeiro lugar, segundo Marquese, o que ocorre nos Estados Unidos é aquilo que o historiador Philip Morgan denominou de “transição do patriarcalismo para o paternalismo”. O ideal de gestão dos escravos que predominava nas Américas até o século XVIII baseava-se na existência de hierarquias sociais orgânicas, dentro das quais comandados e comandantes se encontravam presos em redes de obrigações recíprocas. As relações entre senhores e escravos eram interpretadas dentro desse contexto. Quando os revolucionários americanos romperam os laços com o rei inglês defendendo uma teoria do direito natural, o ideal patriarcalista foi rompido. Um novo lugar teve de ser construído para os escravos nesse novo quadro ideológico: eles passaram a ser vistos como “outsiders perpétuos” que não se inserem na ordem do direito natural (noção possibilitada por uma ideologia racista muito mais marcante do que qualquer outra que pudesse ter existido anteriormente), mas que deviam ser tratados com compaixão (ideia sustentada pela conjugação da religiosidade evangélica com o



humanismo iluminista). Isto é, os escravos passaram a ser vistos como seres inferiores às pessoas que conviviam no mundo cívico, mas que deviam ser tratadas com certa comiseração.

A partir disso, o paternalismo trouxe três novas concepções para o pensamento sobre a administração dos escravos: a ênfase no tratamento mais suave, a expectativa de maior fidelidade dos escravos e a criação da imagem do escravo feliz com sua condição (Marquese, 2004, p. 245-246). Esses três elementos, porém, não derivam apenas do rompimento do ideal patriarcalista. Marquese identifica que esse *ethos* paternalista da classe senhorial do sul estadunidense unificava dois interesses básicos: indicar meios para extrair mais trabalho dos escravos preservando o corpo deles ao longo do tempo e defender a escravidão da crítica abolicionista (Marquese, 2004, p. 374). Esse segundo ponto é fundamental: o paternalismo surge também como uma resposta ao abolicionismo. Para contrariar os argumentos abolicionistas de que a escravidão era desumana, o discurso paternalista defendia a ideia de que a relação entre senhores e escravos era benéfica para estes. Assim, tal discurso é voltado tanto para o “consumo interno” da relação senhor-escravo quanto para a defesa do escravismo frente à crítica abolicionista.

Percebe-se, nessa sucinta análise do contexto do surgimento do ideal paternalista no Sul dos Estados Unidos, que diversos elementos importantes para explicar sua existência não se fazem presentes na realidade antiga. Não existem indícios de que tenha existido no mundo antigo uma defesa ampla da abolição da escravidão, quanto mais a existência de um movimento abolicionista forte o suficiente para gerar a necessidade da defesa da instituição de seus ataques, como na realidade do século XIX (Garnsey, 1996, p. 9 e 53). Ademais, apesar de não possuir um governo monárquico nos moldes do Antigo Regime, a sociedade romana está muito mais próxima das concepções de redes hierárquicas com comandados e comandantes que se encontravam presos em redes de obrigações recíprocas do que do contexto ideológico liberal fundado na noção de direito natural no qual se gerou o discurso paternalista.

### 3 PATRIARCALISMO E RACIONALIDADE

Desta forma, se desejarmos buscar algum modelo de gestão escrava na América moderna para nos ajudar a estudar o problema da administração dos escravos rurais no mundo romano, me parece muito mais proveitoso olhar para o que Marquese chama de modelo patriarcalista. Segundo ele:

O patriarcalismo pressupunha a existência, em todas as relações políticas e sociais, de uma hierarquia entre comandantes e comandados e de um conjunto de obrigações recíprocas entre eles, que visaria a manutenção do *bem comum*. Assim, a relação entre rei e vassalo na esfera mais ampla da sociedade política encontraria correspondência do domínio dos homens adultos proprietários sobre suas famílias. (Marquese, 2004, p. 39)

Em sua variante colonial escravista, o patriarcalismo reafirmou a cadeia hierárquica senhor e dependentes (mulher, filhos, feitores, escravos) e as obrigações recíprocas que os atavam. O senhor permaneceria como o juiz supremo de sua *plantation*, com total autonomia para o comando de seus subordinados, sem nenhuma possibilidade de ter seu poder circunscrito por interferências externas. (Marquese, 2004, p. 226)

Keith Bradley, ao tratar do tema do “escravo fiel” na ideologia escravista romana, defende uma ideia que corrobora essa comparação como o modelo patriarcalista identificado por Marquese na escravidão moderna. Bradley afirma que o desejo por lealdade e obediência dos escravos por parte dos senhores fazia parte de um contexto ideológico mais amplo: um sistema de valores patriarcal e aristocrático, no qual lealdade e obediência dos subalternos eram atitudes esperadas pelos grupos que se colocavam como superiores na sociedade (Bradley, 1987, p. 37).

Assim, poderíamos acreditar que seria fácil a identificação das ideias romanas sobre a administração dos escravos com tal modelo patriarcalista, pois o escravismo se insere em um contexto mais amplo de relações de dependência ideologicamente



pensadas a partir do patriarcalismo. Todavia, para que a comparação entre instituições de diferentes sociedades seja realmente profícua, é necessário ressaltar suas diferenças, e não apenas identificar suas semelhanças.

As duas passagens citadas de Marquese indicam os pontos pelos quais devemos começar a comparação: a relação do patriarcalismo com o contexto político mais amplo e as relações de poder do patriarca com seus dependentes. Analisando esses dois pontos, veremos que a transposição da ideia de um modelo patriarcal de gestão dos escravos para o mundo romano só é possível se levarmos em consideração especificidades importantes dessa realidade.

No período que nos interessa neste livro, Roma era governada por um regime republicano, bem diferente da Monarquia Absolutista do Antigo Regime. Se o modelo hierárquico patriarcal tem íntima relação com o contexto político de sua época, como afirma Marquese na primeira das citações acima, esse fato tem consequências importantes para nossa análise. Aparentemente, esse seria um problema sério para a identificação de um modelo patriarcal em Roma, por causa da inexistência de um poder central autoritário.

Uma análise mais detalhada, contudo, nos permite perceber que isso não era impedimento para a existência de um ideal patriarcal na cultura política romana. Na República romana, os cidadãos plenos e ideais eram os chefes de suas famílias, os *Patres Familias* e, em certo nível, a *Res Publica* era apresentada como uma comunhão dos interesses desses patriarcas à frente de suas famílias. Assim, a inexistência do poder centralizador não impedia que o próprio corpo cívico fosse pensado a partir de um ideal hierárquico, tendo como centro do poder justamente a instituição que corporificava a reunião dos chefes das famílias, o Senado.

Apesar de “esfera mais ampla da sociedade política” em que se insere o modelo de gestão romano ser dominado pela *Res Publica*, e não pelo Absolutismo Monárquico, ainda é possível falar na formação de um ideal patriarcal de gestão dos escravos, portanto. O contexto político-ideológico no qual esse modelo é composto é marcado por um ideal patriarcal, mas um patriarcalismo diferente daquele da realidade do Antigo Regime Atlântico na Era Moderna. Desta forma, devemos atentar para as singularidades do contexto romano.

O elemento patriarcal mais marcante na cultura política romana, cuja influência se percebe claramente nos tratados de Catão e Varrão, é a emulação dos costumes dos antepassados, o *mos maiorum*. Andrew Wallace-Hadrill faz uma interessante análise da importância dada pela aristocracia ao *mos maiorum* durante a crise da República, deixando de lado a simples aceitação da imagem de um tradicionalismo inerente aos romanos defendido pelas fontes. Segundo ele, a crise da República, entre outros fatores, pode ser entendida como uma crise do regime de autoridade no qual o sistema se assentava. A tradição se tornou um foco importante para a definição de “como as coisas sempre foram”, ou de “como as coisas eram no tempo dos antepassados” – elemento chave para a legitimação da Autoridade e que se tornou, neste contexto, um importante campo de conflito (Wallace-Hadrill, 1997, p. 11-13). A emulação das atitudes identificadas como típicas dos antepassados era, portanto, um elemento chave na cultura política romana. Um dos pontos fundamentais nessa cultura política era a ideia de que o governo da *Res Publica* estava baseado na autoridade dos *Patres Familias*.

Assim, um elemento patriarcal importantíssimo na composição das ideias sobre a gestão dos escravos, era a valorização desse poder do patriarca, cuja autoridade era vista como sustentáculo da legitimidade do sistema político. A emulação desse poder patriarcal é recorrente nos tratados de Catão e Varrão, como foi possível perceber ao longo deste livro: a rígida hierarquia a que os escravos estão submetidos tem que estar sob o controle senhorial, as atitudes e sentimentos dos escravos devem ser submetidas à lealdade ao senhor e os “benefícios” a que, eventualmente, os escravos pudessem ter acesso eram apresentados como concessões senhoriais.

Percebemos, assim, uma estreita relação entre os dois campos de análise que identificamos (o contexto político mais amplo e as relações de poder do patriarca com seus dependentes). Se na análise do primeiro campo tivemos que tecer algumas considerações para entender como o patriarcalismo era exercido em um contexto republicano, a análise do segundo campo poderia parecer, a princípio, mais simples.

Ao longo dos séculos, o poder do *Pater Familias* romano vem sendo utilizado como símbolo do poder autoritário, e a associação

disto com o problema do modelo de administração dos escravos dificilmente poderia ser vista como problemática. Porém, Richard Saller, em uma importante análise da Família Romana, mostra que entre a ideologia do poder do *Pater Familias*, consolidado até mesmo no Direito Romano, e a prática cotidiana das relações entre o Pai e sua esposa e filhos havia uma grande diferença (Saller, 1994, p. 102 e 130).

Na relação com os filhos, em especial, Saller mostra a existência de convenções sociais que pregavam a moderação e aponta o fato de que uma proporção muito grande de romanos se tornava órfã de pai com uma idade pouco avançada (graças à idade média de casamento alta para os homens conjugada com a baixa expectativa de vida). Assim, a noção de filhos sendo rigidamente controlados por seus pais ao longo de sua vida, em uma relação de dominação que acabaria sendo associada com diversas outras formas de dependência, entre elas a escravidão, é equivocada.

Segundo Saller, os romanos distinguiam com clareza a autoridade paterna sobre os filhos e a autoridade senhorial sobre os escravos, possuindo, inclusive, modelos distintos de controle sobre escravos e sobre seus filhos, representada na distinção clara entre as figuras de *pater* e *dominus* exercidas pelo chefe da família (Saller, 1994, p. 133 e 151). A ideia de uma *familia*, constituída por diversos tipos de dependentes, e controlada tiranicamente por um patriarca é, portanto, criticada por Saller.

Com isso, ele não pretende afirmar que a família romana era regida por relações horizontais e igualitárias. Ele reconhece a existência do patriarcalismo – apenas se pergunta se o poder dos patriarcas romanos deve, de fato, ser visto como superior ao de patriarcas de outras sociedades pré-industriais (Saller, 1994, p. 130). E o mais importante: para Saller, a imagem de chefe autoritário de um rígido sistema hierárquico, que marca a visão tradicional que se tem dos chefes de família romanos, está diretamente ligada à presença da escravidão dentro das casas romanas (Saller, 1994, p. 2).

Isso significa que, na construção da noção patriarcal de “hierarquia entre comandantes e comandados ligados por um conjunto de obrigações recíprocas” existente no mundo romano, a escravidão desempenhava um papel fundamental. Isto é central para o argumento deste livro: mais do que ser influenciada por um modelo patriarcal de dominação sobre dependentes, no qual seria

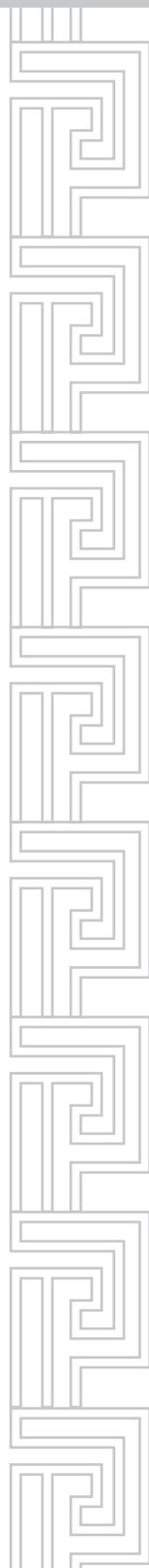
uma entre outras formas de dependência, a escravidão era a relação social central, exemplar, na construção de tal modelo patriarcal (em especial o de referência negativa; isto é, o tratamento dado aos escravos servia como exemplo de como não se deveria agir com os outros dependentes).

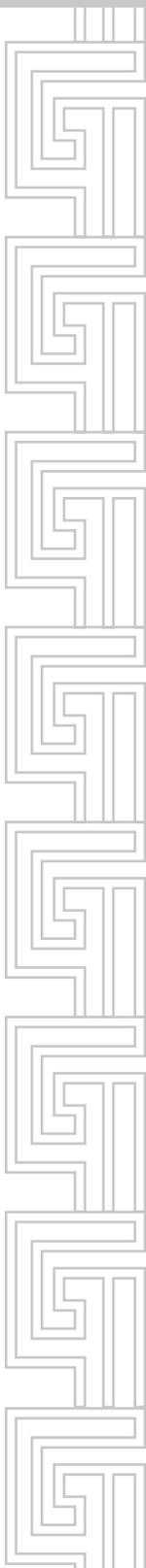
Isso não impede, obviamente, que haja uma influência de ideias acerca de outras relações de dependência na construção das prescrições sobre a administração dos escravos. Por exemplo, alguns aspectos dos ideais acerca do controle sobre os filhos poderiam influenciar certas prescrições sobre a relação com os escravos – o que não pode ser confundido, porém, com o paternalismo, já que o importante, neste caso, é a associação de ideias sobre a dominação patriarcal sobre seus dependentes, e não a criação de um discurso legitimador para a escravidão.

O que não podemos é imaginar que as relações entre escravos e senhores estavam meramente inseridas em um amplo contexto de relações de dependência que determinava as ideias sobre a administração dos escravos. O escravismo tinha um papel central e ativo na própria construção do patriarcalismo, e é melhor dizer que as estratégias senhoriais para a administração das atividades produtivas rurais, assim como para o controle social dos escravos, eram construídas dentro de uma racionalidade ideológica marcada pelo *escravismo* patriarcalista, e não meramente por patriarcalismo.

A partir desse ponto é importante ressaltar que não eram meros problemas ideológicos que determinavam os “termos patriarcais” das prescrições de Catão e Varrão. Essa ideologia patriarcal da administração do trabalho escravo foi construída a partir das necessidades sociais dos senhores em sua relação com os escravos – obviamente, a partir da maneira como elas foram identificadas e analisadas dentro de um quadro ideológico específico. Construiu-se, assim, uma racionalidade da dominação escravista baseada no patriarcalismo.

Tanto a atenção dada à questão da hierarquia e à importância dos chefes, quanto o problema do estímulo de certas atitudes e sentimentos através de certas concessões senhoriais está intimamente ligada às necessidades senhoriais nas relações escravistas. Em primeiro lugar, essas prescrições buscam estabelecer o controle de possíveis fugas ou insurgências. Conjugado a isso, elas buscam estabelecer um rígido controle da vida social dos





escravos, limitando suas relações sociais com o exterior do “mundo senhorial”, a fim de fazer desses escravizados ferramentais, “extensões”, das relações sociais do próprio senhor. Por fim, mas não menos importante, tais prescrições visam garantir a extração de excedentes através de mecanismos de coação extraeconômica aos produtores diretos, questão fundamental para uma economia pré-capitalista. Controle, submissão e exploração dos escravizados eram as “necessidades sociais” que os senhores de escravos romanos buscavam maximizar, revelando assim as razões de sua ideologia.

# CONCLUSÃO

Podemos falar em uma racionalidade que fundamentaria as prescrições sobre a administração das atividades produtivas e o controle dos trabalhadores escravizados nos tratados de Catão e Varrão? Essa foi a questão que suscitou a pesquisa que deu origem a este livro. Logo de cara destacamos que o problema precisava ser colocado em termos conceituais e teóricos um pouco mais precisos. Racionalidade e Ideologia não deveriam ser entendidas como termos antitéticos, mas como partes de um mesmo problema geral. A partir disso, foi proposta a ideia de que uma “Racionalidade Ideológica” poderia ser a chave para responder essa pergunta.

Antes de entrar em uma análise específica do problema, contudo, duas questões preliminares precisavam ser enfrentadas. Em primeiro lugar, e por isso assunto do primeiro capítulo, era preciso entender a natureza das informações que temos a partir desses textos e quais são as melhores ferramentas para os analisar. Em seguida, e por isso assunto do segundo capítulo, foi preciso analisar quem são os trabalhadores pressupostos nesses tratados, para entender em que medida suas prescrições nos permitem realmente analisar o pensamento da elite romana sobre o trabalho escravo.

Identificados os melhores meios de analisar essas fontes históricas e identificada a importância dos escravizados para o trabalho prescrito nesses textos, foi possível passar nos capítulos seguintes a análises mais detidas das prescrições catonianas e varronianas sobre a administração das atividades produtivas e o controle dos trabalhadores escravizados. Dentre as principais características de tais prescrições, podemos elencar certo silenciamento sobre a questão da violência, uma atenção especial às hierarquias e aos chefes e a necessidade de criar certas atitudes e sentimentos entre os escravos através de certas concessões. Ao longo dos terceiro e quarto capítulos deste livro foi analisado como cada uma dessas características poderiam ser explicadas tanto por questões práticas do controle escravista, como por questões mais amplas da ideologia da classe dominante romana. Através



desse procedimento, foi possível começar a perceber como uma Racionalidade Ideológica perpassava as estruturas conceituais que fundamentavam as prescrições de Catão e Varrão.

No quinto capítulo buscou-se caracterizar propriamente tal Racionalidade Ideológica. Foi rechaçada uma caracterização, proposta por alguns autores, de que se tratava de um pensamento *paternalista* e defendida, alternativamente, uma caracterização baseada em um modelo patriarcal de visão de mundo. Contudo, isso não significa que as ideias sobre a relação entre senhores e escravos existente na classe dominante romana fosse determinada por concepções mais gerais sobre o poder patriarcal do senhor. Pelo contrário, essas ideias sobre as relações entre senhores e escravos tinham um papel fundamental na construção do modelo patriarcal romano.

Essa forma de abordar o problema da racionalidade dos aristocratas romanos nos parece muito mais profícua do que as abordagens que têm como referência o conceito neoclássico de racionalidade econômica. Este livro buscou mostrar como o conteúdo das relações sociais e o conteúdo da reflexão sobre essas relações sociais interagem. Sem prever uma determinação simplista, argumentou-se que as formas de relações sociais constroem e (ao mesmo tempo) são moldadas pela racionalidade ideológica que os agentes históricos constroem no processo de sua formação.

Desta forma, esta pesquisa aponta para o caminho da necessidade do estudo do desenvolvimento das relações sociais em concomitância com o desenvolvimento das formas de percepção e análise dos agentes sociais acerca dessas relações sociais. Isso nada mais é do que o estudo da formação das classes sociais em contextos históricos específicos. Como dito ainda na introdução deste livro, a *racionalidade ideológica* é ao mesmo tempo consequência da existência das classes sociais como parte do *processo* de formação dessas classes. Desta forma, a Racionalidade Ideológica dos proprietários das *uillae*, que analisamos neste trabalho, faz parte de um contexto maior de desenvolvimento de relações sociais e de racionalidade ideológicas que marcam o processo de formação de uma classe social dominante na Itália romana ao longo dos séculos II e I a.C.

# REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sônia Regina Rebel. **A visão dos letrados sobre rebeliões de escravos no mundo romano: uma abordagem semiótica de fontes literárias: Volume 1.** 1999. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, *Universidade Federal Fluminense*, Niterói, 1999.

ASH, Harrison Boyd. Introduction. *In: CATO; VARRO. Cato and Varro: on Agriculture.* Tradução: William Davies Hooper, Harrison Boyd Ash. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1935. (Loeb Classical Library No. 283)

BANG, Peter Fibiger. **The Roman Bazaar: A comparative study of trade and markets in a tributary empire.** Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, [s.d.].

BARTH, Fredrik. **Process and Form in Social Life: selected essays of Fredrik Barth: Volume I.** London; Boston; Prenley: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BEARE, Rhona. Where Bailiffs ever free Born?. **The Classical Quaterly**, v. 28, n. 2, p. 398-401, 1978.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRADLEY, Keith R. **Slavery and Rebellion in the Roman World, 140 B.C.-70 B.C.** Bloomington: Indiana University Press; London: B.T. Batsford, 1989.

BRADLEY, Keith R. **Slavery and Society at Rome.** Cambridge [England]; New York, NY, USA : Cambridge University Press, 1994.

BRADLEY, Keith R. **Slaves and Masters in the Roman Empire: a Study in Social Control.** New York : Oxford University Press, 1987.



CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês?: o protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **O trabalho compulsório na antiguidade**: ensaio introdutório e coletânea de fontes primárias. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CARLSEN, Jesper. **Vilici and Roman estate managers until AD 284**. Rome: L'Erma di Bretschneider, 1995.

CATÃO. **Da Agricultura**. Tradução: Matheus Trevizam. Campinas: Editora Unicamp, 2017.

CATO; VARRO. **Cato and Varro: on Agriculture**. Tradução: William Davies Hooper, Harrison Boyd Ash. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1935. (Loeb Classical Library No. 283)

CHA, Young-Gil. The Function of Peculium in Roman Slavery during the First Two Centuries A.D. *In*: YUGE, Toru; DOI, Masaoki (ed.). **Forms of Control and Subordination in Antiquity**. **Tóquio**: the Society for studies on resistance movements in antiquity; Leiden: Brill, 1988.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DAL LAGO, Enric; KATSARI, Constatina. Ideal models of slave management in the Roman world and in the ante-bellum American South. *In*: DAL LAGO, Enric; KATSARI, Constatina (ed.). **Slave Systems, Ancient and Modern**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2008. p. 187-213.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DUMONT, Jean-Christian. La villa esclavagiste?. **Topoi**, v. 9, fasc. 1, p. 113-127, 1999.

DYSON, Stephen L. **Community and Society in Roman Italy**. Baltimore and Londres: John Hopkins University Press, 1992.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma Introdução. São Paulo: Boitempo: Editora da Unesp, 1997.

EL BOUZIDI, Saïd. La notion du mercantilisme consensuel dans las *leges privatae* chez Caton. **Dialogues d'Historie Ancienne**, v. 21, n. 2, p. 87-104, 1995.

EL BOUZIDI, Saïd. Place et role de la main-d'oeuvre libre dans l'économie rurale à La fin de La République romaine. **Gerion**, n. 15, p. 133-150, 1997.

EL BOUZIDI, Saïd. Le vocabulaire de la main-d'oeuvre dépendante dans le *De Agricultura*: pluralité et ambiguïté. **Dialogues d'Histoire Ancienne**, v. 25, n. 1, p. 57-80, 1999.

ERDKAMP, Paul. Agriculture, underemployment, and the cost of rural labour in the Roman World. **Classical Quaterly**, v. 49, n. 2, p. 556-572, 1999.

FENOALTEA, Stefano. Slavery and supervision in comparative perspective: a model. **The Journal of Economic History**, v. 44, n. 3, p. 635-668, 1984.

FINLEY, Moses. **A Economia Antiga**. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

FINLEY, Moses. **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FITZGERALD, William. **Slavery and the Roman Literary Imagination**. London: Cambridge University Press, 2000. (Roman Literature and its Contents).

FLORY, Marleen Boudreau. Family in *familia*: kinship and community in slavery. In: BADIAN, E. (ed.). **American Journal of Ancient History**: Volume 3.1. Piscataway, NJ, USA: Gorgias Press, 1978.

FOGEL, Robert; ENGERMAN, Stanley L. **Time on the Cross**: the economics of American negro slavery. Boston: Little, Brown and Company, 1974.

FRANK, Tenney. **An Economic History of Rome**. New York: Cosimo Classics, 2006.

GARLAN, Yvon. **Slavery in Ancient Greece**. Revised and expanded edition. Ithaca and London: Cornell University Press, 1988.

GARNSEY, Peter. **Famine and Food supply in the Graeco-Roman World**: : responses to risk and crisis. Cambridge [Cambridgeshire]; New York: Cambridge University Press, 1988.

GARNSEY, Peter. **Food and Society in classical antiquity**. Cambridge, U.K.; New York: Cambridge University Press, 1999.

GARNSEY, Peter. **Ideas of Slavery from Aristotle to Augustine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GARNSEY, Peter. Non-Slave Labour in the Roman World. In: GARNSEY, Peter. (ed.), **Non-Slave Labour in the Graeco-Roman World**. Cambridge: Cambridge Philological Society, 1980. (Supplementary Volume nº 6).

GENOVESE, Eugene. **O mundo dos senhores de escravos**: dois ensaios de interpretação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e Irracionalidade na Economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do Romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GREEN, Carin M. C. Free as a bird: varro *De Re Rustica* 3. **The American Journal of Philology**, v. 118, n. 3, p. 427-448, 1997.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Ruínas de uma Paisagem**: arqueologia das casas de fazenda da Itália Antiga (VIII a.C.-II d.C.) : volume 1 - texto. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

HARRIS, William V. **Restraining Rage**: the Ideology of Anger Control in Classical Antiquity. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2001.

HERNÁNDEZ MIGUEL, Luis Alfonso. **Varrón**. Madrid: Ediciones Clásicas, 2000. (Biblioteca de la Literatura Latina).

HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOPKINS, Keith. **Conquerors and Slaves**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1978. (Sociological studies in Roman History, Volume 1.)

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. **The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History**. Oxford, [U.K.] ; Malden, Mass : Blackwell, 2000.

JOLY, Fábio Duarte. **A Escravidão na Roma Antiga**: Política, Economia e Cultura. São Paulo: Alameda, 2005.

JOLY, Fábio Duarte. Espaço e Poder no *De Re Rustica* de Columella. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 281-299, 2003.

JOLY, Fábio Duarte. **Libertate opus est**: Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero: (54-68 d.C.). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006a.

JOLY, Fábio Duarte. Terra e trabalho na Itália do alto império. *In*: SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco. **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad, Vitória: EDUFES, 2006b.

KOLENDO, Jerzy. **L'Agricoltura nell'Italia Romana**: tecniche agrarie e progresso economico dalla tarda repubblica al principato. Roma: Editori Riuniti, 1980.

KULA, Wiltold. Da tipologia dos sistemas econômicos. *In*: FOURASTIE, Jacqueline; FOURASTIE, Jean (org.). **Economia**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988.

MARÓTI, Egón. The Vilicus and the Villa-System in ancient Italy. **Oikumene**, v. 1, 1976.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do Corpo, Missionários da Mente**: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTIN, René. **Familia Rustica**: les esclaves chez les agronomes latins. *Annales Littéraires de L'Université de Besançon*, Paris, p. 267-297, 1974. (Actes du Colloque 1972 sur l'Esclavage. Besançon 2-3 mai 1972).

MARTIN, René. **Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales**. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução. *In*: MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MINAUD, Gerard. **La Comptabilité à Rome**: Essai d'histoire économique sur la pensée comptable commerciale et privée dans le monde antique romaine. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 2005.

MORLEY, Neville. **Writing Ancient History**. Ithaca, N.Y. : Cornell University Press, 1999.

OATES, Whitney J. A note on Cato, De Agri Cultura LVI. **The American Journal of Philology**, v. 55, n. 1, p. 67-70, 1934.

OSBORNE, Robin. "Pride and Prejudice, Sense and Subsistence: Exchange and Society in the Greek City". *In*: SCHEIDEL, Walter; VON RENDEN, Sitta. **The Ancient Economy**. Nova York: Routledge, 2002.

PATTERSON, Orlando. **Slavery and Social Death**: a comparative Study. Cambridge, Mass. and London: Harvard University Press, 1981.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de história da cultura clássica**. Volume II: Cultura Romana. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

PLUTARCO. “Catão”. *In*: PLUTARCO. **Vidas Paralelas**: segundo volume. Tradução de Gilson César Cardoso. São Paulo: Paumape, 1991.

POWELL, J. G. F. Dialogues and treatises. *In*: HARRISON, Stephen (ed.). **A companion to Latin Literature**. Malden, MA.: Blackwell Publishing, 2005.

RATHBONE, Dominic W. The development of agriculture in *Ager Cosanus* during the Roman Republic: Problems of evidence and interpretation. **The Journal of Roman Studies**, v. 71, p. 10-23, 1981.

REAY, Brendon. Agriculture, Writing and Cato’s Self-Fashioning. **Classical Antiquity**, v. 24, n. 2, p. 331–361, out. 2005.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A Resistência negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROSENSTEIN, Nathan. **Rome at War: Farms, Families and Death in the Middle Republic**. Chapel Hill; Londres: University of North Carolina Press, 2004.

ROTH, Ulrike. Inscribed Meaning: the *Vilica* and the Villa Economy. **Papers of the British School at Rome**, v. 72, p. 101-124, 2004.

ROTH, Ulrike. Thinking Tools. Agricultural Slavery between evidence and models. **Bulletin of the Institute of Classical Studies Supplement**, Londres, n. 92, 2007.

ROTH, Ulrike. To have and to be: food, status and the *peculium* of agricultural slaves. **Journal of Roman Archaeology**, v. 18, p. 278-292, 2005.

ROWLAND, Robert J. Grain for Slaves: a note on Cato’s *De Agri Cultura*. **Classical World**, Pittsburgh, Pa., v. 63, n. 7, p. 229, 1970.

- SALLER, Richard. **Patriarchy, property and death in the Roman family**. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1994.
- SALLER, Richard. Slavery and the Roman Family. *In*: FINLEY, Moses I. (ed.). **Classical Slavery**. London; Portland: Frank Cass, 1987.
- SCHEIDEL, Walter. Free-Born and Manumitted Bailiffs in the Graeco-Roman World. **The Classical Quaterly**, v. 40, n. 2, p. 591-593, 1990.
- SCHEIDEL, Walter. The comparative economics of slavery in Graeco-Roman World. *In*: DAL LAGO, Enrico; KATSARI, Constantina (ed.). **Slave Systems, Ancient and Modern**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2008.
- SCHEIDEL, Walter; VON RENDEN, Sitta. **The Ancient Economy**. Nova York: Routledge, 2002.
- SCHIAVONE, Aldo. **Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno**. São Paulo: EdUSP, 2005.
- SCIARRINO, Enrica. **Father, Master, and Commander: Cato the Censor and the Making of the Roman Elite Male**. *APA Annual Meeting 2005*, Boston, Mass., 2005.
- SERGEENKO, M. E. Villicus. *In*: BIEZUNSKA-MALOWIST, Izabela. (org.). **Schiavitù e Produzione nella Roma Republican**. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1986.
- SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: Esperanças e Recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- STAERMAN, E. M.; TROFIMOVA, M. K. **La esclavitud en la Italia Imperial**. Madrid: Akal Editor, 1979.
- STARR, Chester G. An Overdose of Slavery. *In*: FERRILL, Arther; KELLY, Thomas (ed.). **Essays on Ancient History** : a selection of articles and reviews. Leiden: E. J. Brill, 1979.

STE. CROIX, G. E. M. **The Class Struggle in the Ancient Greek World: from the Archaic Age to the Arab Conquests.** Ithaca; Nova Iorque: Cornell University Press, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria, ou, Um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TOYNBEE, Arnold Joseph. **Hannibal's legacy: the Hannibalic War's effects on Roman life.** Oxford: Oxford University Press, 1965.

TREVIZAM, Matheus. **Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina.** Tese (Doutorado em Lingüística na Área de Letras Clássicas) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas Campinas, Campinas, 2006.

TREVIZAM, Matheus. **Prosa Técnica: Catão, Varrão, Vitruvius e Columela.** Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

VALLAT, Jean Pierre. Les structures agraires de l'Italie républicaine. **Annales**, v. 42, n. 1, p. 181-218, 1987.

VARRÃO. **Sobre as coisas do campo.** Tradução: Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

WALLACE-HADRILL, Andrew. "Mutatio Morum: the idea of a cultural revolution". In: HABINEK, Thomas; SCHIESARO, Alessandro (ed.). **The Roman Cultural Revolution.** Cambridge [U.K.]; New York: Cambridge University Press, 1997.

WHITE, Kenneth D. "Roman Agricultural Writers I: Varro and his predecessors". **ANRW**, I.4, 1973.

WHITE, Kenneth D. **Roman Farming.** London: Thames and Hudson, 1970.

WOOD, Ellen Meikisins. **Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.



# SOBRE O AUTOR

**JOSÉ E. M. KNUST**

 <https://orcid.org/0000-0002-3295-9107>

É professor de História no Ensino Médio Integrado e de História Antiga e Medieval na Licenciatura em História do Instituto Federal Fluminense *Campus Macaé*. Formado em História pela Universidade Federal Fluminense, fez seu mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. Suas pesquisas, dedicadas ao estudo da Antiguidade, buscam entender o funcionamento de diferentes estruturas econômicas e sociais do Mediterrâneo Antigo, como a escravidão e as relações de trabalho no mundo rural.





**Essentia**  
E D I T O R A  
IFFLUMINENSE

**Tipologia (capa e miolo)** Minion Variable Concept  
Palatino Linotype

**Formato** 16 x 23 cm